



Herculis Pereira Tolêdo

**Traduções, usos e apropriações do
conceito de Estado integral nas teses
do Serviço Social brasileiro (2006-2016)**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social, do
Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

Orientadora: Prof.^a Inez Terezinha Stampa

Coorientadora: Prof.^a Ana Elizabeth Lole dos Santos



Herculis Pereira Tolêdo

**Traduções, usos e apropriações do
conceito de Estado integral nas teses
do Serviço Social brasileiro (2006-2016)**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio.
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Prof.^a Inez Terezinha Stampa

Orientadora

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof.^a Ana Elizabeth Lole dos Santos

Coorientadora

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof.^a Sindely Chahim de Avellar Alchorne

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof. Giovanni Semeraro

UFF

Prof.^a Anita Helena Schlesener

UTP

Prof. Renê José Trentin Silveira

Unicamp

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2021

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial do trabalho, é proibida sem a autorização da universidade, do autor e do orientador.

Herculis Pereira Tolêdo

Graduou-se em Ciências Sociais e licenciatura (UFRJ, 2004) e em Relações Internacionais (Unesa, 1997). É Mestre em Serviço Social (PUC-Rio, 2017); Desenvolve projetos na área de fundamentos do Serviço Social, políticas públicas, controle, participação democrática e medidas socioeducativas. Coautor do livro *O município e a política de atendimento socioeducativo* (IBAM, 2018). Associado ao Grupo de Pesquisa Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (Trappus-PUC-Rio). Premiado com Bolsa Doutorado Nota 10 Faperj (2019) e pela Inovação em Gestão e Proteção Social, Enapegs (2014). Desenvolve projetos na área de Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). Participou de pesquisas nas temáticas de gênero, raça e violência no Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Candido Mendes. Foi presidente e coordenador das Comissões de Normas, Orçamento e Finanças do Conselho Municipal de Assistência Social da cidade do Rio de Janeiro, representando o IBAM.

Ficha Catalográfica

Tolêdo, Herculis Pereira

Traduções, usos e apropriações do conceito de Estado integral nas teses do Serviço Social brasileiro (2006-2016) / Herculis Pereira Tolêdo; orientadora: Inez Terezinha Stampa; coorientadora: Ana Elizabeth Lole dos Santos. – 2021.

177 f.: il. color.; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2021.

Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Serviço social. 3. Estado integral. 4. Antonio Gramsci. I. Stampa, Inez Terezinha. II. Santos, Ana Elizabeth Lole dos. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. IV. Título.

CDD: 361

Para minha irmã, Erica Tolêdo.

Agradecimentos

Agradeço à Prof.^a Inez Stampa, pelo comprometimento intelectual que manteve nestes últimos anos de estudo, sempre trazendo suas reflexões teórico-analíticas. Sem dúvida, fomentou também uma bela amizade, com muito respeito e admiração. Foi, sim, um tempo fecundo e de muito aprendizado.

À Prof.^a Ana Lole, por acompanhar-me nessa trajetória com paciência, carinho, incentivo e diálogo. Agradeço por ter me mostrado a direção.

À PUC-Rio, pelo auxílio concedido, sem o qual este trabalho não poderia ter sido realizado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

À Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) pela concessão da Bolsa Nota 10 nos dois últimos anos do doutorado.

A todos(as) os(as) professores(as) e funcionários(as) do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), que contribuíram para a minha formação. Sou muito grato a todos(as) vocês.

Aos membros da minha banca de qualificação: Prof.^a Sonia Regina de Mendonça, Prof.^a Monica Maria Torres de Alencar, Prof. Giovanni Semeraro e Prof. Renê José Trentin Silveira, que, com suas valiosas contribuições, qualificaram meu projeto de pesquisa e forneceram sugestões e “pistas” valiosas para a elaboração da pesquisa e para a estruturação da tese.

Aos membros da banca de defesa da tese: Prof.^a Sindely Chahim de Avellar Alchorne, Prof.^a Anita Helena Schlesener, Prof. Giovanni Semeraro e Prof. Renê José Trentin Silveira, minha gratidão pela disponibilidade e generosidade na leitura do manuscrito e pelas contribuições para o seu aperfeiçoamento.

Aos meus familiares, amigos e companheiros do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) e da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, que me incentivaram a não desistir nunca, obrigado pelo carinho e apoio.

Eternamente grato!

Resumo

Tolêdo, Herculis Pereira; Stampa, Inez Terezinha. **Traduções, usos e apropriações do conceito de Estado integral nas teses do Serviço Social brasileiro (2006-2016)**. Rio de Janeiro, 2021. 177p. Tese de Doutorado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Desde a década de 1980 é notória a difusão do pensamento de Antonio Gramsci na produção do Serviço Social brasileiro. Sua influência adensou tanto o processo de superação com o tradicionalismo quanto a construção de um projeto profissional comprometido com as lutas sociais necessárias à superação da sociabilidade capitalista. Gramsci é responsável por ressignificar o conceito de Estado e de sociedade civil, recriando um conceito que comporta a combinação entre sociedade política e sociedade civil, e que engloba tanto uma quanta outra dimensão, em permanente interação e interconexão. Este estudo, pautado em pesquisa documental e bibliográfica, com base no referencial teórico gramsciano, analisa os usos e as apropriações do conceito de Estado integral na produção recente do Serviço Social brasileiro. Neste sentido, e a partir dos dados coletados, foi possível constatar que o Serviço Social tem produção similar à área de História e só perde em número de teses e dissertações produzidas pela área de Educação. Para tal intento, foram selecionadas quatorze teses defendidas por assistentes sociais e disponíveis nos repositórios digitais dos programas de pós-graduação do Serviço Social brasileiro avaliados com nota a partir de 4 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação. As teses localizadas, e posteriormente selecionadas, foram produzidas entre os anos de 2006 e 2016, exclusivamente por assistentes sociais que utilizaram a categoria Estado integral como principal referencial teórico e/ou orientador do estudo elaborado. Buscou-se compreender como e quais leituras de Gramsci foram realizadas e até que ponto essas produções ainda conservam ou transcendem as discussões que marcaram a recepção de Gramsci no Brasil, e, especificamente, no Serviço Social, desde os anos de 1980, período constituído por formulações significativas de autoras(es) que compõem a historiografia profissional e que buscaram caminhos no pensamento de Gramsci para refletir sobre o Serviço Social

e o trabalho do assistente social. Foi possível constatar que as teses analisadas, em maior ou menor grau, constituem produções que transcendem o contexto de origem italiano e possibilitam, através do uso do conceito de Estado integral, problematizar tanto a realidade nacional quanto as particularidades do Serviço Social brasileiro. Evidenciando elementos que fomentaram uma visão crítica da profissão e, conseqüentemente, o fortalecimento da constituição do projeto ético-político profissional. Desse modo, o encontro de Gramsci com contextos e culturas distintas dos de sua origem possibilitou não só a tarefa da tradução do marxismo pela periferia quanto a criação de novos projetos políticos às normativas trabalhistas e ao projeto profissional do Serviço Social brasileiro.

Palavras-chave

Serviço Social; Estado integral; Antonio Gramsci.

Abstract

Tolêdo, Herculis Pereira; Stampa, Inez Terezinha (Advisor). **Translations, uses and appropriations of the concept of integral State in the theses of the Brazilian Social Work (2006-2016)**. Rio de Janeiro, 2021. 177p. Tese de Doutorado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Since the 1980s, the diffusion of Antonio Gramsci's thought in the production of the Brazilian Social Work is notorious. His influence intensified both the process of breaking with traditionalism and the construction of a professional project committed to the social struggles necessary to overcome capitalist sociability. Gramsci is responsible for giving new meaning to the concept of State and civil society, recreating a concept that encompasses the combination of political society and civil society, and which encompasses both dimensions, in permanent interaction and interconnection. This study, based on documentary and bibliographic research, based on the Gramscian theoretical framework, analyzes the uses and appropriations of the concept of Integral State in the recent production of the Brazilian Social Work. In this sense, and from the collected data, it was possible to verify that the Social Work has similar production to the History area and only loses in the number of theses and dissertations produced by the Education area. For this purpose, fourteen theses available in the digital repositories of the Brazilian Social Work graduate programs were selected, evaluated with a grade from 4 by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) of the Ministry of Education. The theses located and later selected were produced between the years 2006 to 2016, exclusively by social workers who used the category Integral State as the main theoretical framework and/or guide of the study carried out. We sought to understand how and which readings of Gramsci were carried out and to what extent these productions still conserve or transcend the discussions that marked the reception of Gramsci in Brazil, and specifically in Social Work, since the 1980s, a period constituted by significant formulations by authors who make up professional historiography and who sought paths in Gramsci's thought to think about Social Work and the work of social workers. It was possible to verify that the analyzed theses, to a greater or lesser degree, constitute productions that transcend

the context of Italian origin and make it possible, through the use of the concept of Integral State, to problematize both the national reality and the particularities of the Brazilian Social Work. Evidencing elements that fostered a critical view of the profession and, consequently, the strengthening of the constitution of the professional ethical-political project. In this way, Gramsci's encounter with contexts and cultures different from those of his origin made possible not only the task of translating Marxism through the periphery, but also the creation of new political projects to labor regulations and the professional project of the Brazilian Social Work.

Keywords

Social Work; Integral State; Antonio Gramsci.

Sumário

1. Introdução	19
2. (Para um) Inventário antropofágico: Gramsci e o Serviço Social brasileiro e a incidência da leitura Coutiniana	37
2.1. Tradutibilidade – usos criativos de conceitos deslocados da origem	38
2.2. Aproximação do Serviço Social brasileiro ao pensamento de Gramsci	51
2.3. A contribuição de Carlos Nelson Coutinho	57
2.4. “Tropicus Mundi”: quando as periferias se tornam centro	62
3. A perspectiva crítica do Estado e a integralidade da abordagem de Antonio Gramsci	68
3.1. O debate do Estado e a contribuição de Gramsci	69
3.2. Estado: a originalidade de um conceito	78
3.3. A vitalidade do pensamento de Gramsci	87
3.4. O Estado está nu! Uma reflexão sobre o revelador contexto pandêmico	93
4. Sobre Gramsci e com Gramsci: usos do conceito de Estado integral nas teses do Serviço Social (2006-2016)	98
4.1. Procedimentos metodológicos	98
4.2. O universo da investigação	105
4.3. Usos e apropriações da integralidade do Estado em Gramsci	115
4.3.1. Eixo: Serviço Social	115
4.3.2. Eixo: Direito e Justiça	122
4.3.3. Eixo: Participação e Controle Social	128
4.3.4. Eixo: Políticas Públicas	135

5. Conclusão	143
6. Referências bibliográficas	153
7. Apêndices	164
7.1. Apêndice 1 – Relação de teses identificadas e não selecionadas	164
7.2. Apêndice 2 – Livros e coletâneas sobre Gramsci publicados Brasil (1979-2021)	167

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Distribuição dos Programas por área básica	100
Gráfico 2 - Distribuição geográfica dos PPG na área de Serviço Social, em 2016	101
Gráfico 3 - Número de teses por universidade e região (2006-2016)	102
Gráfico 4 - Número e áreas das graduações das(os) autoras(es) das teses	103
Gráfico 5 - Número de teses selecionadas por universidades e região (2006 a 2016)	104
Gráfico 6 - Eixos temáticos das teses	107
Gráfico 7 - Infográfico síntese sobre as teses selecionadas	114

Lista de quadros

Quadro 1 - Mapeamento e seleção das teses analisadas	33
Quadro 2 - Nota, universidade e ano de criação dos PPG onde as teses selecionadas foram elaboradas (2006 a 2016)	104
Quadro 3 - Teses selecionadas para análise (2006 a 2016)	106

Lista de abreviaturas e siglas

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABESS – Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social

AI – Ato Institucional

AI-5 – Ato Institucional nº 5

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (*Acquired Immunodeficiency Syndrome*)

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CAMP/RS – Centro de Assessoria Multiprofissional do Rio Grande do Sul

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social

CEAP/RS – Centro de Educação e Assessoramento Popular do Rio Grande do Sul

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEI/SP – Conselho Estadual do Idoso de São Paulo

CES – Conselho Estadual de Saúde

CFE – Conselho Federal de Educação

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DATASUS – Departamento de Informática do SUS

EMESCAM – Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória

EMSS – Ethos da Mobilidade do Serviço Social Brasileiro

ENESSO – Executiva Nacional de Serviço Social

ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

ESS – Escola de Serviço Social

FETAG-RS – Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul

FETRAFSUL – Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
Pinhalzinho e Região

FEUFF – Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense

FRACAB – Federação Riograndense de Associações Comunitárias e
Moradores de Bairros

FUFPI – Fundação Universidade Federal do Piauí

HCP – Hospital Correia Picanço

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituições de Ensino Superior

IGS-Brasil – *International Gramsci Society* Brasil

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MG – Minas Gerais

NuFiPE-UFF – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e
Educação

NUPEPB – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Poder no Brasil

ONGs – Organizações Não Governamentais

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCD'I – *Partito Comunista D'Italia*

PCI – Partido Comunista Italiano

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNPD – Plano Nacional de Pós-Graduação

PPG – Programa de Pós-Graduação

PSI – Partido Socialista Italiano

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PUC-RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RJ – Rio de Janeiro

RN – Rio Grande do Norte

RS – Rio Grande do Sul

SARS-COV-2 – *Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2*

SINDFARM/RS – Sindicato dos Farmacêuticos do Rio Grande do Sul

SINDSEP/RS – Sindicato dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul

SNPG – Sistema Nacional de Pós-Graduação
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUS – Sistema Único de Saúde
UCPel – Universidade Católica de Pelotas
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPB-JP – Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UnB – Universidade de Brasília
UNESP – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
USP – Universidade de São Paulo

Odeio os indiferentes. Creio, como Friedrich Hebbel, que “viver quer dizer tomar partido”. Não podem existir os que são apenas homens, estranhos à cidade. Quem vive verdadeiramente não pode não ser cidadão, assumir um lado. Indiferença é apatia, parasitismo, velhacaria, não é vida. Por isso odeio os indiferentes.*

Antonio Gramsci, 2020, p. 31.

* A frase se encontra no diário do poeta alemão Friedrich Hebbel (1813-1863), traduzido para o italiano em 1912. Ver: HEBBEL, Friedrich. **Diário**: traduzione e introduzione di Scipio Slataper. Lanciano, R. Carabba, 1912, p. 82. Em 1911, primeiro ano de Gramsci na Universidade de Turim, o professor Arturo Farinelli ministrou um curso sobre Hebbel.

1

Introdução

Este estudo analisa os usos e as apropriações do conceito de Estado integral – o conceito mais concreto da teoria política de Antonio Gramsci – na produção recente do Serviço Social brasileiro, entre os anos de 2006 a 2016. Este recorte temporal foi adotado em decorrência do fato de que as teses selecionadas para este estudo nos repositórios dos programas de pós-graduação foram defendidas nesse período.

Para o desenvolvimento da pesquisa, de natureza bibliográfica e documental, foi importante, antes, constatar que desde a década de 1980 é notória a difusão do pensamento de Antonio Gramsci (1891-1937) na produção teórica do Serviço Social brasileiro. Sua influência adensou tanto o processo de superação com o tradicionalismo quanto a construção de um projeto profissional comprometido com as lutas sociais necessárias à superação da sociabilidade capitalista.

Gramsci é responsável por ressignificar o conceito de Estado e de sociedade civil recriando um conceito que comporta a combinação entre sociedade política e sociedade civil, e que engloba tanto uma quanta outra dimensão, em permanente interação e interconexão. Daí a adoção deste conceito como ferramenta central para as análises empreendidas neste estudo, sobretudo quando se verifica no *Mapa Bibliográfico de Gramsci no Brasil* (2019), e em pesquisas similares sobre a produção na área do Serviço Social, nas quais a maior recorrência e apropriação do pensamento de Gramsci ocorre através do uso da categoria Estado integral, em detrimento, por exemplo, do uso de categorias como política, filosofia da práxis e subalternidade que, numa primeira leitura, estariam mais próximas do ativismo político característico do trabalho da(o) assistente social, que perpassa pelo reconhecimento e pela emancipação do subalterno a partir da consciência de classe.

As circunstâncias e as razões que resultaram no presente estudo, que aprofunda a discussão sobre os usos do pensamento gramsciano no Serviço Social brasileiro iniciaram em 2015, a partir da disciplina *Construção Histórica do Serviço Social* do curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), ministrada pela professora Inez Stampa. Disciplina que teve como objetivo a introdução ao

pensamento de Gramsci. Outra motivação foi o desenvolvimento da dissertação de mestrado intitulada *Sociedade civil e poder local: participação no Conselho Municipal de Assistência Social da Cidade do Rio de Janeiro (2013-2015)*, defendida em 2017 na PUC-Rio (Tolêdo, 2017).

A referida dissertação pretendeu compreender de que forma a sociedade civil participou na formulação de estratégias e de controle da execução da política de Assistência Social na cidade do Rio de Janeiro. Buscou compreender as formas e os mecanismos pelos quais os conselheiros eleitos, representantes da sociedade civil para a gestão 2013-2015, inscreveram seus projetos políticos na política de Assistência Social do município através da representação das suas entidades, entendidas como aparelhos privados de hegemonia¹.

Em Gramsci é possível compreender o entrecruzamento da vida social e o Estado, ou seja, o Estado enquanto criatura da sociedade civil burguesa. E a sociedade civil burguesa como espaço que se expande e se constitui como centro de organização e de defesa da ordem capitalista dominante, capturando a sociabilidade popular. Assim, o pensamento gramsciano possibilita apreender o movimento e a luta através dos aparelhos privados de hegemonia, que podem ser construídos para a manutenção da hegemonia da classe dominante ou para a construção de uma nova hegemonia. Questões fundamentais para compreender como ocorre a produção do consenso nos espaços de participação e controle social da política de Assistência Social.

Durante o período do mestrado, foi possível constatar uma grande recorrência do uso do pensamento marxista e de categorias gramscianas na produção teórica do Serviço Social brasileiro para compreender, na atualidade, o redirecionamento das funções do Estado, a despolitização do conceito e das práticas da sociedade civil, e as inúmeras implicações da atual dinâmica capitalista e suas formas de exploração nas esferas objetiva e subjetiva.

Posteriormente, no doutorado do mesmo Programa, na disciplina *O pensamento de Antonio Gramsci e a história política*, desta feita no Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ministrado pela professora Anita Leocádia Prestes, foi possível compreender o legado do pensamento de Gramsci para a historiografia, atentando para a importância do instrumental teórico desse autor. O filósofo sardo escreveu célebres anotações no contexto de seu cárcere

¹ Aparelhos privados de hegemonia são “os organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente (e, por isso, são privados) e que não se caracterizam pelo uso da repressão” (COUTINHO, 2007, p. 125).

sob o regime fascista italiano, manuscritos publicados postumamente, onde se encontra uma fina reflexão política, através de um rico diálogo entre a tradição marxista e a teoria política italiana, de Nicolau Maquiavel (1469-1527) a Benedetto Croce (1866-1952), passando pelos teóricos elitistas da península e pelo sociólogo alemão Max Weber (1864-1920).

Em 2018, a partir da complexidade do tema, os estudos sobre Antonio Gramsci se aprofundaram em três disciplinas. A primeira intitulada *Estudos do Caderno 13 de A. Gramsci*, ofertada pelo professor Giovanni Semeraro, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Cabe destacar que nesta disciplina foi apresentada, através da leitura do Caderno 13, a contribuição fundamental à teorização do partido político, o *moderno príncipe*, ou *condottiero*, expressão da vontade coletiva, e uma análise da política a partir da interlocução com a obra de Maquiavel. Foi possível compreender a análise de Gramsci sobre a correlação de forças, novas reflexões sobre Estado e hegemonia, Oriente e Ocidente, guerra de movimento, guerra de posição e revolução passiva, categorias que se encontram no epicentro das reflexões gramscianas de todo o período carcerário.

A segunda disciplina, denominada *Antonio Gramsci e a historiografia*, foi cursada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), ministrada pelos professores Tatiana Poggi e Demian Bezerra de Melo; e, finalmente, a terceira, com o título de *O pensamento de Antonio Gramsci*, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade do Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), ministrada pela professora Silene de Moraes Freire.

Esses estudos possibilitaram aprofundar o debate sobre conceitos como Estado integral; hegemonia; revolução passiva; relações de forças; crise orgânica; moderno Príncipe; entre outros de grande valor heurístico para a pesquisa aqui apresentada. Foi possível compreender a influência de Gramsci na política contemporânea, no campo dos estudos culturais e na produção recente da historiografia marxista brasileira.

O ano de 2018 inclui ainda a participação no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Poder no Brasil (Nupepb), sediado no Programa de Pós-Graduação em História da UFF, e coordenado pela professora Sonia Regina de Mendonça. Em especial, das atividades de leitura dos *Cadernos do Cárcere*, respeitando a ordem cronológica e a numeração utilizada na edição italiana organizada por Valentino Gerratana, e da organização do X Simpósio Nacional

Estado e Poder: Estado Ampliado², realizado pelo Nupepb. Inclui também participação do I Colóquio Internacional Antonio Gramsci, realizado nas instalações do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e o acompanhamento da II Assembleia Geral da *International Gramsci Society Brasil* (IGS-Brasil) e a Assembleia Mundial da IGS. A IGS-Brasil, da qual este autor é membro, tem por finalidade divulgar o pensamento de Gramsci no Brasil, nos âmbitos intelectual, cultural, político e social³. Ambas as situações aguçaram o interesse pelos debates realizados atualmente. Foi possível, por exemplo, constatar a relevância da obra de Gramsci e a riqueza de temas de pesquisa que enseja. Da mesma forma, o estudo sobre seus conceitos e teorias ajudam a compreender e interpretar o conturbado cenário social, político e cultural da atualidade.

Diante desse cenário, com variadas referências, já era possível aferir os grandes temas de natureza política, cultural, intelectual, histórica e sociológica a partir da perspectiva gramsciana em suas diversas vertentes interpretativas. Em especial, a atualidade da reflexão crítica, de modo original, sobre as categorias de Gramsci, que não só renovou o campo da teoria crítica, mas cujo pensamento fornece pistas para superar muitos impasses, à luz dos quais tem sido debatida a democracia que, em última instância, revela a potência e a atualidade desse pensador para a compreensão das formas de manifestação totalitárias.

Nesse percurso, despertou atenção a recorrência ao pensamento de Gramsci, enquanto chave interpretativa da realidade nacional, algo posteriormente confirmado com o levantamento realizado pelo *Mapa Bibliográfico de Gramsci no Brasil*⁴, pelo qual foi possível constatar que o Serviço Social praticamente empata com a área de História e só perde em número de teses e dissertações produzidas pela área de Educação. A pesquisa desenvolvida pelo *Mapa* apresenta um total de 1.704 (mil setecentos e quatro) publicações, compreendendo 1.055 (mil e

² O evento ocorreu em outubro de 2018, sendo apresentado o artigo “Usos e apropriações do pensamento de Antonio Gramsci pelo Serviço Social brasileiro” (TOLÊDO; LOLE, 2018).

³ Em setembro de 2018, no Encontro Nacional da *International Gramsci Society Brasil* (IGS-Brasil), intitulado “Gramsci, o fascismo e a violência no Brasil”, realizado em Florianópolis, teve aprovado para apresentação o artigo “Antonio Gramsci e o Serviço Social: a emancipação dos grupos subalternos” (TOLÊDO, 2018).

⁴ *Mapa Bibliográfico de Gramsci no Brasil* é uma pesquisa realizada por pesquisadoras e pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (NuFiPE) da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (Feuff) em articulação com a *International Gramsci Society Brasil* (IGS-Brasil), cujo objetivo é fazer um levantamento sobre a produção acadêmica acerca do pensamento de Antonio Gramsci no Brasil. Ressalta-se que o *Mapa Bibliográfico* teve três edições (2016, 2018, 2019), todas coordenadas pelo NuFiPE/UFF, sendo que no ano de 2020 a mesma passou a ser de responsabilidade da Coordenação Científica da IGS-Brasil. Destaca-se, também, que a coleta de dados se deu, exclusivamente, por meio eletrônico, o que justifica a ausência de bibliografia mais antiga no levantamento.

cinquenta e cinco) livros, capítulos de livros e artigos científicos publicados, e 649 (seiscentos e quarenta e nove) teses e dissertações defendidas (Mapa, 2019). Neste universo foram mapeadas teses e dissertações produzidas e disponibilizadas em formato digital no âmbito dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil.

Com os dados do *Mapa* é possível afirmar que o pensamento de Gramsci adensa ainda hoje as produções dos Programas de Pós-Graduação no Serviço Social brasileiro, com destaque para o uso da categoria Estado em uma interpretação ampliada, relacionada aos temas de sociedade civil; hegemonia; intelectuais orgânicos e tradicionais; filosofia da práxis; revolução passiva; subalternidade; partido político; dentre outras.

Desse modo, o pensamento de Gramsci contribui tanto no alargamento dos estudos teóricos quanto na possibilidade de uma compreensão mais crítica da realidade, através de um arco significativo de categorias. De acordo com Lole (2014):

A arquitetura das categorias gramscianas tem a possibilidade de interpretar os fenômenos sociais a partir de uma relação entre o poder estruturante das estruturas sociais e as dimensões criativas e subversivas dos indivíduos e dos grupos sociais nos seus contextos históricos e sociais singulares. (Lole, 2014, p. 22).

Ademais, nesses estudos foi possível identificar quanto o pensamento de Gramsci foi utilizado nessas últimas décadas para pensar o processo de transição democrática, que começou em 1985, após o período de 21 anos da ditadura militar no Brasil (1964-1985).

Com sua obra, o pensador italiano ofereceu subsídios para elucidar diversas indagações e segue contribuindo para a problematização e mediação do Estado, no Serviço Social, através da integralidade do conceito de Estado, ao incluir a sociedade civil como aparelho privado de hegemonia.

É, portanto, a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, através das produções acadêmicas advindas do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-Rio, sob a orientação da professora Miriam Limoeiro Cardoso⁵, que tem início a interlocução do Serviço Social com os textos gramscianos. Desde então, é possível identificar uma reconstituição sócio-histórica do itinerário e dos textos gramscianos no Serviço Social brasileiro, com destaque para os estudos referentes ao Estado; sociedade civil; hegemonia; classes subalternas; intelectuais orgânicos e tradicionais; filosofia da práxis; revolução passiva;

⁵ Socióloga brasileira que, ao longo do desenvolvimento de suas pesquisas, analisa o processo de produção do conhecimento sobre a sociedade, fundamentada na teoria marxista.

transformismo; reforma intelectual e moral; partido político; dentre outros, conforme destaca Simionatto (2011).

Cabe salientar que nos anos 1980 e, principalmente, na década de 1990, a perspectiva crítica ganha espaço expressivo no Serviço Social e se torna referência constante nas produções teóricas da profissão. O acervo do Serviço Social se adensa com a criação e ampliação dos Programas de Pós-Graduação e com a inserção das(os) assistentes sociais em Programas de outras áreas, o que resulta, a partir da produção teórica elaborada, na socialização do conhecimento em livros e periódicos do campo marxista, que se valem do pensamento de Gramsci em suas produções, o que prossegue na atualidade.

O pensamento gramsciano tornou-se, então, um referencial que possibilitou a elaboração de discussões sobre questões relativas às instâncias estrutural e superestrutural, na problematização das esferas econômica, política, ideológica e cultural. Emergiram reflexões acerca das classes sociais, do Estado, da sociedade civil e dos intelectuais na análise da realidade social, ampliando a base dos fundamentos do Serviço Social. Assim, a obra gramsciana ofereceu ao Serviço Social um quadro teórico próximo à realidade e aos processos políticos da época. Diante desse contexto, as elaborações teóricas contribuíram na qualificação do processo de renovação do Serviço Social, com incidências fundamentais no estatuto teórico-político e técnico-operativo da profissão.

A obra de Gramsci possibilitou reflexões capazes de criar uma concepção de mundo, orgânica a um projeto ético-político de sociedade que revoluciona o modo capitalista de produção e suas correlatas relações sociais.

[...] capaz de despertar a consciência crítica e libertar-se do colonizador, “o projeto de Gramsci mostra que as classes subalternas precisam se organizar para se ‘tornarem dirigentes’ com uma criadora práxis filosófico-política, instituidora de sujeitos autônomos e associados, fundadora de um novo Estado que garanta a socialização do poder econômico, político e cultural”. (Semeraro, 2006, p. 10).

Antonio Gramsci foi um dos intelectuais críticos do socialismo italiano que marcou o pensamento marxista europeu. Secretário-geral do *Partito Comunista D'Italia* (PCD'I)⁶, brilhante debatedor e parlamentar de notável vigor, foi preso pelo regime fascista de Mussolini, em novembro de 1926.

Em maio de 1928, no Tribunal Especial de Milão, tem início o processo contra o grupo dirigente do PCD'I, no qual o promotor Michele Isgrò afirma em relação a Gramsci: “Devemos impedir esse cérebro de funcionar durante vinte

⁶ PCD'I: partido político ativo legalmente de 1921 a 1926 e, depois, clandestinamente até 1943, quando retorna à legalidade assumindo a denominação oficial de Partido Comunista Italiano (PCI).

anos”. Em 4 de junho ele é condenado a 20 anos, 4 meses e 5 dias de reclusão. Depois de passar por várias penitenciárias, e após ser submetido a uma visita médica, Gramsci é enviado à Casa Penal Especial de Turi, em julho de 1928, obtendo uma cela individual em agosto. A permissão para escrever só veio em janeiro de 1929, mais de dois anos após sua prisão. Gramsci inicia, então, em 8 de fevereiro de 1929, a redigir o que ficaria conhecido como os *Cadernos do cárcere* (*Quaderni del carcere*). Até a transferência à prisão de Civitavecchia, em novembro de 1933, havia iniciado e completado a redação de 21 cadernos, os quais são constituídos por notas, muitas vezes separadas por títulos. Ao todo, escreveu 33 cadernos. Esse restante foi redigido até abril de 1935, quando uma terceira grave crise de saúde o deixou impossibilitado de escrever.

Quatro desses cadernos são dedicados inteiramente a exercícios de tradução, sobretudo do alemão. De Marx traduziu as *Teses de Feuerbach*, o *Prefácio* de 1859, parte do *Manifesto Comunista*, a *Questão Judaica*, *Trabalho assalariado e capital* e um fragmento da *Sagrada Família*. Também traduziu algumas fábulas dos irmãos Grimm, o livro de *Conversações de Goethe com Eckermann*, do próprio Eckermann e poesias de Goethe, o número especial de 14 de outubro de 1927 da *Die literarische Welt* (O mundo literário) sobre a literatura estadunidense e o manual de linguística de Franz Nikolaus Finck, *Die Sprachstämme des Erdkreises* (A genealogia das línguas na terra). Do russo, traduziu também uma antologia, contendo, em sua maioria, contos de Tolstói, Turguêniev e Dostoievski, e, em menor número, do inglês John Milton.

Esses cadernos de tradução foram iniciados em 1929 e interrompidos em 1932, quando passou unicamente a revisar seus próprios apontamentos⁷. Os demais 29 cadernos (com exceção de partes do 7 e do 9, de traduções) são de autoria do próprio Gramsci, e tratam dos mais variados temas. Para ficarmos somente nos cadernos “especiais”, os temas são: história (C⁸ 19 sobre o *Risorgimento*⁹ e o C 25 sobre os grupos sociais subalternos), com especial atenção à história dos intelectuais e os princípios educativos (C 12); política, de modo particular na sua interpretação de Maquiavel (C 13 e C 18); filosofia, dedicado ao confronto com Croce (C 10) e Bukharin (C 11); religião, principalmente sobre a Ação Católica (C 20); crítica literária (C 4 sobre Dante e C

⁷ Disponível em: <<http://www.giannifrancioni.it/wp-content/uploads/2013/01/Nota-al-testo-dei-%C2%ABQuaderni-di-traduzioni%C2%BB-di-Gramsci-20072.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

⁸ Para facilitar a referência, adotou-se a letra “C” seguida do seu respectivo número para identificar os cadernos.

⁹ Movimento ocorrido na história italiana, entre 1815 e 1870, que buscou unificar o país, até então uma coleção de pequenos Estados submetidos a potências estrangeiras.

21 sobre literatura popular) e teoria literária (C 23 dialogando com De Sanctis); linguística e gramática (C 29); folclore (C 27); sociologia (C 22 sobre o americanismo e fordismo); e jornalismo (C 24).

Apesar da aparente multiplicidade, todos os temas possuem um mesmo *leitmotiv* que os organiza em torno da teoria desenvolvida por Gramsci sobre hegemonia. E essa estruturação em torno do conceito é crucial, uma vez que, para o pensador italiano, a teoria da hegemonia é o centro dos últimos desenvolvimentos da teoria marxista: “o traço essencial da filosofia da práxis mais moderna consiste, precisamente, no conceito histórico-político de hegemonia” (Gramsci, 2005a, p. 194)¹⁰.

O conceito de hegemonia em Gramsci ganha um amplo destaque nas análises realizadas naquele momento em diante. Em especial, porque é na hegemonia política que se dá o ponto de contato entre a sociedade civil e a sociedade política, ou seja, entre o consenso e a força (Cospito, 2017). Isso porque a postura dialética de Gramsci é respaldada pela convicção de que a “distinção entre sociedade política e sociedade civil é puramente metódica, não orgânica e, na vida histórica concreta, sociedade política e sociedade civil são uma mesma coisa” (Liguori, 2017, p. 261) – uma visão que extrapola a concepção do Estado dotado de vontade própria e desvinculado dos grupos sociais.

Nesse sentido, para Gramsci, nas sociedades *ocidentais* – por contraste às *orientais* e mais primitivas – o Estado se estende à sociedade civil através do conjunto de organismos denominados aparelhos privados de hegemonia. Isso significa que na sociedade civil os aparelhos culturais e intelectuais influenciam a opinião pública, moldando os padrões de civilidade.

Logo após ser encarcerado, Gramsci se preocupou com a desintegração moral de sua condição de prisioneiro, ou seja, considerou desde cedo a possibilidade de não ser libertado prontamente e o conseqüente embrutecimento que poderia resultar de uma longa permanência na prisão. Dois meses após ser confinado envia uma carta à sua cunhada, Tatiana Schucht, na qual escreve:

Estou atormentado (e este, penso, é um fenômeno típico dos prisioneiros) por esta ideia: de que é preciso fazer algo *für ewig* [...]. Em suma, segundo um plano preestabelecido, gostaria de me ocupar intensa e sistematicamente de alguns temas que me absorvessem e centralizassem minha vida interior. Pensei em quatro

¹⁰ Carta a Tatiana Schucht de 2 de maio de 1932. Ver ainda, nos *Cadernos do cárcere*: “Pode-se dizer que não só a filosofia da práxis não exclui a história ético-política, como, ao contrário, sua mais recente fase de desenvolvimento consiste precisamente na reivindicação do momento de hegemonia como essencial à sua concepção estatal e à ‘valorização’ do fato cultural, da atividade cultural, de uma frente cultural como necessária, ao lado das frentes meramente econômicas e políticas” (GRAMSCI, 2013, p. 29).

temas até agora, e já isto é um indicador de que não consigo me concentrar. (Gramsci, 2005b, p. 128).¹¹

Essa obstinação de prisioneiro o levaria a uma inflexão na sua produção. Sua volumosa escrita anterior ao cárcere era voltada quase inteiramente ao jornalismo¹² e, mesmo após várias solicitações para publicá-la, nunca o permitiu, pois, para ele, “estas linhas eram escritas no dia a dia e [...] deviam morrer no fim do dia” (Gramsci, 2005a, p. 83)¹³.

Um projeto de escrita *für ewig*, ou seja, para a eternidade, deveria ser, ao contrário, um estudo intenso, sistemático e “de um ponto de vista ‘desinteressado’” (Gramsci, 2005b, p. 128)¹⁴, para com isso proteger sua vida interior. Nessa mesma carta, Gramsci apresenta seu primeiro plano de estudos, composto pelos seguintes temas: a formação do espírito público na Itália do século XIX, ou seja, uma pesquisa sobre os intelectuais italianos (para dar seguimento ao seu texto de 1926, “A questão meridional”); um estudo de linguística comparada; o teatro de Pirandello e o gosto teatral italiano; romances de folhetim e o gosto popular na literatura (op. cit., p. 128), os quais considera segundo um elo: “No fundo, para quem observar bem, entre esses quatro temas existe homogeneidade: o espírito popular criativo [...]” (op. cit., p. 129). Nesse elo pode-se encontrar *in germen* algumas das características basilares que desembocam na teoria da hegemonia, isto é, a função dos intelectuais ligados à formação de uma espécie de consenso (o *espírito público*), junto à mentalidade popular (o *gosto popular*).

Gramsci morreu em um sanatório romano, em abril de 1937, sob severa vigilância política, quando mal havia completado quarenta e seis anos de idade. Seu pensamento, no entanto, nascido em meio às lutas das primeiras décadas do século XX, estruturou-se de forma original e chegou ao século XXI como recurso indispensável para a compreensão da modernidade capitalista (Vacca, 2016). O filósofo sardo foi capaz de emergir intelectualmente do ambiente revisionista

¹¹ Carta a Tatiana Schucht de 19 de março de 1927.

¹² A produção jornalística de Gramsci inicia-se com publicações no *Il grido del popolo* e no *Avanti!*, em 1916.

¹³ Carta a Tatiana Schucht, de 7 de setembro de 1931.

¹⁴ Mais adiante, nessa mesma carta, Gramsci alude a esse caráter desinteressado na explicação acerca do segundo item do plano de estudos: “2) Um estudo de linguística comparada! Nada menos que isso. Mas o que poderia ser mais ‘desinteressado’ e *für ewig* do que esse tema? Tratar-se-ia, naturalmente, de abordar apenas a parte metodológica e puramente teórica do assunto, que jamais foi tratado de modo completo e sistemático do novo ponto de vista dos neolinguistas contra os neogramáticos” (GRAMSCI, 2005b, p. 128). Também na discussão sobre a escola profissional e a escola formativa do Caderno 12, Gramsci concebe esse “desinteresse” como ausência de uma “imediata finalidade prático-profissional” (2014a, p. 46). Segundo ele: “[...] partindo da criança até chegar aos umbrais da escolha profissional. De fato, nesse período, o estudo ou a maior parte dele deve ser (ou assim aparecer aos discentes) desinteressado, ou seja, não deve ter finalidades práticas imediatas ou muito imediatas, deve ser formativo ainda que ‘instrutivo’, isto é, rico de noções concretas” (op. cit., p. 49).

marxista, combater o positivismo social-reformista e transitar para a *filosofia da práxis*¹⁵, procedendo à releitura crítica de autores, especificamente Benedetto Croce¹⁶ e Georges Sorel¹⁷, que contribuíram no debate sobre o revisionismo¹⁸ (Galastrri, 2015)¹⁹.

Do início ao fim da vida, Gramsci foi e permaneceu um intelectual político e um ativista da cena política italiana. Seus escritos *teóricos* se desenvolveram a partir desse engajamento mais orgânico com sua própria sociedade e época, sempre na intenção de servir não a um objeto acadêmico abstrato, mas de informar a prática política através dos usos de categorias aplicadas a situações políticas concretas.

Segundo Hall (2003), Gramsci atua, principalmente, dentro dos parâmetros mais amplos do materialismo histórico, conforme esboçado na tradição dos estudos marxistas definidos nas obras de Marx e Engels e, nas primeiras décadas do século XX, por representantes como Lenin, Rosa Luxemburgo, Trotsky, Labriola, Togliatti, entre outros. Nesse sentido, o marxismo fornece os limites gerais dentro dos quais os desenvolvimentos, refinamentos, revisões, avanços e formulações originais de Gramsci operam. Acrescenta ainda o referido autor que:

Contudo, ele nunca foi um “marxista” no sentido doutrinário, ortodoxo ou “religioso”. Ele sabia que a estrutura geral da teoria de Marx tinha que ser constantemente desenvolvida teoricamente; aplicada a novas condições históricas; relacionada aos desenvolvimentos sociais que Marx e Engels não puderam prever; expandida e refinada pela adição de novos conceitos. (Hall, 2003, p. 295).

Talvez resida nesta visão a explicação de por que Gramsci adaptou e desenvolveu os conceitos de Marx através de ideias mais novas e originais, sofisticando amplamente muitos dos aspectos dessa estrutura teórica para torná-la mais pertinente às relações contemporâneas nos séculos XX e XIX.

¹⁵ O conceito de *práxis*, como agir individual e social, está no centro de toda a filosofia inaugurada por Karl Marx e pelo seu modo de abordar os problemas da produção e da ciência. Mas, segundo Semeraro (2006), é em Gramsci que ocorre o resgate marxista sua originalidade e integralidade evitando distorções que o reduzem simplesmente à prática ou à teoria, sem nexo dialético entre elas.

¹⁶ Filósofo, historiador e político italiano que escreveu sobre diversos assuntos, incluindo filosofia, história, historiografia e estética. Em muitos aspectos, Croce era liberal, embora se opusesse ao livre comércio do *laissez-faire*. Exerceu considerável influência sobre outros intelectuais italianos, incluindo o marxista Antonio Gramsci e o fascista Giovanni Gentile, com quem rompeu a parceria intelectual, justamente por conta do fascismo.

¹⁷ Teórico francês do sindicalismo revolucionário, muito popular em seu país, assim como na Itália e nos Estados Unidos.

¹⁸ A palavra revisionismo, no movimento marxista, é usada para se referir a várias ideias, princípios e teorias que se baseiam em uma significativa *revisão* das premissas marxistas fundamentais.

¹⁹ Gramsci apresenta algumas dessas críticas no C13. Em grande parte dedicado à Maquiavel, é considerado um testamento político anti-Croce que, logo nas primeiras notas das 40 (quarenta) que compõe o caderno, identifica-se a crítica de Gramsci ao mito soreliano.

Embora não exista uma interpretação consensual sobre as ideias de Gramsci a respeito da teoria social (Gill, 2007), o pensador italiano é recorrentemente citado e referenciado tanto nos estudos pós-coloniais quanto nos estudos que analisam a emergência de personalidades políticas, grupos e discursos conservadores de característica fascista na esfera pública²⁰. Cabe aqui destacar que, atualmente, inúmeros estudiosos utilizam-se dos conceitos elaborados por Gramsci para pensar os avanços e desafios da tradução do marxismo e o protagonismo dessa leitura pela periferia. Debate que será abordado mais adiante.

As citações justificam-se pela sua preocupação com a conjuntura do fascismo italiano no período entre guerras ou da leitura do partido na construção da hegemonia. Contudo, a riqueza do pensamento de Gramsci não se limita à conjuntura onde foi desenvolvido, ou seja, no contexto italiano das décadas de 1920 e 1930. Pelo contrário, os temas recorrentes do seu pensamento fornecem linhas teóricas e intelectuais mais profundamente ligadas a diversas questões contemporâneas do que poderia sugerir uma rápida leitura sobre seus escritos.

Desde a década de 1920, quando ocorre a recepção do pensamento de Gramsci no Brasil²¹, o filósofo sardo se tornou constante nos estudos críticos sobre a realidade nacional. Uma possível explicação para esse fato talvez resida no uso que os estudiosos brasileiros fazem da leitura de Gramsci sobre a realidade italiana, em especial da categoria revolução passiva²², elaborada por Gramsci para pensar o *Risorgimento* italiano do século XIX, a qual diversas vezes foi utilizada para discutir as contradições da modernização capitalista brasileira. A revolução passiva é, para Gramsci, uma revolução de restauração, isto é, uma transformação por cima e por meio da qual os influentes modificam lentamente as relações de força para neutralizar seus inimigos, que são de baixo. Cabe destacar, por exemplo, que a leitura que Gramsci fez da natureza afastada, antipopular e cosmopolita da classe intelectual italiana também é identificada quando se observa o mesmo cosmopolitismo e vínculo com a elite na classe intelectual brasileira.

No Brasil, o pensador sardo é consagrado pela sua influência tanto na política quanto na vida cultural. Embora tenha se referido ao Brasil uma única vez

²⁰ Um exemplo é o trabalho do crítico cultural indiano Aijaz Ahmad (2002), que assinala o caráter central do fascismo nas reflexões do marxista italiano.

²¹ Sobre a recepção de Gramsci no Brasil e no Serviço Social, ver capítulo 1 desta tese.

²² “[...] o critério interpretativo das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações” (GRAMSCI, 2014b, p. 317).

nas mais de duas mil páginas dos *Cadernos do cárcere*, Gramsci fornece chaves interpretativas contundentes para a realidade nacional.

Muitos dos seus conceitos permitem entender a atualização do capitalismo e a onda conservadora de característica fascista que se instaurou no Brasil nos últimos anos. Isto é, diante de uma conjuntura denominada de *necropolítica*²³, com ações racistas, xenofóbicas, misóginas etc., como, por exemplo, no contexto da pandemia da Covid-19, entende-se a exigência de ações que congreguem as necessidades dos trabalhadores, assim como na época do fascismo italiano do início do século XX. Portanto, em tempos sombrios e neoconservadores como o atual, Gramsci nos desafia a uma reflexão sobre a sociedade capitalista desde o início do século XX, introduzindo, definitivamente, a hegemonia como elemento indispensável para a correlação de forças na sociedade, a partir da conquista do consenso, da legitimidade, da direção que se constrói em torno de determinado projeto societário.

Segundo um dos seus interlocutores, Carlos Nelson Coutinho (1997), isso se deve, em grande parte, à renovação do pensamento marxista no Brasil a partir de 1956, intimamente ligado ao período de ascensão das lutas populares nos anos 1950, no qual, inclusive, o pensamento marxista começa a romper as fronteiras do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Cabe destacar que Gramsci não era, nessa época, um desconhecido. Segundo Franco (2014), nos anos 1930 havia referências ao marxista italiano no Brasil. Estas, porém, não estavam ligadas à sua obra, mas, sim, à sua trajetória pessoal: “Gramsci era apresentado até então como o exemplo de ‘homem de partido’, que morrera como mártir após anos de sofrimento nas masmorras de Mussolini” (Franco, 2014, p.130).

Seria, portanto, somente com a partir de 1958 que os escritos de Gramsci começaram a ingressar no universo de referências comunistas e, portanto, dos marxistas brasileiros. Em especial, a partir de abril de 1964, quando surgem as primeiras edições de Gramsci no Brasil. Para Bianchi (2007) é a partir da publicação do último volume da edição temática dos *Cadernos*, que coincidiu com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5)²⁴, em dezembro de 1968, que o

²³ Necropolítica compreendida como “[...] a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder” (MBEMBE, 2016, p. 123).

²⁴ Os Atos Institucionais (AI) foram diplomas legais baixados pelo Poder Executivo no período de 1964 a 1969, durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), editados pelos comandantes-em-chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pelo presidente da República, com o respaldo do Conselho de Defesa Nacional. Estas normas estavam acima de todas as outras e até mesmo da

pensamento de Gramsci ganha morada nas universidades brasileiras, tornando-se referência nas produções que se pretendiam uma discussão crítica e não circunscrita aos círculos intelectuais que faziam parte da resistência à ditadura militar, instituída em 1º de abril de 1964.

Carlos Nelson Coutinho, em uma de suas últimas entrevistas, em setembro de 2012, ao programa *Milênio*, do canal de TV jornalístico Globo News, observa que a teoria de Gramsci não só chegou cedo na América Latina como sua absorção nas interpretações da realidade latino-americana se deu em decorrência, por exemplo, do uso do conceito de revolução passiva, a partir do qual Gramsci pensa a realidade italiana de sua época, quando transformações foram feitas de cima para baixo, sem protagonismo popular. Para Coutinho (2012), um processo similar ao ocorrido nos países latinos e que aparecerá nesta tese nos momentos em que se analisa o uso da categoria Estado integral.

Pensar, portanto, a interlocução do pensamento de Gramsci com o Serviço Social não parece algo distinto do viés que marcou a aproximação inicial entre a área e a tradição marxista. Como observa Netto (2006), essa proximidade do marxismo não se viabiliza apenas por atos de vontade de alguns profissionais do Serviço Social, mas, em especial, para compreender o significado da profissão e a fundamentação dos aportes teóricos que, nomeadamente a partir da sistematização e da crítica das suas práticas, as(os) assistentes sociais utilizam para adensar o conhecimento sobre os processos sociais.

Algo com que parece concordar Neves (2017), quando observa que a influência de Gramsci para o Serviço Social deve ser aprofundada a partir de alguns elementos históricos presentes na profissão, direcionados para a construção de uma lógica profissional pautada em uma cultura política voltada à lógica dos direitos. Diz a autora:

[...] sob a influência de Gramsci avançamos nas lutas profissionais, nas disputas entre projetos e culturas políticas profissionais ao fortalecer práticas democráticas, pautadas na direção de um projeto político profissional ético-político, portanto universal, baseado nas coletividades, nos interesses públicos e não mais em ações individuais, particulares e conservadoras. (Neves, 2017, p. 35).

Gramsci apresenta-se, portanto, como um dos referenciais que permitiram ao Serviço Social interrogar-se sobre questões relativas às classes sociais, o

Constituição (1946 e 1967). Foram utilizados como mecanismos de legitimação e legalização das ações políticas dos militares, estabelecendo para eles diversos poderes extraconstitucionais. Entre 1964 e 1969 foram decretados 17 atos institucionais, regulamentados por 104 atos complementares. O governo ditatorial militar defendia que seu objetivo, com a instituição destas normas, era combater a corrupção e a subversão (SILVA, 2003).

papel das ideologias e, sobremaneira, os papéis das(os) assistentes sociais enquanto intelectuais na análise e compreensão da realidade social, possibilitando o desenvolvimento de uma atitude mais crítica e investigativa (Simionatto, 2011). Entretanto, é o conceito de Estado integral que o Serviço Social recorrentemente se utiliza para pensar a relação entre Estado e sociedade civil, em especial pelo viés interpretativo do Estado enquanto aparelho de dominação que atua em conformidade com as classes que dominam a economia e que sustentam um projeto hegemônico, sem perder de vista que tais categorias se articulam entre si.

Outro elemento significativo e não menos importante desta aproximação se dá pela incorporação das decisivas contribuições e reflexões de Carlos Nelson Coutinho à luz do legado gramsciano. Autor reconhecido nacional e internacionalmente como um dos mais importantes intérpretes do pensador italiano, Coutinho²⁵ é citado e referenciado por Hobsbawm (2011), Baratta (2004; 2011), Liguori (2016), entre outros. Segundo Semeraro (2012), Gramsci e Coutinho tornaram-se, inquestionavelmente, duas figuras indissociáveis no Brasil. Desde os anos 1960, o nome de Coutinho se notabiliza no Brasil como *tradutor* da obra de Gramsci.

De acordo com Simionatto (2012), foi no Serviço Social que Coutinho estabeleceu profícua e contínua interlocução ao longo da sua trajetória intelectual e política. Isso ocorreu a partir de 1986, quando Coutinho ingressou como professor do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ.

As disciplinas por ele ministradas, tanto no curso de Serviço Social como em outras áreas, terão Gramsci como eixo central. Suas obras, aulas, conferências e debates ganharam densidade e contribuíram para a reelaboração teórica da profissão. Desse modo, possibilitou que as categorias trazidas do pensamento de Gramsci passassem, progressivamente, a ser incorporadas pelo Serviço Social, abrindo possibilidades de alterações significativas em seu estatuto teórico-político e técnico-operativo.

Com base nesses antecedentes buscou-se apresentar o que foi abordado nesta tese, a qual se trata de um estudo documental e bibliográfico sobre (e com) o referencial teórico gramsciano. Para isso, um conjunto de decisões, estratégias e técnicas metodológicas qualitativas e quantitativas foram explicitadas nos momentos adequados.

²⁵ Coutinho foi um militante vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, posteriormente, ao Partido dos Trabalhadores (PT), até o rompimento em decorrência de divergências políticas com o governo Lula (2003-2011) e a criação do Partido Socialismo e Liberdade (Psol).

Como já anteriormente exposto, considera-se relevante ratificar que foram consideradas quatorze (14) teses defendidas entre os anos de 2006 e 2016, identificadas nos repositórios digitais produzidas nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social brasileiro com notas a partir de 4 pela avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), produzidas exclusivamente por assistentes sociais e com textos que trabalharam a categoria Estado integral ou Ampliado, e que continham citações diretas e/ou indiretas de Gramsci, com o intuito de aprimorar e organizar fundamentos teóricos e usos que auxiliam a análise das apropriações do conceito gramsciano de Estado. Por meio desses critérios, das trinta (30) teses identificadas, dezesseis (16) teses foram eliminadas por não atenderem aos requisitos selecionados²⁶, conforme indicado no quadro a seguir:

Quadro 1 - Mapeamento e seleção das teses analisadas

Nota do PPG	Universidade	Teses pré-selecionadas	Teses excluídas	Teses selecionadas
7	PUC-SP	1	1	0
6	UFRJ	4	1	3
	PUCRS	2	0	2
	UFPE	5	3	2
	UNB	2	2	0
	UFMA	4	4	0
	Uerj	4	2	2
5	PUC-Rio	3	0	3
4	UFPI	2	2	0
	Unesp-Franca	2	0	2
	UEL	1	1	0
Total:		30	16	14

Fonte: Elaborado pelo autor com base no material empírico da pesquisa (2021).

Buscou-se compreender como o pensamento gramsciano tem contribuído para o debate teórico-metodológico na produção do conhecimento do Serviço Social brasileiro, através da forma pela qual a categoria Estado integral é contextualizada nas teses elaboradas por assistentes sociais. Por exemplo, ao identificar como e quais categorias gramscianas e argumentos são utilizados para pensar o Estado no sentido integral; elencando quais os(as) autores(as), além de Gramsci, foram utilizados(as) no debate conceitual.

²⁶ Ver Apêndice 1: Relação de teses identificadas e não selecionadas.

E, finalmente, em que medida essas produções, referenciando-se no conceito de Estado integral, de Gramsci, adensam a produção teórica do Serviço Social brasileiro e contribuem para a compreensão das relações que envolvem a agenda e a formulação das políticas sociais. Cabe esclarecer que o presente estudo procura demonstrar as mediações anteriormente citadas, identificando a contribuição do uso do conceito de Estado integral nas produções teóricas elaboradas pelo Serviço Social brasileiro.

A tese está estruturada em três capítulos, além da introdução e das considerações finais.

O **capítulo 1**, intitulado “(Para um) Inventário antropofágico: Gramsci e o Serviço Social brasileiro e a incidência da leitura Coutiniana”, foi elaborado tendo como perspectiva compreender a influência de Gramsci no Serviço Social brasileiro. Para isso, buscou-se identificar a difusão de Gramsci no Brasil pelos seus divulgadores e, principalmente, a influência que a interpretação de Gramsci por Carlos Nelson Coutinho teve sobre os usos no Serviço Social brasileiro, e suas implicações no debate sobre o Estado, possibilitando avançar nas lutas profissionais, nas disputas entre projetos e culturas políticas profissionais, ao fortalecer práticas democráticas, pautadas na direção de um projeto profissional ético-político.

A pesquisa examinou também o processo de transferência de ideias de um contexto para o outro, utilizando-se para isso as metáforas da tradução, da circulação e da produção²⁷, importantes instrumentos de análise sobre a constituição de uma produção tropical gramsciana, que transcende o contexto de origem italiano para pensar as particularidades das questões do Serviço Social brasileiro. Isso possibilita pensar o processo de produção das ideias não como simples transferência, nem consumo passivo de informações produzidas em outro contexto; ao contrário, implica sempre numa transação entre diferentes culturas, em um processo no qual o resultado não poderia estar necessariamente previsto no original.

Pensar a interlocução do pensamento de Gramsci com o Serviço Social brasileiro não parece algo distinto do viés que alcançou considerável visibilidade nos círculos acadêmicos da chamada *teoria pós-colonial*. Desse modo, o encontro de Gramsci com contextos e culturas distintas dos de origem possibilitou não só a tarefa da tradução do marxismo pela periferia como a criação de novos projetos políticos.

²⁷ Sobre essa discussão ver Bianchi (2016a, 2016b).

No **capítulo 2**, “A perspectiva crítica do Estado e a integralidade da abordagem de Antonio Gramsci”, consta a base teórica central deste estudo, tendo como objetivo fundamental recuperar as principais contribuições do pensamento de Gramsci acerca da discussão do Estado. Isto é, a compreensão de Estado através do uso da noção de integralidade (ou ampliação) que conjuga a existência de duas esferas conectadas – sociedade civil e política – no interior das superestruturas.

Entende-se que o pensador italiano não elimina as concepções teóricas sobre Estado no âmbito do marxismo, mas as reinterpreta sob as novas configurações do capitalismo da sua época, reatualizando a discussão e a compreensão sobre as formas de dominação contemporânea, que exigem uma leitura para além do aparato da sociedade política. Para isso, são apresentadas as principais contribuições clássicas sobre Estado e uma exposição da teoria clássica marxista de Estado, em especial a elaborada por Gramsci, que se revela uma ferramenta metodológica de análise para os estudiosos sobre a temática.

No **capítulo 3**, “Sobre Gramsci e com Gramsci: usos do conceito de Estado integral nas teses do Serviço Social (2006-2016)”, é apresentada a metodologia empregada e a análise da investigação realizada nas quatorze (14) teses selecionadas, buscando identificar qual a importância, a justificativa e os argumentos utilizados nessas produções para pensar o Estado no sentido ampliado, bem como a identificação das principais referências bibliográficas adotadas pelos pesquisadores para o debate.

A seleção das teses foi feita em um universo de mais de 1.250 documentos localizados, dentre teses, dissertações e artigos científicos que apresentavam em seu conteúdo referências a Gramsci. Após o levantamento inicial, foram selecionadas as teses que continham o conceito de Estado integral.

As produções selecionadas são teses produzidas no período de 2006 a 2016, e que continham no título e/ou no resumo, e/ou no sumário, e/ou nas palavras-chave, e/ou no texto, e/ou referências bibliográficas os seguintes termos: Estado; Estado integral; Estado ampliado; sociedade civil; Antonio Gramsci; Karl Marx; e marxismo.

As teses selecionadas foram lidas na íntegra e as análises recaíram sobre a forma como os(as) autores(as) utilizaram o conceito de Estado integral, na perspectiva de compreender a forma pela qual o pensamento de Gramsci é contextualizado nas produções e averiguar se essas produções conservam ou transcendem as discussões que marcaram a recepção de Gramsci no Serviço Social brasileiro entre os anos 1970/1980, ainda marcadas pelo lastro conservador

não erradicado pela perspectiva crítica adotada pela profissão, conforme pretende-se demonstrar.

Por fim, esta tese destaca a atualidade dos usos da categoria Estado integral em Gramsci para a compreensão da realidade nacional pelo Serviço Social, bem como a proficuidade da leitura mais ampla dos seus escritos, possibilitando que outros debates possam ser realizados em diferentes perspectivas no tempo e espaço.

Nas **considerações finais** constam, de forma sintética, os principais achados, questionamentos e implicações nos usos e práticas construídas a partir dos diversos entendimentos dos conceitos de Gramsci.

O que se pretendeu, com esta pesquisa de doutoramento, foi realizar uma varredura sensível às muitas formas – diversificadas e multifacetadas – que o Serviço Social se utilizou para construir seu arcabouço teórico, contribuindo para sua atuação no Brasil de forma relevante e contundente, possibilitando, através do uso do conceito de Estado integral, transcender o contexto de origem italiano para pensar as particularidades das questões do Serviço Social brasileiro.

2

(Para um) Inventário antropofágico: Gramsci e o Serviço Social brasileiro e a incidência da leitura Coutiniana

A influência do pensamento gramsciano nas produções teóricas do Serviço Social se deu a partir do caminho percorrido por algumas(uns) das(os) assistentes sociais que fizeram os primeiros usos ou que desenvolveram análises sobre esse uso em suas produções, como Alba Maria Pinho de Carvalho, Marina Maciel Abreu, José Paulo Netto, Vicente de Paula Faleiros, Carlos Nelson Coutinho e Ivete Simionatto.

A análise aqui proposta tem duas questões norteadoras de explicação. A primeira considera as discussões já produzidas por autores e autoras que abordaram o marco inicial do processo de renovação do Serviço Social no Brasil²⁸, nos anos 1960, quando grupos de profissionais de diferentes países latino-americanos passaram a questionar as propostas do Serviço Social tradicional²⁹. Além do chamado “Método Belo Horizonte”³⁰, um dos responsáveis pelo processo de renovação profissional que, posteriormente, possibilitou a aprovação das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996) e que promoveu a revisão curricular do processo de formação profissional face às exigências da contemporaneidade. Dessa forma, investiga-se até que ponto esses movimentos contribuíram para a aproximação da tradição marxista, especialmente a obra gramsciana, como chave interpretativa da questão social, sobretudo a centralidade que a categoria Estado ganha nas produções teóricas do Serviço Social.

A segunda questão busca compreender a consolidação da opção pela via *coutiniana* de Gramsci, tornada uma chave interpretativa hegemônica no Serviço Social. Em razão disso, é abordada, neste estudo, a trajetória de Carlos Nelson Coutinho e discutimos o conceito de Estado de Gramsci, interpretado por este

²⁸ “Entendemos por Renovação o conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais” (NETTO, 2015, p. 131).

²⁹ Ver Iamamoto (1994) e Silva (2009).

³⁰ A intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional teve como marco principal a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, responsável pela formulação do Método Belo Horizonte, mais conhecido como Método BH. É neste espaço que a perspectiva renovadora da profissão se destacou originalmente no Brasil.

intelectual brasileiro, resgatando e apontando o uso de suas interpretações nas teses elaboradas na área do Serviço Social.

Contudo, cabe considerar como os conceitos de Gramsci permanecem atuais e podem ser adaptados (traduzidos) a outros contextos e realidades. A categoria subalterno, por exemplo, com presença marcante nos estudos da área do Serviço Social e na Escola de Estudos Subalternos, sinaliza o processo de transferência de ideias de um contexto para outro enquanto importantes instrumentos de análise, quando se propõem refletir sobre a constituição de uma produção tropical gramsciana, que transcende o contexto de origem italiano para pensar as particularidades das questões do Serviço Social brasileiro. Em especial, é possível compreender o quanto essas ideias ganham força no processo de produção pela área do Serviço Social.

2.1.

Tradutibilidade – usos criativos de conceitos deslocados da origem

A interlocução do pensamento de Gramsci com o Serviço Social não foi algo distinto do viés que alcançou considerável visibilidade nos círculos acadêmicos da chamada Escola de Estudos Subalternos³¹ ou *Subaltern Studies*, composto por um grupo de pensadores indianos que se opunham ao que consideravam uma visão colonialista e elitista sobre a história da Índia. A produção intelectual desse grupo foi responsável por um conjunto de produções que ganharam expressividade nos estudos literários, pós-coloniais e feministas, a partir da década de 1990, quando as principais obras foram traduzidas e se converteram em fonte de interlocução com outras correntes afins, como, por exemplo, os estudos pós-coloniais. A Escola de Estudos Subalternos contribuiu para a difusão da ideia de *revelar* o ponto de vista dos subalternos, as vozes negadas pela imobilidade que dominaram a cultura colonial, voltando-se para os grupos marginalizados e subalternizados da história da Índia, absorvidos também por outras regiões do mundo em estudos similares.

O movimento pós-colonial (e, conseqüentemente, os *Subaltern Studies*) são permeados pelas teorias marxistas, com forte aporte gramsciano através do uso do conceito de subalterno, que fizeram dessa noção uma nova frente de expansão

³¹ Os Estudos Subalternos estão referenciados com a teoria pós-colonial ou estudos pós-coloniais, isto é, um conjunto de teorias que analisa os efeitos políticos, filosóficos, artísticos e literários deixados pelo colonialismo tanto nos países colonizados quanto nos colonizadores, ainda que suas obras fundadoras dediquem maior atenção às sequelas herdadas pelos primeiros.

dos estudos gramscianos. Como observa Semeraro (2017), Gramsci introduziu uma visão surpreendente em relação ao complexo universo dos grupos subalternos, indicando critérios para que os *subalternos* possam recuperar a história, organizar-se politicamente para sair das *margens da história*, e construir um novo tipo de Estado com base em uma inédita concepção de hegemonia. Portanto, Gramsci:

De um lado reconheceu que estes atuam de forma “desagregada e episódica” e “sofrem a iniciativa da classe dominante” que controla o aparelho do Estado. Por outro lado, valoriza “todo sinal de iniciativa autônoma”, as ações de resistência e criatividade popular que exercem contínua pressão diante dos centros de poder. (Semeraro, 2017, p.108).

Em seus estudos Góes (2017) analisa os usos realizados do pensamento de Gramsci, na Índia, pela liderança do historiador indiano Ranajit Guha³² (2000; 2001). A proposta do autor consiste em situar a discussão subalternista no âmbito da circulação das ideias de Gramsci em contextos periféricos, adotando como contraponto o caso latino-americano, em particular, através da produção dos gramscianos argentinos e brasileiros. Góes (2017) observa que o interesse voltado à história das classes subalternas em Gramsci foi decisivo enquanto fonte para a construção de uma historiografia subalterna contestatória que reacendeu os dilemas próprios da tradução do marxismo na periferia, “isso na medida em que incluiu os grupos às margens da história numa narrativa em que eram vistos como sujeitos, o que permitiu visão mais dinâmica e conflitiva da história indiana como um todo, assim como uma releitura da própria obra de Marx” (Góes, 2017, p. 347).

Desse modo, o encontro de Gramsci com contextos e culturas distintas dos de sua origem possibilitou não só a tradução do marxismo pela periferia como a criação de novos projetos políticos pelo viés crítico da colonialidade e do capitalismo periférico. Contudo, isso não quer dizer que as condições de produção de um texto são as mesmas envolvidas com a sua recepção – questão importante para a análise aqui proposta, bem como, o uso que prevalece nos estudos sobre as sociedades pós-coloniais e pós-imperiais, nos dias de hoje, contemple o conceito de *subalterno*³³ desenvolvido por Gramsci.

³² Ranajit Guha teve grande influência no grupo de Estudos Subalternos e foi o editor de várias das primeiras antologias do grupo.

³³ O conceito de *subalterno* é desenvolvido pelo pensador sardo desde o período pré-carcerário, como fica claro em seu texto Temas para a Questão Meridional, de 1926, quando Gramsci inclui no âmbito da “subalternidade” o camponês meridional (Curti, 2006, p.21-22). Deste modo, a noção de subalternidade, em Gramsci, pensada inicialmente em termos geográficos, encontra lugar no momento em que este trata de um terreno comum entre os camponeses do Sul e o proletariado do Norte da Itália.

Os estudos culturais, subalternos e pós-coloniais nos revelam que esse processo envolve uma reelaboração entre diferentes contextos culturais, no qual o resultado poderia não estar fundamentalmente previsto no original. Entretanto, mesmo assim, não estariam destituídos de valor. Desse modo, não basta nos atentarmos à intenção de quem produziu o texto, mas também às intenções dos que realizaram a sua recepção, atraindo para o debate os produtores, difusores, receptores e consumidores de tais ideias. No caso brasileiro, essa proposta traz, por si só, um campo vasto de interpretações sobre tradução, recepção e apropriação do pensamento de Gramsci.

As teses aqui analisadas constituem um bom exemplo sobre a maneira como esse processo ocorre de modo efetivo. Nas leituras das teses localizadas foi possível identificar os usos que os autores e as autoras fazem quando recorrem à Gramsci para a elucidação dos seus respectivos objetos de estudo, que versam sobre uma realidade distinta do contexto de origem da formulação do conceito. Igualmente, permitiu verificar como um dado conceito ou um pensamento foi recepcionado pelos pioneiros e os respectivos desdobramentos de tais interpretações na leitura realizada pelos estudiosos das gerações seguintes.

Gramsci é um pensador que também contribuiu com a reflexão sobre o uso de conceitos deslocados da sua origem. Isso ocorre quando o pensador sardo observa, através da ideia da tradutibilidade, o uso criativo do marxismo no campo da filosofia da práxis. Esse debate é desenvolvido no Caderno 11 sob o tema da *tradutibilidade das linguagens científicas e filosóficas*. Nele, Gramsci reitera a ideia de que a tradução de termos e conceitos não ocorre pela simples incorporação da concepção, mas que é oriunda de um processo orgânico que envolve reinterpretação e leitura crítica da realidade e dos termos que são objeto da eventual tradução.

Nesse sentido, a recepção das ideias implica um diálogo, o qual existe à medida que as ideias são debatidas, disputadas e destacadas do seu contexto original para integrar o novo contexto cultural. Isto é, a recepção ocorre quando se absorve as ideias oriundas de um sistema distinto, mas que passam a ser funcionais no novo sistema ao qual são integradas, ou seja, os usos dos conceitos úteis, mas de outra origem.

Segundo Modonesi (2017), no caso indiano faltou um estudo sistemático do pensamento de Gramsci, como muitas vezes já ocorreu com os conceitos elaborados pelo pensador sardo que foram apropriados por estudiosos de modo equivocado, em decorrência do próprio caráter fragmentário da redação dos *Cadernos do cárcere*. De acordo com referido autor, embora o equívoco não seja

condenável, pelo contrário, constitui um motor para o crescimento do pensamento, em particular o marxista. No caso da noção de subalternidade que é utilizada e desenvolvida nas investigações da Escola de Estudos Subalternos, Modonesi (2017) observa que são escamoteadas dimensões e articulações problemáticas desenvolvidas no pensamento de Gramsci, tais como:

[...] as classes, o poder, o vínculo entre sujeito social e sujeito político (o partido), as relações sociais que incluem e transcendem a relação dominantes-subalternos em sentido estrito (a sociedade civil), a forma de dominação em um sentido amplo (a hegemonia), o papel dos intelectuais. (Modonesi, 2017, p. 103).

A recepção das ideias de Gramsci no Brasil, pelas diversas áreas de conhecimento, não foi isenta de equívocos. Embora a referência a Gramsci fosse cada vez mais frequente a partir do final dos anos 1970, particularmente nas universidades e nos centros de pesquisas, que já haviam ultrapassado os limites da filosofia e da crítica cultural impostos ao seu pensamento:

O marxista sardo foi apresentado, desse modo, com raras exceções, como um cientista político, um sociólogo, um historiador, um assistente social ou um educador, a depender das circunstâncias. Mas o caráter orgânico de seu pensamento perdia-se nessa fragmentação. (Bianchi, 2007, p. 10).

No Brasil, a primeira menção a Gramsci ocorreu no final da década de 1920, através da nota publicada no jornal *La Difesa*³⁴, em 1927, que fazia referência ao processo e à condenação de Gramsci pelo tribunal fascista. Segundo Secco (2000; 2002) essa e outras referências eram pequenas notas, esparsas, possivelmente reproduções de telegramas enviados às redações dos jornais brasileiros por seus correspondentes internacionais.

Conforme indica a ampla literatura sobre o itinerário de Gramsci no Brasil, realizada por pesquisadores brasileiros³⁵, o pensamento gramsciano foi introduzido de forma mais sistemática na década de 1960. Entre 1966 e 1968, foram publicados não apenas quatro dos seis volumes extraídos dos *Quaderni del carcere* (Concepção dialética da história; Os intelectuais e a organização da cultura; Maquiavel, a política e o Estado moderno; e uma seleção de Literatura e vida nacional), mas, também, uma coletânea (com 223 cartas) das *Lettere dal carcere*, da edição Caprioglio-Fubini.

³⁴ Considerado o mais importante e longo jornal (1923-1934) do antifascismo da cidade de São Paulo.

³⁵ Sobre a recepção de Gramsci no Brasil ver Coutinho (1999); Simionatto (1995); Secco (2002); e Bianchi (2007).

As críticas a essa edição são conhecidas, pois obedeciam a critérios de seleção e agrupamentos dos textos gramscianos segundo interesses políticos da época e a interpretação pessoal de Palmiro Togliatti, preocupado em preservar a memória de Gramsci ante o fascismo e o stalinismo, bem como reconstruir os caminhos do Partido Comunista Italiano (PCI). Como observa Bianchi (2007), a opção dos editores de organizar tematicamente as notas, inseridas originalmente em diferentes Cadernos, produzia a impressão de um texto acabado e coerente, organizado de acordo com os critérios enciclopédicos: primeiro a filosofia, depois a cultura, a história, a política e, por último, a literatura e a arte.

O interesse pela tradução para o português e a publicação dos *Cadernos e Cartas do cárcere*, no Brasil, ocorrera dois anos antes. Ao reconstruir a história dessa edição (Gramsci, 2013), Carlos Nelson Coutinho ressalta que Ênio Silveira, editor e proprietário da Editora Civilização Brasileira, já em 1962 trocava correspondências com Franco Ferri, diretor do Instituto Gramsci (Itália). Ênio Silveira acreditava que a publicação das obras de Gramsci, em português, representaria uma contribuição importante para a formação de um novo espírito revolucionário nos quadros da esquerda brasileira.

A tradução e a publicação da edição temática, a partir de 1966, pela Editora Civilização Brasileira, se deu num momento em que o regime militar, imposto com o golpe de Estado de 1964³⁶, ainda não havia determinado a censura aos textos marxistas, o que aconteceu em 1968, com a intensificação da repressão aos movimentos de oposição ao regime e a instituição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que determinou o afastamento de intelectuais das funções públicas, cassou direitos políticos, implantou o terror e inviabilizou o debate público.

O AI-5 foi instituído em dezembro de 1968 e demarcou o início do período de maior fechamento da ditadura militar no Brasil (1964-1985). Considerado o mais autoritário ato institucional baixado durante o regime, o AI-5 permaneceu em vigor por quase dez anos. Em apenas 12 artigos concedia ao presidente da República, dentre outros, os poderes de cassar mandatos, intervir em estados e municípios, suspender direitos políticos de qualquer pessoa e, o mais importante, decretar recesso do Congresso e assumir suas funções legislativas no íterim. O AI-5 também suspendeu o *habeas corpus* para crimes políticos. Por consequência, jornais de oposição ao regime militar foram censurados, livros e

³⁶ O golpe de 1964, também conhecido como golpe civil-militar de 1964, foi efetivado pelas Forças Armadas do Brasil contra o então presidente João Goulart (1961-1964). O golpe contou com o apoio de parcela dos quadros civis do país, sobretudo empresários e a grande imprensa, e foi articulado entre 31 de março, quando se iniciou a rebelião militar, e 9 de abril de 1964, quando foi publicado o Ato Institucional nº 1 ou, como ficou conhecido, o AI-1 (STAMPA; RODRIGUES, 2016).

obras consideradas *subversivas* foram retirados de circulação e vários artistas e intelectuais precisaram se exilar no estrangeiro (Silva, 2003).

A radicalização da ditadura militar, em dezembro de 1968, impediu, assim, o prosseguimento do projeto originário, que previa ainda a publicação da tradução de *Il Risorgimento* e de *Passato e presente*. De resto, esta e outras razões provocaram o fracasso inicial dessa iniciativa editorial, retomada somente na metade da década de 1970, com a abertura política ocasionada pela transição para a democracia, quando a Editora Civilização Brasileira pôde retomar a reedição dos volumes publicados na década de 1960.

O pensamento de Gramsci ganha notoriedade de modo qualitativo e quantitativo nos círculos de debates na década de 1970. Como observam Simionatto e Negri (2017), isso ocorre quando a crise do regime autoritário e do modelo econômico-social imposto em 1964 começa a explicitar-se abertamente, e o pensamento gramsciano recebe um tratamento mais coerente e sistemático. As dificuldades de disseminação de seu pensamento cedem lugar, então, a uma ampla aceitação de suas categorias na reflexão da política, no debate das ideias e na análise da realidade social (Simionatto; Negri, 2017). Gramsci torna-se uma bússola privilegiada de leitura para o rompimento com as matrizes conservadoras nos tempos ditatoriais.

Outra contribuição para a difusão do pensamento gramsciano nesse período ocorre com o acesso dos leitores brasileiros a intérpretes de Gramsci traduzidos no Brasil, entre 1978 e 1980, como Christine Buci-Glucksmann, Hugues Portelli, Luciano Gruppi, James Joll, Maria Antonietta Machocchi, Giuseppe Fiori, Palmiro Togliatti, entre outros.

A década de 1980 demarca Gramsci como uma das principais influências da esquerda brasileira, através de intelectuais vinculados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB)³⁷ e ao recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT), além da ampliação do debate nas universidades e dos cursos de pós-graduação em várias regiões do país, junto aos movimentos sociais e populares e setores da Igreja Católica, permitindo a esses sujeitos abrir novas linhas de debate.

Nesse período, diversos livros, coletâneas e textos são traduzidos para o português, bem como são produzidos inúmeros artigos, livros e coletâneas de autores nacionais sobre Gramsci, principalmente sobre as categorias do filósofo sardo, tais como: Estado; sociedade civil; intelectual orgânico; filosofia da práxis; guerra de posição; bloco histórico; relações de força; vontade coletiva;

³⁷ Sobre a influência do PCB na difusão de Gramsci, ver Schlesener (2001).

transformismo; americanismo e fordismo; hegemonia; revolução passiva; guerra de posição; entre outras, enquanto chave política de interpretação e transformação da realidade nacional, das condições de subalternidade e de resistência às ditaduras militares. Gramsci torna-se um dos autores estrangeiros mais lidos e discutidos no Brasil – e não apenas pelos marxistas.

Somente no final da década de 1990 e início dos anos 2000, é publicada a nova edição dos *Cadernos do cárcere*, em seis volumes, os dois volumes de *Escritos Políticos* e os dois volumes das *Cartas do cárcere*, pela Editora Civilização Brasileira, organizados por Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Marco Aurelio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques.

A nova tradução brasileira dos *Cadernos* foi um projeto que articulou tanto os elementos da edição temática togliattiana quanto os da edição crítica de Valentino Gerratana³⁸, publicada pelo Instituto Gramsci em 1975. Isso propiciou uma reviravolta nos estudos gramscianos, pois corrigia o vício de não respeitar a lógica sequencial do pensamento de Gramsci no cárcere, conforme havia feito a edição anterior. Esses dois critérios de organização dos escritos carcerários de Gramsci tornaram possível a divulgação de seu pensamento, fornecendo caminhos fecundos no debate marxista e para as estratégias políticas da esquerda.

Simionatto (2011) visualiza, nas décadas de 1960 a 1980, dois grandes ciclos de recepção das ideias de Gramsci no Brasil. No primeiro ciclo alinham-se as publicações da década de 1960, que compreendem os trabalhos de Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder³⁹, Michael Löwy⁴⁰ e Otto Maria Carpeaux⁴¹. No segundo, ordenam-se os trabalhos produzidos a partir da segunda metade de

³⁸ Filósofo italiano e estudioso do marxismo, responsável pela edição crítica dos escritos políticos de Antonio Labriola, e mais conhecido por sua edição crítica dos *Cadernos do cárcere* de Antonio Gramsci. Foi o primeiro presidente da *International Gramsci Society*, na Itália.

³⁹ Formou-se em direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1984, obteve o título de doutor em filosofia pela mesma universidade. Atuou como advogado criminalista e, depois, trabalhista, até ser demitido dos sindicatos em que trabalhava em função do golpe militar de 1964. Escritor atuante, foi autor de inúmeras obras em diversas áreas do conhecimento, como filosofia, sociologia, história e educação. Em 1972, forçado a sair do Brasil, foi para a Alemanha, onde trabalhou na Universidade de Bonn, e para a França. Retornou ao país em 1978 e, de 1984 a 1997, foi professor no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. A partir de 1985, lecionou no Departamento de Educação da PUC-Rio. Desde os anos 1960, foi um dos principais divulgadores do marxismo no Brasil, tendo especial papel na introdução da obra de Lukács no país, além de Gramsci.

⁴⁰ Pensador marxista brasileiro radicado na França, onde trabalha como diretor de pesquisas do *Centre National de la Recherche Scientifique*. É um relevante estudioso do marxismo, com pesquisas sobre as obras de Gramsci, Karl Marx, Leon Trótski, Rosa Luxemburgo, György Lukács, Lucien Goldman e Walter Benjamin.

⁴¹ Jornalista, ensaísta, poliglota, crítico literário, crítico de arte, crítico de música e historiador literário austríaco naturalizado brasileiro. Polímata, Carpeaux é famoso por sua *magnum opus*, *A História da Literatura Ocidental*, uma das obras mais importantes publicadas no Brasil no século XX.

1970, com uma grande acentuação até meados da década de 1980, período que representa o auge da produção teórica sobre o pensamento gramsciano.

Na década de 1990, no Brasil, houve um aumento expressivo das publicações dedicadas a Gramsci, veiculadas em livros, capítulos de livros, artigos em periódicos de ampla circulação nacional e anais de congressos.

Nas primeiras décadas do século XXI, é significativo o número de artigos, ensaios e livros produzidos por estudiosos brasileiros e estrangeiros sobre a temática, no país. Importante destacar que é nesse período que o leitor brasileiro tem em mãos a tradução do *Dicionário Gramsciano*, escrito por estudiosas e estudiosos de nacionalidades, culturas e áreas diversas, e que foi organizado por Guido Liguori e Pasquale Voza. Com 831 páginas e cerca de 800 verbetes, o dicionário reconstrói o sentido das palavras e dos conceitos presentes, bem como a dinâmica do pensamento de Gramsci, numa perspectiva da transformação da sociedade, contida nos *Cadernos* e nas *Cartas do cárcere*⁴².

A ampliação dos estudos de Gramsci ocorre também em decorrência da emergência de uma nova geração de intelectuais de várias instituições e centros de pesquisa do país, vinculados à militância política junto a movimentos sociais, com produção de artigos, capítulos e livros, conforme indica o *Mapa Bibliográfico de Gramsci no Brasil*, elaborado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (NuFiPE-UFF).

Gramsci chega à década de 2020 reconhecido como um importante intérprete do mundo de hoje, pela originalidade e atualidade da filosofia política do seu pensamento e o combate ao regime fascista, oferecendo subsídios teóricos frente às desafiadoras contradições do tempo presente.

Em especial, na análise que fez do Estado fascista, Gramsci observa que o fascismo desenvolve o aparelho repressivo e policial muito além do que faz o Estado Liberal, e o transforma numa função política do próprio partido. Assim, no Estado fascista, os aparelhos hegemônicos tendem a reduzir e se situar no interior dos aparelhos políticos, ou seja, os elementos de coerção tornam-se absolutamente predominantes (policiais) e, no limite, organismos supérfluos cuja função é vincular mediante o prestígio os outros grupos sociais.

Como mencionado anteriormente, o pensamento gramsciano tornou-se uma chave para o avanço da consciência sobre as condições de exploração e subalternidade que estruturam a sociedade capitalista, aproximando contextos distintos e os usos interpretativos do conceito “subalterno” utilizado pela Escola

⁴² Para uma visão mais ampliada da produção sobre Gramsci, no Brasil, ver o Apêndice 2, “Livros e coletâneas sobre Gramsci publicados Brasil (1980-2021)” desta tese.

de Estudos Subalternos (*Subaltern Studies*) e o Serviço Social. Como se verá adiante, essa perspectiva e a aproximação da categoria profissional de assistentes sociais às condições de organização e trabalho das classes trabalhadoras incidiram, posteriormente, na superação do tradicionalismo profissional que era característico do Serviço Social em suas origens.

O debate sobre subalternidade em Gramsci se concentra, especialmente, nas oito notas que compõem o Caderno 25, sob o título “A margem da história (História dos grupos sociais subalternos)”, um ambicioso plano de estudo que traça critérios metodológicos, interpretativos e reúne uma considerável quantidade de dados sobre episódios da história italiana, que iniciam com a Roma Antiga, passando pelas comunas medievais e o período do *Risorgimento*.

Nesse percurso, Gramsci se debruça sobre as várias relações de poder e subordinação: a composição do Estado, a formulação da cultura dominante, as representações intelectuais do subalterno, as condições através das quais os grupos subalternos organizam instituições para representar sua vontade política, as possibilidades de impedimento da autonomia subalterna e as construções de identidade e alteridade entre os grupos subalternos.

Isso não quer dizer que muitas outras notas contidas em outros cadernos, além das oito notas mencionadas, não contenham a defesa gramsciana de uma historiografia não limitada à ação das elites e das classes dirigentes.

Numa leitura mais atenta dos *Cadernos* é possível constatar que muitas são as páginas em que Gramsci se dedica à análise da ideologia e da superação das classes subalternas. Del Roio (2017) destaca que a superação histórica da condição de subalternidade só pode ser alcançada pela conquista da autonomia. E isso, segundo Gramsci (2014b), somente pode ocorrer por meio de um longo processo de disputa pela hegemonia, que exige o *espírito de cisão* dos subordinados à iniciativa dos grupos dominantes.

As classes subalternas se referem àquela parte da sociedade que sofre o domínio dos grupos hegemônicos dominantes – não são as unificadas e não podem unificar-se enquanto não puderem se tornar Estado. Isto é, senão através da constituição de um *moderno príncipe*, ou seja, a composição de partido das classes subalternas capaz de adquirir autonomia nos confrontos com os inimigos (Baratta, 2011).

Portanto, se já sabe que os subalternos falam e, muito rapidamente, é possível deduzir quem os escuta, os escritos de Gramsci nos permitem compreender que a solução das reivindicações é antes prática que teórica. Sobretudo porque a *filosofia da práxis* fornece bom testemunho de si mesma,

arriscando-se tanto com o passado como o presente dos grupos sociais subalternos. Desse modo, está posta a questão dos intelectuais na construção dos projetos e práticas de transformações sociais, o que é perceptível no Serviço Social quando se observa a apreensão das categorias de “classes e grupos subalternos” no pensamento de Gramsci, e sua teorização pela área, no Brasil, nas últimas décadas, em especial nos usos que fazem Yazbek (2016), Cardoso (1994), Abreu (2018), Simionatto (2009) e Toledo (2013; 2017) em suas produções⁴³.

Nas últimas décadas⁴⁴ o conceito de subalternidade é identificado na produção teórica do Serviço Social brasileiro. Em especial, não distante do uso já apontado por Yazbek (2018), Neves (2017) e Simionatto (2012), quando observam o uso da teoria marxista e do pensamento de Gramsci pelo Serviço Social.

No caso específico do uso da categoria aqui destacada, essa é utilizada enquanto vetor da superação da subalternidade, vinculada ao projeto ético-político do Serviço Social, tanto no que se refere ao compromisso da profissão com as classes e grupos subalternos quanto na contribuição estratégica de transformação social a partir da ruptura com a lógica liberal que o capitalismo reproduz em sociedade: lógica de exploração do trabalho humano, gerador de riqueza.

Como destaca-se a seguir, o projeto ético-político, que tem como base o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993) e as Novas Diretrizes Curriculares de 1996 da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), tem seu início na transição da década de 1970 para 1980 e marca um momento singular no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, especialmente pelo enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional, em que se encontram as raízes de um novo projeto profissional, voltado para as classes trabalhadoras.

Este ponto merece destaque: não se pode falar abstratamente do projeto ético-político do Serviço Social. É preciso compreender a concepção que reconhece a profissão como inserida na divisão sociotécnica do trabalho (Iamamoto, 1994) e, como tal, inserida na complexa divisão de classes e na sua

⁴³ Os trabalhos relacionados, com exceção do artigo de Simionatto (2009), são teses defendidas na área de Serviço Social e que se tornaram publicações. Cabe esclarecer, também, que Toledo (2013) é um dos autores que investiga a teorização da categoria subalterno pelo Serviço Social. Seus itinerários e conclusões são usados aqui enquanto referência do uso desse conceito pela área do Serviço Social.

⁴⁴ Refere-se, em especial, do final da década de 1980 aos dias atuais.

requisição para a reprodução social da classe trabalhadora em favor do capital, enfrentando a contradição que tal concepção encerra.

Ou seja, os(as) assistentes sociais são chamados(as) a conservar a sociedade capitalista pela mediação do Estado, mediante as demandas postas aos profissionais na execução das políticas sociais. Contudo, para resistir a essa imposição, aparentemente cientes da sua relativa autonomia profissional, consideram que teses messiânicas e fatalistas (Iamamoto, 1994) não os levarão a realizar o projeto ético-político. Assim, o compromisso com as classes trabalhadoras (subalternas), das quais o(a) profissional de Serviço Social também é componente, requer entender a sua inserção como trabalhador coletivo que deve lutar junto (e pelo conjunto) dos(as) trabalhadores(as) e pelos direitos humanos e sociais. Para adentrar nesta contradição é necessário estabelecer mediações com a perspectiva indicada.

No entanto, como é possível identificar nos estudos de Toledo (2013), poucas são as produções que conceituam ou teorizam a subalternidade, principalmente referenciando-a ao pensamento de Gramsci; por vezes sendo dispostos de diversos modos, alguns até mesmo contrários ao que Gramsci defendia, esvaziando o caráter político e revolucionário de seu pensamento.

Em seus estudos, Toledo (2017) destaca que é imprescindível a apreensão da historicidade da categoria “classes e grupos subalternos”, enquanto categoria política nos marcos da tradição marxista de transformação da sociedade capitalista. Ressalta, também, a importância do uso da categoria ser acompanhada de sua conceituação, para não seja vulgarizada e esvaziado o seu sentido político, de modo que a compreensão da hegemonia enquanto totalidade é essencial para não reduzir a categoria a análises culturais que desconsideram a relação capital *versus* trabalho como fundamento da questão social.

Seguindo a cronologia dos trabalhos pesquisados por Toledo (2013), a primeira teorização sobre a categoria é a tese realizada por Maria Carmelita Yazbek, em 1993, pelo Programa de Estudos de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), intitulada *Classes subalternas e assistência social*, recorrendo, para isso, às fontes originais do pensamento gramsciano, apontando para os elementos religiosos constitutivos das classes subalternas presentes em “Alguns temas da questão meridional”.

Segundo Toledo (2013), a referida autora destaca a expressividade da categoria subalterno, indicando que através dela é possível compreender o conjunto contraditório de situações de dominação no qual os usuários das políticas públicas estão imersos. Para Yazbek (1993), as políticas públicas, sob a aparência

de inclusão, reiteram a exclusão, pois incluem os usuários da política de Assistência Social de forma subalternizada e oferecem como benesse o que é, na verdade, um direito. A relação entre a condição subalterna e as ações assistenciais se expressa no papel de pessoa assistida, na medida em que cabe a ela se submeter à política assistencial.

Por outro lado, a mesma autora observa que, apesar da política de Assistência Social cumprir um papel fundamental no campo da dominação, sua relevância contrasta com a posição subalterna que esta ocupa frente às demais políticas.

Em 1994, pelo Programa de Estudos de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP, também foi defendida a tese de Franci Gomes Cardoso, intitulada *Organizações das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social*, estudo em que, segundo Toledo (2013), a autora busca apreender em que medida as formas de organização das classes subalternas no país, através da luta partidária, da organização sindical e popular, manifestam-se como expressão da consciência de classe.

Para Cardoso (1994), a organização e a consciência de classe se constituem em condições necessárias, embora não suficientes, para a conquista da hegemonia das classes subalternas e para a transformação socialista da sociedade.

Desse modo, Toledo (2013) observa que para Cardoso (1994) a organização das classes subalternas é um grande desafio para o Serviço Social, pois é através do vínculo histórico com segmentos dessas classes e no âmbito da intervenção que se desenvolve um projeto profissional de apoio aos interesses desses segmentos, enquanto interesses de classe.

A terceira fonte de pesquisa utilizada por Toledo (2013) está presente nas formulações da tese de Marina Maciel Abreu, intitulada *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*, defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) no ano de 2002, tendo como objetivo apreender a função pedagógica do assistente social a partir dos processos de organização da cultura e dos elementos constitutivos das relações de hegemonia.

Em seu percurso, Abreu (2002) busca aporte nos estudos de subalternidade, assumindo o ponto de vista de que tal categoria dá conta de um conjunto de situações de exploração e dominação a que estão submetidos vastos segmentos da sociedade.

Abreu (2002) indica, para a construção no Serviço Social de uma perspectiva pedagógica emancipatória dos subalternos, a elaboração e desenvolvimento de um projeto profissional ligado aos interesses desse grupo. Como observa Toledo (2017), é a partir da formulação gramsciana de que toda relação de hegemonia é fundamentalmente uma relação pedagógica que Abreu (2002) destaca a importância dos intelectuais enquanto mediadores, na formação de um modo de vida e de cultura voltados à racionalização do processo produtivo.

Nesse sentido, o projeto profissional do assistente social se constitui como alternativo ao projeto tradicional conservador e ganha corpo com o Movimento de Reconceituação⁴⁵, a partir dos anos 1960, pautando-se na negação das bases conservadoras da profissão frente às demandas e necessidades das classes subalternas.

Finalmente, o trabalho de Simionatto (2009), intitulado *Classes subalternas, luta de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana*, publicado em 2009 na revista *Katálisis*. Simionatto (2009) aborda o uso do termo subalterno por Gramsci, indicando que o termo está associado aos processos de dominação presentes na sociedade e ligados aos processos de hegemonia (Toledo, 2013), e o distingue do uso realizado na atualidade para descrever as condições de vida de grupos e camadas de classes em situações de exploração ou destituídos dos meios suficientes para uma vida digna. Para Simionatto (2009), é a partir da elaboração crítica e coerente da realidade através da filosofia da práxis que se torna possível a construção de uma nova hegemonia das classes subalternas.

Ainda de forma sintética e ciente dos riscos que uma apresentação reducionista sobre a teorização da categoria, pelo Serviço Social, a partir da leitura reflexiva e interpretativa realizada por Toledo (2013; 2017), é possível observar uma certa convergência nas análises dos trabalhos citados quanto à superação da subalternidade como uma perspectiva estratégica.

Ou seja, com um viés que ressalta a função pedagógica do assistente social na elaboração e difusão de ideologias e na organização da cultura, na perspectiva da construção de uma nova hegemonia, que se objetiva na articulação dos interesses econômicos, políticos e ideológicos do subalterno. Dito de outro modo, a tarefa dos(as) assistentes sociais, em termos gramscianos, compreendidos

⁴⁵ O Movimento de Reconceituação é o marco do Serviço Social latino-americano que propôs a ruptura das práticas tradicionais. Foi através deste movimento que surgiu um perfil profissional mais crítico, capaz de atuar nos desafios postos à profissão, dada a contradição em que está imerso desde as suas origens.

enquanto intelectuais das classes subalternas, é construir com elas, e não sobre elas, projetos e práticas de transformação social.

Ainda com base nessa reflexão, foi observado, também, que a superação da subalternidade só é possível quando se adquire a consciência do próprio operar, de sua posição de classe, e a natureza das hierarquias sociais e políticas, o que possibilita elaborar uma nova concepção de política, de Estado e de sociedade, superando a concepção imposta pelas classes dominantes. Isso porque a ruptura com a condição subalterna se materializa não apenas pelo enfrentamento das dificuldades objetivas das condições em que vivem os subalternos, mas, principalmente, sobre o que pensam e consideram os subalternos acerca da realidade que vivenciam.

E é justamente nessa perspectiva que o pensamento de Gramsci é usado pelo Serviço Social. Dentro do contexto do projeto ético-político da profissão, quando reafirma tanto o compromisso com os grupos subalternos quanto a sua contribuição estratégica na transformação social, principalmente elucidando até que ponto Gramsci é usado na defesa secular da classe dominante, reforçando a subalternidade, ainda que dê voz ao subalterno.

A exposição aqui realizada discute elementos que serão articulados de modo mais direto com a recepção e os usos do pensador italiano pelo Serviço Social brasileiro para pensar a realidade nacional.

2.2. Aproximação do Serviço Social brasileiro ao pensamento de Gramsci

A aproximação do Serviço Social ao pensamento de Gramsci não é distinta do processo que ocorreu com a difusão do pensador sardo no contexto brasileiro nas décadas de 1970 e 1980. Essa aproximação estava vinculada às lutas sociais e à resistência que se vivia no contexto político da época e, mais especificamente, no processo de superação do conservadorismo e o tradicionalismo profissional, que buscava, no pensamento marxiano, referenciais para pensar o trabalho e a formação profissional no Serviço Social.

Esse movimento no interior da profissão, denominado de Movimento de Reconceituação do Serviço Social, foi construído por segmentos expressivos de profissionais e intelectuais da área que, em diferentes países, desencadearam a crítica ao Serviço Social tradicional e propunham a renovação do conteúdo teórico-filosófico e metodológico que compunha a profissão, entre o final da

década de 1950 e o início da década de 1960, nos quais se incluíam amplos setores da Igreja Católica.

O marco inicial da Reconceituação, em 1965, ocorreu com o I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social, realizado em Porto Alegre. Dentre os temas discutidos, os núcleos temáticos que tiveram maior destaque foram aprofundados pela chamada “vertente modernizadora” (Netto, 2015) e tem sua afirmação nos resultados do I Seminário de Teorização do Serviço Social em Araxá-MG (1967), e no segundo, em Teresópolis-RJ (1970), ambos promovidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS).

Contudo, a partir da segunda metade da década de 1970, observa-se certo desgaste no debate dessa vertente, principalmente nas instâncias profissionais, que antes se configuravam como principal forma de divulgação de suas ideias. Agora, a perspectiva modernizadora disputava seus espaços e hegemonia com outras vertentes renovadoras. Tal fenômeno ficou evidente durante os seminários de Sumaré-RJ e do Alto da Boa Vista, no Rio de Janeiro, realizados em 1978 e em 1984 respectivamente.

Dos seminários de teorização, é no de Sumaré, ocorrido em 1978, que se evidenciaram referências ao pensamento marxista: o contexto político exigiu dos organizadores a incorporação de reflexões relativas à vertente da fenomenologia e a crítica-dialética. Nesse episódio, surgem as remissões ao pensamento de Gramsci, sendo Creusa Capalbo⁴⁶ quem explorou esses temas na conferência “*Considerações sobre o pensamento dialético em nossos dias*”. Trata-se de uma reflexão sobre a questão do método dialético e considerações sobre as categorias Estado, hegemonia, intelectuais e bloco histórico segundo Gramsci.

O esforço pela superação do pragmatismo⁴⁷ que se seguiu ao que Lopes (2016) considera o segundo instante do movimento, ocorre com a expansão da formação acadêmica, compreendendo o ensino e a pesquisa na profissão; aprofundando a crítica sobre essa dimensão específica profissional; simultaneamente, produzindo mudanças na formação em nível de graduação e, ao mesmo tempo, avança para a pós-graduação⁴⁸.

⁴⁶ Creusa Capalbo (1934-2017), foi professora de Filosofia e importante difusora intelectual dos estudos fenomenológicos no Brasil.

⁴⁷ Pragmatismo é inerente à ideologia burguesa e sua superação está vinculada à da formação social, o capitalismo, que sustenta essa ideologia e é por ela sustentada.

⁴⁸ A pós-graduação, em nível de mestrado, no país, teve início em 1972 na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), seguindo-se o mestrado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), também em 1972. Em 1981, a PUC-SP inicia o primeiro doutorado em Serviço Social na América Latina.

Outro esforço abarcou a criação de espaços de divulgação de ideias e fundamentos das análises críticas sobre o Serviço Social, no qual a Cortez Editora se destacou. Sob o título *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação-metodológica*, por exemplo, Iamamoto e Carvalho (2013) abordam o Serviço Social como profissão no contexto do capitalismo na sociedade brasileira, no período de 1930-1960, desvendando o significado social dessa instituição e das práticas desenvolvidas em seu âmbito pelos(as) assistentes sociais.

A primeira parte do livro é dedicada à reconstrução e explicação de diretrizes analíticas – teórico-metodológicas – que permitem compreender a maneira peculiar de encarar a profissão do Serviço Social na sociedade capitalista. É a partir dessas diretrizes que, na segunda parte do livro, busca-se a gênese e o desenvolvimento da profissão inserida no processo histórico da sociedade brasileira.

Nesse percurso, Iamamoto e Carvalho (2013) chamam a atenção para o fato de que a legitimação do Serviço Social diz respeito a grupos restritos das classes dominantes como meio de exercício de seu poder na sociedade e, por outro lado, destacam a ausência quase que total de uma demanda a partir das classes e grupos subalternizados a que se destina prioritariamente o Serviço Social.

Portanto, a obra evidencia a prática institucional do Serviço Social, demandada pela classe capitalista e por seus representantes no Estado para intervir junto aos trabalhadores e trabalhadoras, e é apreendida como uma atividade auxiliar do controle social e na difusão da ideologia dominante. Nesse sentido, dizem os autores:

Sendo o exercício profissional polarizado pela luta de classes, o Serviço Social também participa do processo social, reproduzindo as contradições próprias da sociedade capitalista, ao mesmo tempo e pelas mesmas atividades pelas quais é chamado a reforçar as condições de dominação. Se, de um lado, o profissional é solicitado a responder às exigências do capital, de outro, participa, ainda que subordinadamente, de respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora. (Iamamoto; Carvalho, 2013, p. 27-28).

Embora lentas, as produções editoriais tenham sido determinantes para a difusão do marxismo no Serviço Social brasileiro, essa lentidão inicial é explicada por Lopes (2016) em razão da cultura religiosa conservadora, construída através da formação orientada por currículos elementares, e pelo pragmatismo da filantropia e do assistencialismo, que demandavam o exercício profissional; mas avançando no processo de construção da hegemonia da alternativa crítica, orientada pela teoria marxista, resultado do impulso que as produções editoriais

adotam a partir de uma interpretação teórico-metodológica fundada na matriz crítico-dialética.

Contudo, o caráter conservador do Serviço Social no Brasil não foi erradicado pela perspectiva modernizadora. Além de gradativa, essa vertente possuiu grandes resistências. Segundo Netto (2015), travou-se um duplo combate. O primeiro, em deter e reverter a erosão do *ethos* profissional tradicional e todas as suas implicações societárias e, ao mesmo tempo, em neutralizar as novas influências que provinham dos quadros de referências próprias da inspiração marxista.

Essa relação entre grupos conservadores e progressistas, presentes no Serviço Social, é algo melhor compreendido, em termos gramscianos, a partir da categoria *guerra de posição* ou *de trincheiras*, ou seja, um ataque progressivo que não é realizado em um só momento, mas avançando de posição em posição e que, no Serviço Social, torna-se uma estratégia política útil na perspectiva da superação de concepções conservadoras enraizadas na área, sem perder a iniciativa política, eixo central da filosofia da práxis.

Neves (2012) observa que o Serviço Social aparece no contexto do final dos anos 1970 e início dos anos 1990 com uma nova proposta, que já vinha tendo amadurecimento e acúmulo substancial de conquistas nos campos da produção acadêmica, da prática e das organizações profissionais. No entanto, no início, essa aproximação se deu com leituras de intérpretes de Marx, resultando em uma interpretação equivocada do pensamento marxiano. Ainda assim, esse processo representou a possibilidade de construção de uma proposta alternativa do Serviço Social ao conservadorismo, que só se efetivou nos anos 1990, quando todo esse processo resultou na construção de uma nova proposta expressa pelo projeto ético-político da profissão, marcando a possibilidade de reafirmação dos direitos e a construção de uma nova práxis profissional pautada na teoria social de tradição marxista.

O patrimônio cultural e profissional do Serviço Social, após sua *reconceituação*, se deu significativamente com a materialização do projeto ético-político que sustenta ações, práticas profissionais e uma direção político-ideológica para o Serviço Social crítico. Isso se deu no Brasil com a influência de Gramsci, nos anos 1980, com o processo de redemocratização e, principalmente, com autores(as) que o recuperaram com diferentes e importantes análises como Vicente de Paula Faleiros, Marina Maciel, Franci Gomes e Alba Maria Pinho de Carvalho, que inauguraram um debate fecundo no processo de intenção de

ruptura (Netto, 2015), fundamental para a orientação das práticas profissionais à luz de uma tradição marxista-gramsciana.

No Brasil, a apropriação de Gramsci pelo Serviço Social ganha força no universo das pós-graduações. Gramsci foi utilizado, inicialmente, para pensar a atuação do assistente social como *intelectual orgânico* demarcado pelo compromisso com as classes subalternas. Contudo, esse debate nem sempre ocorreu através de uma leitura precisa e sistemática dos *Cadernos do cárcere*. Foi, muitas vezes, utilizado para reeditar certas tendências missionárias do assistente social em face dos segmentos pauperizados da população (Silva, 2009) que ainda persistiam no interior do Serviço Social.

Duas contribuições que permitiram um reexame dos aportes teóricos e práticos do trabalho do assistente social, condutos por onde se localizam algumas das primeiras assimilações de Gramsci no Serviço Social, ocorreram a partir do grupo de estudos orientado pela professora Miriam Limoeiro Cardoso, à época dos quadros da PUC-Rio, e as reflexões de Vicente de Paula Faleiros, então professor da UnB, principalmente no livro publicado em 1981, *Metodologia e Ideologia do Trabalho Social* (Faleiros, 2011), no qual apresenta algumas das referências iniciais ao debate de Gramsci na produção do Serviço Social.

Em 1982 é publicada a obra *A transformação e o trabalho social: uma análise gramsciana*, de Alba Pinho de Carvalho, resultado de sua dissertação de mestrado orientada por Miriam Limoeiro Cardoso, na PUC-Rio, trazendo uma sessão dedicada às categorias centrais do pensamento de Gramsci e constituindo-se como um trabalho de grande influência no Serviço Social brasileiro.

O reconhecimento da importância de Gramsci na construção teórico-crítica do Serviço Social brasileiro nos anos finais do regime ditatorial no Brasil e do desgaste das bases metodológicas e teóricas do Serviço Social tradicional, que impulsionou a busca de respostas por outras vias, fez surgir as vertentes *modernizadora* e de superação do tradicionalismo. Essas vertentes assimilaram Gramsci em suas formulações, e o usaram como base para pensar novos moldes para a profissão.

Isso parece contribuir com o fato de que, dos anos de 1990 aos tempos atuais, é possível averiguar uma notável ampliação do interesse do Serviço Social pelo pensamento de Gramsci, expressa através das produções teóricas publicadas em livros, capítulos de livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos (teses de doutorado e dissertações de mestrado) e trabalhos em anais de eventos.

O *Mapa Bibliográfico* apresenta um total de 1.704 (mil setecentos e quatro) publicações, compreendendo 1.055 (mil e cinquenta e cinco) livros, capítulos de livros e artigos científicos publicados, e 649 (seiscentos e quarenta e nove) teses e dissertações defendidas (Mapa, 2019). Neste universo, foram mapeadas as teses e dissertações analisadas nesta pesquisa, as quais foram produzidas e disponibilizadas em formato digital no âmbito dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil.

Cabe destacar que em pesquisa análoga realizada por Silva (2017) e Negri (2016), que buscaram identificar a produção do conhecimento na área do Serviço Social a partir de Gramsci, através da consulta a resumos, sumários e referências bibliográficas, foi identificado quantitativo maior de teses e dissertações quando pesquisaram *in loco*. O que torna possível deduzir que muitas teses e dissertações ainda não estavam disponíveis quando foram mapeadas nos repositórios, em 2019, para consulta em meio digital no país, sobretudo as teses e dissertações defendidas antes dos anos 2000, que eram depositadas nos respectivos programas de pós-graduação no formato impresso.

Em uma leitura atenta, observa-se que as análises⁴⁹ realizadas nesses estudos permitiram identificar quanto o pensamento de Gramsci foi utilizado nessas últimas décadas, o que denota que Gramsci se projetou para além de seu tempo. Por isso, estudar esse efeito nas teses elaboradas no Serviço Social é reconhecer não só a importância de seu pensamento, o qual permanece vivo e contribui para a compreensão da complexa dinâmica da sociedade capitalista, mas, também, como observa Dias (1996), torná-lo fonte de problematização é fazer avançar sua teoria e, com ela, o conhecimento, sobretudo em uma área em que o recorte dos estudantes majoritariamente é composto por mulheres, negras de classe média e baixa, geralmente alunas que defendem a transformação da realidade onde estão inseridas e a realidade do país. Nesse sentido, revela um potencial imediato do uso do pensamento de Gramsci aplicado ao trabalho interventivo e investigativo do assistente social na sociedade.

⁴⁹ O estudo realizado por Negri (2016) identificou 243 artigos nas principais revistas do Serviço Social e nos anais que usaram as categorias de Gramsci. Sendo 22 artigos na Revista *Katálisis*; 43 na Revista *Serviço Social & Sociedade*; 27 na Revista *Temporalis* e 151 artigos publicados em anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess).

2.3.

A contribuição de Carlos Nelson Coutinho

A difusão do pensamento de Gramsci no Serviço Social foi delimitada tanto pela conjuntura histórica do país quanto pela opção de uma alternativa teórico-crítica, oriunda da insatisfação popular nos anos finais do regime ditatorial no Brasil, bem como pelo desgaste das bases metodológicas e teóricas do Serviço Social tradicional. Pode-se afirmar, com segurança, com base na pesquisa realizada para esta tese, que, para tanto, a maior contribuição foi dada por Carlos Nelson Coutinho.

Coutinho é reconhecido como um dos intelectuais brasileiros que articulou atuação acadêmica e militância política. Graduado em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), tornou-se um dos principais intérpretes do pensamento de Gramsci, ultrapassando as fronteiras do país⁵⁰. Como reconhece Liguori:

Carlos Nelson Coutinho foi um pensador importante não apenas para o seu país, o Brasil, mas também, sob vários pontos de vista, para nós italianos, haja vista as relações estreitíssimas que teve com a Itália. Foi igualmente um intelectual de relevo internacional para gramscianos do mundo todo, e ainda para aqueles, creio eu – que querem pensar a atualidade com as lentes de um marxismo não dogmático, voltado para a realidade contemporânea. (Liguori, 2016, p. 29).

Como observa Netto (2012), no conjunto da atividade intelectual de Coutinho, foi como tradutor que, de fato, sobreviveu economicamente no Rio de Janeiro, entre fins da década de 1960 e, salvo o período do seu exílio⁵¹, até meados dos anos 1980. Coutinho foi responsável pela tradução em português de mais de sessenta títulos de autores expressivos, entre os quais Raymond Aron, Claude Lévi-Strauss, Norberto Bobbio, Jürgen Habermas, Lucien Goldmann, Henri Lefebvre, Palmiro Togliatti, Luciano Gruppi, Adolfo Sánchez Vázquez, Herbert Marcuse, entre outros. Mas, neste ofício, dois autores foram especialmente objeto do trabalho de Carlos Nelson Coutinho, transformando-se em referências essenciais da sua própria elaboração intelectual: György Lukács e Antonio Gramsci, em ordem cronológica.

O interesse de Coutinho por Lukács está presente nos escritos da década de 1960, com a forte influência na produção ligada à crítica literária e à filosofia

⁵⁰ Carlos Nelson Coutinho publicou treze livros. Quase todos foram reeditados e algumas versões substantivamente ampliadas. Desses livros, seis foram editados no exterior.

⁵¹ Nos anos 1970, no período de maior endurecimento da ditadura militar brasileira, após a instituição do AI-5 em dezembro de 1968, exilou-se em Bolonha, Itália, onde recebeu forte influência político-teórica do antigo Partido Comunista Italiano (PCI), e, posteriormente em Paris, na França, de onde retornou em 1979.

(Simionatto, 2011). Nesse período, segundo o próprio Coutinho, difunde-se o Gramsci *filósofo da práxis*, o proponente de uma leitura humanista do marxismo, centrado no terreno da crítica literária, no qual a dimensão política tinha um vínculo secundário:

É o que se pode perceber lendo a introdução ao primeiro volume das *Obras* publicada no Brasil. Depois de um resumo da vida de Gramsci seguia-se uma apresentação teórica em que Gramsci aparece como um eminente filósofo, o qual – graças a seu peculiar conceito de práxis – teria sido capaz de superar tanto o idealismo de Croce quanto o “materialismo vulgar” de Bukharin, tornando-se assim, na expressão dos autores da referida introdução, o pensador que “melhor definiu o verdadeiro caráter da filosofia marxista”. (Coutinho, 2007, p. 156).

Embora já recorresse aos escritos gramscianos no início dos anos de 1960, as referências à Gramsci se tornaram mais frequentes na década de 1970, quando Coutinho entrou em contato, no exílio, com as ideias de Togliatti e do eurocomunismo. Ao retornar do exílio, Coutinho toma as ideias de Gramsci, Togliatti e do eurocomunismo como referências fundamentais para pensar a conjuntura política brasileira pós-ditadura civil-militar (1964-1985) e a reorganização dos movimentos populares e sociais frente ao neoliberalismo no Estado brasileiro. Encontra, dessa forma, preciosos instrumentos analíticos que o levam a desenvolver uma peculiar interpretação da realidade brasileira.

Em março de 1979, após o retorno do exílio, publicou o ensaio “A democracia como valor universal”, na revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 9 – um veículo de resistência das esquerdas na vigência dos primeiros anos da ditadura militar no Brasil⁵².

“A democracia como valor universal” é um divisor de águas no debate político da esquerda brasileira sobre a relação entre democracia e socialismo. Esse ensaio é, ainda, um marco teórico na transição do ciclo histórico hegemônico pela estratégia nacional e democrática para o ciclo histórico que será hegemônico pela estratégia democrática e popular, que se encontrava em processo de constituição no início da década de 1980, repercutindo em vários segmentos da sociedade brasileira, com muitas concordâncias e (mais ainda) discordâncias de sua tese sobre a democracia.

Segundo Netto (2015), esse debate vai reverberar de forma indireta e não imediata no Serviço Social. Nesse período, Coutinho ainda não atuava intensivamente no campo do Serviço Social e a influência que chega é pelo

⁵² A Revista foi uma publicação periódica de importância política e cultural, pois se constituiu num espaço de reorganização das esquerdas desagregadas pelo golpe de 1964, ao mesmo tempo em que seu projeto editorial contemplava um amplo debate sobre a cultura como um novo campo de articulação das resistências.

impacto, sobretudo, das ideias do pluralismo e da democracia na cultura política brasileira, no qual se constitui como uma referência do pensamento de esquerda.

Entretanto, Coutinho é reconhecido pelo Serviço Social brasileiro antes mesmo da sua entrada na Escola de Serviço Social (ESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Esse diálogo ocorre entre ambos, em um momento, como destaca Cazela (2017), em que se está gestando, no interior da profissão, um processo de questionamento e afastamento progressivo com suas bases conservadoras, o que Netto (2012) denominou de intenção de ruptura (1975-1985), já referenciado na seção anterior, que é quando, no início do declínio do regime ditatorial, a categoria profissional começa a buscar o pensamento gramsciano e Coutinho está retornando do exílio.

A importância de Coutinho não se restringe apenas às traduções, às iniciativas editoriais, às atividades acadêmicas e às relações nacionais e internacionais disseminadas na sua intensa trajetória intelectual. Como observa Semeraro (2012), sua outra grande contribuição é ainda mais valiosa e encontra-se no conjunto de estudos, ensaios e escritos produzidos sobre Gramsci, publicados em diversos livros, revistas, jornais e irradiados em inúmeras palestras dentro e fora do Brasil:

Ao longo dos anos, com uma cuidadosa e perspicaz investigação, Coutinho conseguiu se adentrar como poucos no labirinto dos escritos e anotações do marxista italiano, realizando a difícil arte de reconstruir as linhas fundamentais do seu pensamento político, situando-o no contexto histórico e cultural do seu tempo, montando o quebra-cabeça do significado de complexas categorias e estabelecendo brilhantes nexos interpretativos no extenso “canteiro de obra” legado em grande parte de forma exploratória e inacabada. (Semeraro, 2012, p. 102).

Além do trabalho de tradução, Coutinho promoveu, nas palavras de Semeraro (2012), uma delicada operação de “transplante” do pensamento de Gramsci no Brasil, contribuindo, assim, para a renovação da tradição marxista, a compreensão da história política nacional e uma fecunda interlocução com diversas correntes de pensamento. Em especial, sua reconhecida incidência na realidade brasileira e no Serviço Social, profissão com a qual Carlos Nelson estabeleceu profícua e contínua interlocução ao longo de sua trajetória intelectual e política, que merece ser destacada por trazer em sua bagagem o compromisso com a produção da ciência voltada à transformação do mundo.

Como destaca Simionatto (2012), é no momento em que Coutinho iniciava a tradução das obras de Gramsci no Brasil, no contexto da ditadura militar, que o Serviço Social brasileiro vivia seu processo de modernização conservadora, perspectiva efetivamente assumida no sentido de adequar a profissão à ordem

sociopolítica instaurada pelo regime vigente. A preocupação com o aperfeiçoamento do instrumental operativo, com os procedimentos metodológicos e técnicos, seus padrões de eficiência e eficácia, coadunaram-se facilmente à racionalidade burocrática que atingia todo o aparelho estatal. As produções do Serviço Social, nesse período, não ultrapassaram os traços conservadores que marcaram historicamente a profissão; e, mesmo revestidas de modernidade, permaneceram intocadas suas implicações sociais e políticas e seus valores teóricos e ideológicos, reforçando um projeto profissional comprometido com a política de dominação e controle das classes subalternas.

Ainda de acordo com Simionatto (2012), o referencial gramsciano é buscado, inicialmente, por seu marxismo aberto, pela relação dialética que estabelece entre as esferas econômica e político-ideológica, permitindo pensar-se nas possibilidades de contribuição da profissão na tarefa de transformação revolucionária da sociedade. Esta aproximação do Serviço Social com a obra de Gramsci ofereceu suporte à superação das posições reducionistas, tanto do economicismo quanto das linhas voluntaristas, as quais, caindo no extremo oposto, superestimavam a instância da superestrutura e a ação da consciência, independentemente da esfera econômica. No âmbito do marxismo, Gramsci apresentou-se, nesse período, como um dos referenciais que permitiram ao Serviço Social interrogar-se sobre questões relativas às instâncias estrutural e superestrutural, com problematizações não somente a respeito da esfera econômica, mas, também, da política, ideológica e cultural. Considerações relativas às classes sociais, ao Estado, à sociedade civil, ao papel das ideologias e dos intelectuais na análise e compreensão da realidade social que possibilitaram, a partir de então, o desenvolvimento de uma atitude mais crítica e investigativa. Diz a autora:

Esse processo de renovação do Serviço Social, contudo, não ocorre de forma endógena ao campo da teoria, mas como resposta à dinâmica da realidade brasileira, aos desafios e impasses colocados tanto à profissão quanto aos movimentos sociais e sua prática política nos anos subsequentes à crise da ditadura militar. A mudança de direção que caracterizou este processo relaciona-se, igualmente, às políticas cultural e educacional vigentes no período, especialmente no tocante ao revigoreamento da universidade e ao início da implantação dos cursos de pós-graduação. E Gramsci passa a ser, desde o início do declínio do regime ditatorial, um marco teórico significativo nas reflexões do Serviço Social brasileiro, abrindo novas possibilidades para repensar os aportes teóricos e qualificar as ações interventivas da profissão. (Simionatto, 2012, p. 374).

O debate sobre o pensamento gramsciano, já anteriormente iniciado na academia, especialmente no Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), pela professora Miriam Limoeiro Cardoso, adensa-se em 1986, quando Coutinho ingressa, mediante concurso público, na ESS da UFRJ.

A partir desse período, as disciplinas obrigatórias e eletivas por ele ministradas, tanto no curso de Serviço Social como em outras áreas sobre teoria política e formação brasileira, terão, muitas vezes, Gramsci como eixo central, abrindo-se, desde então, um diálogo sobre Gramsci e com Gramsci. Coutinho orientou 13 dissertações de mestrado e 14 teses de doutorado⁵³, além das dezenas de bancas examinadoras de teses e dissertações das quais participou⁵⁴.

Cabe destacar que os escritos de Coutinho foram apropriados pelo Serviço Social brasileiro de tal maneira que, nas teses e dissertações da área, é perceptível a utilização, por parte das autoras e autores, dos textos de Coutinho como principal fonte e os de Gramsci de forma indireta, através de citações do próprio Coutinho. Isso se dá, aparentemente, pelo fato de Coutinho escrever sobre a realidade brasileira através das lentes gramscianas.

Outro indicativo das formas de influência de Coutinho no Serviço Social está relacionado com a elaboração dos princípios éticos fundamentais do Código de Ética Profissional de 1993. Como observa Cazela (2017), não há uma categoria de Coutinho exclusivamente dimensionada para a profissão, mas conceitos e categorias relacionados com a área profissional que estão presentes na sua produção. Esses conceitos, tais como democracia, pluralismo ético-político, entre outros, traduzem e representam valores universais para o Serviço Social que impulsionaram a busca, na produção de Coutinho, da compreensão da realidade social.

É importante observar a relação que o Serviço Social estabeleceu com Coutinho enquanto intérprete de Gramsci e, mais recentemente, com a figura de Simionatto (ex-aluna e ex-orientanda de Coutinho), ao se verificar a recorrência dos usos desses dois autores nas teses aqui analisadas. Assim como ocorre com Coutinho em relação ao Serviço Social, parece ocorrer o mesmo na área da Educação com Dermeval Saviani⁵⁵ e na Ciência Política com Edmundo Fernandes

⁵³ A tese *A sociedade civil e os múltiplos significados no debate contemporâneo: uma leitura gramsciana*, sob orientação de Coutinho, foi contemplada no presente estudo.

⁵⁴ Sobre esse debate, ver Cazela (2017).

⁵⁵ Pedagogo brasileiro, idealizador da teoria pedagógica denominada *Pedagogia Histórico-Crítica*. Em sua teoria, em contraponto ao modelo conteudista de ensino, defende o acesso ao conhecimento sistematizado e sua compreensão por parte do estudante como instrumento de reflexão e transformação da sociedade.

Dias⁵⁶. Autores que se tornaram referências constantes no debate realizado pela perspectiva gramsciana nas suas respectivas áreas de atuação, mas não apareceram nas teses aqui analisadas.

Desse modo, é possível constatar a importante intervenção de Coutinho como professor de disciplinas da graduação, mestrado e doutorado na área do Serviço Social; o grande número de dissertações e teses que orientou, assentadas na tradição marxista; sua produção científica; sua grande participação nas atividades acadêmicas; sua contribuição e influência na construção dos princípios éticos que serão definidos no Código de Ética Profissional do Assistente Social e em debates, em geral. Coutinho se destaca em sua intervenção enquanto intelectual que transcende a sua contribuição para a ESS da UFRJ, atingindo o Serviço Social brasileiro e latino-americano como um todo.

2.4.

“Tropicus Mundi”: quando as periferias se tornam centro

Como já sinalizado anteriormente, a influência gramsciana no Serviço Social brasileiro, em especial no tocante aos estudos sobre classes sociais, nos remete a um vasto campo de temas que ajudam a compreensão da mecânica da dominação de classe. A abordagem de Gramsci não é exclusivamente econômica, pois analisa conjuntamente as condições econômicas e a intrincada estrutura de relações políticas e ideológicas que formam o tecido social. Além disso, Gramsci usa o conceito de hegemonia para pensar por meio das estruturas de dominação. A hegemonia batiza caminhos pelos quais o poder governante ganha consenso daqueles que governa.

Nesse sentido, para Gramsci, a hegemonia é necessariamente um campo de luta, oferecendo um modelo de contestação utilmente anticolonial que se dirige à ênfase da importância da educação dos trabalhadores, uma vez que uma melhor compreensão sobre a sua situação poderia ajudá-los a organizar uma posição coerente de revolta, visto que, o contexto do projeto colonial depende não apenas da instituição da forma de exploração capitalista, mas, também, da propagação de uma crença na supremacia racial branca. Nesta perspectiva, é possível compreender que a formação hegemônica não é algo necessariamente

⁵⁶ Um dos pioneiros nos estudos gramscianos no Brasil. Se notabilizou por empreender uma interpretação da obra de Antonio Gramsci que contesta as leituras de viés reformista e/ou liberal.

permanente, mas estratégias empregadas por qualquer classe dominante para ganhar sua posição de dominância.

Essas e outras questões justificaram o uso e a apropriação do pensamento de Gramsci pelos países periféricos (em contraponto aos países de capitalismo central), como é o caso do Brasil. Como visto anteriormente, o conceito de subalterno tem sido usado por teóricos marxistas indianos como Ranajit Guha e, de maneira mais livre, por Gayatri Chakravorty Spivak⁵⁷, para examinar a insurgência e a opressão do campesinato indiano. Esses autores utilizam o conceito de subalterno não como um ser meramente passivo de opressão e exploração, mas como um ser de resistência.

Como mencionado na primeira seção deste capítulo, o presente estudo identifica, apresenta e compara três metáforas muito utilizadas em estudos similares (Green, 2011; Guha, 2001, 2000; Raj, 2007) que buscaram compreender processos de transferência de ideias de um contexto para o outro: a metáfora da tradução, da circulação e da produção⁵⁸.

Tradução, circulação e produção de ideias expressam relações de forças, hierarquias mutantes que se afirmam de maneira diversa em diferentes épocas. São essas relações de forças que determinam o que deve e o que não deve ser traduzido, o que pode e o que não pode circular, a direção na qual esses processos ocorrem. E são elas, também, que determinam as formas que esses processos assumem.

Embora expressem processos diferentes, nada impede que tradução e circulação sejam utilizadas de modo complementar e que, no Brasil, encontrou problemas ligados à tradução, mas, também, dificuldades que envolveram a publicação, na Itália de 1947, da obra de Gramsci organizada por Palmiro Togliatti, como já mencionado anteriormente⁵⁹.

A metáfora da circulação enfatiza os processos de troca de bens culturais, destaca a dimensão espacial desses processos e promove uma abordagem que tende a ser sincrônica. A metáfora da produção, por sua vez, coloca sua ênfase na produção de novos significados, sublinha concomitantemente as dimensões espacial e temporal.

⁵⁷ Gayatri Chakravorty Spivak é uma crítica e teórica indiana, mais conhecida por seu artigo “Can the Subaltern Speak?”, considerado um texto fundamental sobre o pós-colonialismo, e por sua tradução de *Of Grammatology* de Jacques Derrida. Spivak leciona na Columbia University, na qual atingiu o mais alto nível do corpo docente em março de 2007. Erudita prolífica, viaja e ministra palestras por todo o mundo. É membro-visitante do *Centre for Studies in Social Sciences* de Calcutá.

⁵⁸ Sobre essa discussão ver Bianchi (2016a, 2016b).

⁵⁹ Sobre esse debate ver Schlesener (2001).

Pensando questões similares, Bianchi (2016a) argumenta que a metáfora da tradução seria a que melhor permitiria pensar o processo de produção das ideias como não sendo simples transferência nem consumo passivo de informações produzidas em outro contexto.

A partir dessas ideias iniciais é possível identificar que a circulação e a tradução de um pensamento ou conceito, para pensar outra realidade, podem fornecer importantes instrumentos de análise quando se propõe refletir sobre a constituição de uma produção tropical gramsciana que transcende o contexto de origem para pensar as particularidades das questões do Serviço Social brasileiro.

A metáfora da tradução, entretanto, adota perspectivas mais amplas e aborda problemas mais complexos que aqueles da troca cultural. Os processos aos quais se está atento são aqueles de produção de novas hegemonias de sentidos e significados. Esta noção é referendada por Frosini quando, ao discutir as mudanças na forma de apropriação, por parte de Gramsci, da filosofia croceana, Frosini diz que “traduzir é instituir uma hegemonia” (Frosini, 2003, p. 42). No entanto, é um erro desconsiderar que a circulação do pensamento de Gramsci, no Brasil, compreendida enquanto processo dinâmico de construção de conhecimento que, embora distinto das ferramentas metodológicas, filológicas e conceituais, desenvolvidas pelos estudos italianos, não tenha criado uma forma própria e criativa do uso de Gramsci pela periferia. Essa possibilidade é análoga à ideia de que, quando essas novidades emergem, outras ideias surgem: elas não têm a ver com os usos anteriores, trata-se de algo original, inesperado.

O primeiro fator deriva do fato que muitos dos estudos produzidos no Brasil não necessariamente consideraram o contexto italiano em suas análises, o que possivelmente fez com que fossem inseridos e reinterpretados de acordo com a estrutura do campo da recepção. Nesse percurso, o risco que se corre é de imputar significados e intenções a Gramsci que jamais estiveram em seus contextos originais de produção.

O segundo fator decorre do fato de que o eixo de reflexão nem sempre se inspira numa leitura que remeta à categoria formulada por Gramsci. Um exemplo disso é a leitura realizada por Norberto Bobbio (1999), que rompe com a unicidade entre sociedade civil e sociedade política e apresenta, em seu lugar, um suposto antagonismo entre os termos. No Brasil, por exemplo, Gramsci foi utilizado para reeditar tendências ou certos vícios do discurso de uma visão reacionária nas

figuras de Olavo de Carvalho⁶⁰, Rodrigo Constantino⁶¹, Oliveiros Ferreira⁶², por exemplo, este último com *Os 45 Cavaleiros Húngaros*, entre outras obras, numa interpretação peculiar da sociedade civil, numa tentativa de reduzir o pensamento de Gramsci a conceitos desvinculados de qualquer dimensão analítica mais abrangente e, sobretudo, separados da perspectiva de transformação socialista, subjugando ideias e saberes a sistemas conceituais dominantes.

O terceiro fator refere-se ao papel que Coutinho exerce no contexto da difusão de Gramsci, tornando-se a principal chave interpretativa do pensador sardo, em especial, no Serviço Social⁶³, nas décadas de 1970, 1980 e 1990, contribuindo muito para a consolidação de uma interpretação preponderante nos estudos realizados na área, mas que não necessariamente conseguiu transpor a sua reflexão à suposição de uma etapa prévia, democrática, apresentada como uma precondição para revolução socialista. Talvez pelo fato de Coutinho, falecido em 2012, ter revisto esse ponto apenas no fim de sua vida:

Carlos Nelson defenderá permanentemente a proposição – apresentada como a estratégia de base gramsciana e como devedora das formulações eurocomunistas – de uma revolução socialista processual, através da conquista progressiva de posições na sociedade civil e na sociedade política, como um crescimento da organização dos subalternos e a construção de uma contra-hegemonia majoritária. Na virada da década de 1970 para 1980, ele condiciona a realização do socialismo a um exercício de paciência, com vistas à construção de uma unidade estratégica em prol de um consenso majoritário contra-hegemônico por dentro da institucionalidade democrática, e defenderia então o polêmico ensaio sobre o valor universal da democracia, modificado posteriormente para o valor universal da democratização. Nele, rompe – e reafirmará diversas vezes essa ruptura – com as posições lenineanas e da Terceira Internacional de defesa de uma revolução definida como assalto ao poder, adotando dali em diante uma concepção que reúne estreitamente democracia, reforma e revolução. Essa opção atravessa o conjunto de suas intervenções e segue reafirmada até a atualidade, embora com pequenas diferenças e nuances. (Fontes, 2012, p.182).

Além desses três fatores estruturais da discussão, o fio condutor da análise perpassa pela notoriedade que Gramsci ganha na Escola de Estudos Subalternos

⁶⁰ Ensaísta brasileiro, influenciador digital, ideólogo, que foi jornalista e astrólogo. Autoproclamado filósofo, é considerado um representante do conservadorismo no Brasil. Desde 2005 vive nos Estados Unidos. Alega ter sido militante filiado ao Partido Comunista Brasileiro em sua juventude, de 1966 a 1968, e opositor da ditadura militar brasileira, tornando-se anticomunista posteriormente. É apontado como o responsável pelo surgimento da nova direita brasileira e considerado guru do presidente da República Jair Bolsonaro.

⁶¹ Formado em economia pela PUC-Rio, em 1998, é um ensaísta brasileiro, presidente do *Instituto Liberal* e um dos fundadores do *Instituto Millenium*. Desde 2015 reside nos Estados Unidos.

⁶² Cientista social, jornalista, escritor, cientista político, historiador e professor, licenciado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) em 1950. Lecionou na USP e na PUC-SP.

⁶³ Na área da educação, é interessante observar que Dermeval Saviani teve importante contribuição para a difusão do pensamento de Gramsci. Sobre esse tema, consultar: Bonamino (1989).

ou *Subaltern Studies*⁶⁴ e nos esforços desses estudos em localizar a figura do “subalterno”⁶⁵ como sujeito de mudança, numa proposta em que o registro histórico não fosse somente da periferia, mas dos despossuídos da periferia, como tentativa de libertar esses estudos do discurso eurocêntrico numa propositura de ativismo político.

A Escola de Estudos Subalternos ou *Subaltern Studies* chama a atenção para o discurso da subalternidade, sobretudo para o fato de que nem sempre a verdade da opressão é divulgada na plenitude de sua existência. Nesse sentido, os milhares de livros bem-intencionados reivindicando falar por, ou dar voz ao subalterno, não podem escapar ao problema da tradução em seu sentido absoluto:

Na definição de Spivak, é um lugar estruturado no qual a capacidade de acessar o poder é radicalmente obstruída. Ou seja, a despeito de dar um sentido mais politizado à noção de subalternidade, pois se contrapõe à recusa da totalidade a partir de um olhar crítico ao campo pós-colonial, no qual também se encontra a autora indiana. (Góes, 2016, p. 97).

Esses estudos trazem para a análise o desenvolvimento e a diferença que Gramsci articula entre uma classe que “domina” e outra que “dirige”. Como observa Hall (2003), domínio e coerção podem manter a autoridade de uma classe específica sobre a sociedade, mas seu “alcance” é limitado:

Ela precisa recorrer continuamente aos meios coercitivos, em vez de conquistar apoio. Por essa razão, ela não é capaz de promover a participação positiva dos distintos setores da sociedade em um projeto histórico de transformação do Estado ou de renovação da sociedade. A “direção”, por outro lado, também possui seu aspecto “coercitivo”. Porém, ela é “conduzida” pela conquista do consentimento, pela consideração dos interesses dos subordinados, e pela tentativa de se tornar popular. (Hall, 2003, p. 315).

Segundo Hall (2003), não existe para Gramsci um caso de coerção/consentimento puro. A hegemonia não é exercida nos campos econômico

⁶⁴ A formação do grupo remonta ao Centro de Estudos de Ciências Sociais (CSCS) de Calcutá, apoiado pelo governo indiano e de tendência nitidamente marxista. Em seu interior havia uma divisão entre os considerados “velhos” marxistas e a “nova” tendência, marcada pelo chamado “movimento naxalista”, então destinado a criar uma nova aliança entre estudantes universitários e camponeses, em nome de uma revolução supostamente maoísta. No cerne desse segundo grupo surgiu um núcleo de estudos sob a influência de Ranajit Guha, através do qual se reuniram os principais intelectuais que compuseram e fundaram os *Subaltern Studies* ou Escola de Estudos Subalternos. Entre eles estavam Dipesh Chakrabarty, que optou por trabalhar sobre a classe operária indiana; Gyanendra Pandey, que tinha já uma importante tese sobre os camponeses na Índia do Norte; Shahid Amin, também historiador do campesinato; Gautam Bhadra, que se interessava pela história da transição do Império Mongol para o Império Britânico, e Partha Chatterjee, considerado o mais teórico entre eles, devido à sua formação com maior ênfase em teoria e filosofia política (GÓES, 2016).

⁶⁵ O termo “subalterno” é retirado dos escritos de Gramsci e passa a ser utilizado no sentido de classe, casta, gênero, raça, linguagem e cultura, buscando destacar a centralidade das relações de dominação na história indiana (GÓES, 2016, p.101).

e administrativo apenas, mas engloba os domínios críticos da liderança cultural, moral, ética e intelectual. É somente sob essas condições que um “projeto” histórico de longo prazo – por exemplo, de modernizar a sociedade, aumentar todo o nível de desempenho da sociedade ou transformar a base da política nacional – pode ser efetivamente colocado na agenda histórica. Pode-se perceber com isso que o conceito de hegemonia é expandido em Gramsci pelo uso estratégico de uma série de distinções, sobretudo, entre Estado e sociedade civil, sendo o Estado concebido como um aparato administrativo ou coercitivo e também educativo da sociedade:

É no interior desse quadro que Gramsci elabora sua nova concepção de Estado. O Estado moderno exercita a liderança moral e educativa – ele “planeja, estimula, incita, solicita e pune”. É o local onde os blocos de forças sociais que o dominam não apenas justificam e mantêm seu domínio, mas conquistam pela liderança e autoridade o consentimento ativo daqueles sobre os quais ele governa. Assim, o Estado exerce uma função central na construção da hegemonia. (Hall, 2003, p. 317).

Nessa leitura, o Estado se torna não uma *coisa* a ser derrubada de um único golpe, mas uma formação complexa nas sociedades modernas, que deve se tornar o foco de uma variedade de estratégias e lutas, pois é uma arena de distintas contestações sociais.

Diante do exposto, essas e outras questões serão aprofundadas na análise aqui proposta. Em especial, como já observado, é possível constatar no *Mapa Bibliográfico de Gramsci no Brasil* (2019) e em pesquisas similares sobre a produção teórica na área do Serviço Social, que a maior recorrência do uso e apropriações do pensamento de Gramsci se dá através da categoria Estado.

Essa perspectiva ganha relevância quando importantes estudiosos do Serviço Social, já apresentados neste capítulo, observam que o processo de reconceituação mostrou que, enquanto profissão, o Serviço Social nunca ultrapassou o que seria considerado o *horizonte ideológico burguês*. Sobretudo, porque “o Estado é o padrão *par excellence* do assistente social” (Netto, 2006, p. 295) e, nessa perspectiva, o profissional requisitado atualmente teria, portanto, grandes dificuldades de responder às demandas sociais imediatas e, ao mesmo tempo, ter fôlego analítico para o debate da transformação social.

3

A perspectiva crítica do Estado e a integralidade da abordagem de Antonio Gramsci

A discussão sobre Estado é repetidamente circunscrita à análise do poder político e administrativo, analisado, muitas vezes, sob o ponto de vista institucional, territorial e funcional.

Em outros momentos, a discussão remete à ideia de um Estado-Sujeito que paira acima da sociedade, dotado de vontade própria e desvinculado dos grupos sociais. É comum também observar o aspecto contraditório que a discussão provoca. Se, algumas vezes, é enaltecida a função protetiva do Estado com a defesa de um modelo de *Estado Social*, por exemplo, difundido na década de 1970 e adotado, mesmo que numa versão reduzida, por alguns países, em outras são corriqueiras as reflexões que trazem uma alusão ao predomínio do Estado sobre a sociedade civil, numa desigual medição de forças que associa o Estado a certas adjetivações, tais como *centralizador*, *cooptador* e *coercitivo*.

Pensar o Estado em um viés dicotômico impede de conhecê-lo em sua dinâmica mais complexa e profunda. Quando se fala de Estado, faz-se referência a um conjunto de leis, normas, regulamentos, instituições, funcionários que administram e trabalham em tais instituições, e a uma rede de relações de poder, dominação, força e laços comunitários que atravessam a sociedade, que acabam dando sentido às referências mais visíveis e como são produzidas e reproduzidas relações de exploração e dominação.

Neste capítulo é realizado um preâmbulo sobre o debate do Estado apresentado por pensadores que foram apropriados no debate formulado por Gramsci. Em especial, Maquiavel, Marx, Engels e Lenin. Busca-se apresentar, sobre as fontes do pensamento político e filosófico de Gramsci, uma concepção distante da ideia do Estado que paira acima da sociedade civil, mas que está, organicamente, vinculado à sociedade civil numa contínua relação social – imbricados, constitutivos e insuperáveis.

É interessante destacar que esse debate, por si só, é imponente, à medida que Gramsci é uma das principais fontes teóricas no campo do marxismo sobre o temário estatal e, em particular, sobre o Estado capitalista. Vale lembrar que em Marx não há propriamente uma teoria sistematizada sobre o Estado. Essa é uma nota muito mencionada nos estudos realizados por autores, na década de 1960,

dentre eles Louis Althusser (1985) e Nico Poulantzas (1977, 1985)⁶⁶, que buscaram aportes e subsídios para discutir o caráter e a forma do Estado capitalista. Embora não tenha deixado uma obra dedicada à análise conceitual do Estado capitalista, em Marx (1982; 2011; 2012; 2017), é possível encontrar aportes que permitem compreender o Estado de modo prático.

Nossa proposta aqui é mostrar a originalidade da concepção de Gramsci, que não só atualiza o debate sobre Estado, mas a institui como uma ferramenta metodológica para a compreensão da política contemporânea.

3.1.

O debate do Estado e a contribuição de Gramsci

Um dos autores com quem Gramsci estabeleceu um estreito diálogo sobre a temática do Estado é Maquiavel. Nos Cadernos do cárcere, Gramsci converte Maquiavel na metáfora política por excelência, organicamente inserido em projeto crítico da modernidade *für ewig*. Gramsci interpreta a obra teórica de Maquiavel de dois pontos de vista: o primeiro se liga a situação italiana; o segundo, ao contrário, é uma interpretação do real significado da obra de Maquiavel, cujas exatas previsões não estão na história italiana, mas na história europeia do século XVI, e representam um importante momento dessa história na fase da autonomização tendencial da sociedade civil em relação ao Estado.

Um dos aspectos de proeminência da obra de Gramsci é o uso que faz da metáfora do *Novo Príncipe*, tratado por ele nos cadernos 13, 14, 15, 17 e 18, mas também contidas em cadernos anteriores. Gramsci define Maquiavel como um homem de seu tempo e afirma que sua ciência política representa a filosofia da época, que tende à organização das monarquias nacionais absolutas, a forma política que permite e facilita um novo desenvolvimento das forças produtivas burguesas.

O mito do Príncipe é a perspectiva do Estado, cuja a primeira tarefa é a educação do povo. Maquiavel trata de como deve ser um novo Príncipe para conduzir um povo à fundação do novo Estado, e o tratamento é conduzido com rigor lógico, com distanciamento científico: na conclusão, o próprio Maquiavel se

⁶⁶ Althusser e Poulantzas são leitores de Gramsci. Althusser fez uma leitura crítica da filosofia da práxis de Gramsci e elaborou uma visão alternativa da ideologia e dos Aparelhos Ideológicos de Estado. Enquanto Poulantzas, talvez uma recepção mais positiva de Gramsci no que se refere à especificidade histórica da luta burguesa pela hegemonia nacional-popular e o papel que o Estado capitalista desempenha para assegurar a dominação da classe burguesa.

faz povo, confunde-se com o povo, mas não como um povo *genericamente* e, sim, com o povo que Maquiavel convenceu com seu tratamento precedente.

Gramsci afirma que “O Príncipe” é um livro *vivo*, e essa vida do manuscrito de Maquiavel permite a Gramsci uma leitura que o leva a considerar que:

O moderno príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais. (Gramsci, 2016, p. 21).

O moderno Príncipe, ou seja, o partido político tem uma dupla função na sociedade moderna: organizar e propagar uma reforma moral e intelectual. Isto é, garantir o desenvolvimento de uma vontade coletiva que concorrerá para a emergência de uma nova sociedade, uma forma superior de civilização moderna. Como observa Gramsci, Maquiavel examina sobretudo as questões da *grande política*, tais como a criação de novos Estados, sua conservação e defesa, a ditadura e a hegemonia. Como observa Gramsci:

Grande política (alta política) – pequena política (política do dia a dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política. (Gramsci, 2016, p. 21).

Maquiavel, ao refletir sobre a realidade de sua época, elaborou uma teoria de como se constitui o Estado moderno. O Estado, para Maquiavel, não tem mais a função de assegurar a felicidade e a virtude. Dessa forma, o Estado passa a ter suas próprias características, faz política, segue sua técnica e suas próprias leis. A política é entendida como a arte do possível, a qual leva em conta como as coisas estão e não como deveriam estar. Nesse sentido, o príncipe que esperar gratidão por ter sido bondoso com seus súditos, pelo contrário, será derrotado. Por conseguinte, como observa Gruppi (2001), o Estado moderno funda-se no terror. Nesse sentido, Maquiavel mostra a base em que se constrói o Estado moderno.

O Estado, tal qual se apresenta na atualidade, não é de forma alguma somente um organismo burocrático ou uma figura da administração pública. Segundo Mendonça (2014), grande parte das visões contemporâneas do Estado advém de uma leitura liberal simplificadora, elaborada, originalmente, no século

XVIII, que traz a ideia de que o estudo do Estado deriva do estudo do Direito público, imbricado na ética e na moral, circunscrita ao domínio da natureza e diante do monismo jurídico estatal.

Dentro dessa lógica explicativa, o Estado, na visão liberal, emergiria de um contrato social numa proposta de contraposição ao *estado de natureza*⁶⁷, considerado o princípio de uma *conduta humana universal*. A constituição de um *Estado civil*⁶⁸ seria, portanto, uma forma mais *civilizada* e *progressista*, por ter como base o contrato social.

Thomas Hobbes (1588-1679) diz que no estado de natureza todo homem tem direito a tudo, e que a liberdade que cada homem possui de usar seu próprio poder, da maneira que quiser, poderá levá-lo ao estado de guerra porque cada um se imagina com ou sem razão poderoso, perseguido, traído. Neste sentido, surge a necessidade dos homens se reunirem e formarem o contrato estabelecido por eles, definindo as regras de convívio social e de subordinação política, e elaborar um Estado como condição para existência da própria sociedade.

Dado que o estado de natureza é insuportável, o desejo de poder e o desejo de viver em paz se contradizem, então surge a capacidade deliberativa própria do homem que comanda de construir uma instância superior, cujo fim é impor uma ordem que elimine a violência natural, que substitua a guerra de todos contra todos pela paz de todos com todos. (Châtelet *et al.*, 2000, p. 51).

Na instauração da sociedade política, do Estado, faz-se necessário que os cidadãos entrem em comum acordo e despojem-se integralmente de sua potência individual e a transfiram para a autoridade pública. Com isso, a soberania una e indivisível do Estado é ilimitada, onde o contrato a sujeita somente a assegurar o bem-estar dos contratantes. O poder do governante, ou seja, do soberano deve ser ilimitado, absoluto para que os homens não continuem em estado de guerra entre poderes que se enfrentam. Vale ressaltar que cabe ao soberano a proteção da vida dos indivíduos, e, caso não cumpra seu dever, este indivíduo e só ele não lhe deve mais sujeição.

⁶⁷ Um dos elementos essenciais da estrutura da doutrina contratualista é o estado de natureza, que seria justamente aquela condição da qual o homem teria saído, ao associar-se, mediante um pacto, com os outros homens. Estado de natureza se refere, então, a um *momento* em que os seres humanos organizavam-se apenas sob as leis da natureza. Para aprofundamento ver: Matteucci (2009).

⁶⁸ “A passagem do Estado de natureza para o Estado Civil, que é a passagem do não-Estado para o Estado, representa também a passagem de um Estado não jurídico, onde não existe um Direito objetivo universalmente válido, sustentado por uma força comum, mas existem somente Direitos subjetivos sustentados pela força de cada um e por isso mesmo relações de força, para o Estado jurídico, isto é, para o Estado que é fundado num ato jurídico, como é o pacto através do qual os indivíduos se associam e colocam em comum os próprios bens e as próprias forças para atribuí-las a um só soberano, que, uma vez constituído, é fonte única e exclusiva do Direito positivo” (Bobbio, 2009, p. 350).

É importante destacar que Hobbes, ao se referir ao *estado de natureza*, não defendeu que homens selvagens e primitivos se reuniram no meio da floresta e decidiram, através de um contrato, fundar a sociedade. Hobbes utilizou o *estado de natureza* metaforicamente para representar a exacerbação do individualismo cada vez mais presente na sociedade.

John Locke (1632-1704) afirma que é a existência dos direitos naturais do indivíduo no estado de natureza que vai proteger dos abusos do poder o mesmo indivíduo no estado em sociedade.

Segundo Châtelet *et al.* (2000), Locke é um filósofo que:

[...] desenvolve uma teoria do conhecimento fundada num empirismo moderado, baseando-se nos direitos naturais onde os homens são capazes de conhecer, expressar seu pensamento e trabalhar de forma livre com a possibilidade de dispor de sua vida e de suas palavras como lhes convém. São iguais uns aos outros, na medida em que não existe entre eles nenhuma diferença natural que autorize um a limitar a liberdade do outro. (Châtelet, 2000, p. 58).

Para Locke a razão natural ensina a todos os homens que nenhum deve prejudicar o outro porque são todos iguais e livres. Defensor da propriedade privada como anterior ao estado de sociedade, ressalta que no estado de natureza cada um é juiz em causa própria, cada um igual ao outro é, de certo modo, um rei. A consciência passa a ser considerada a partir da esfera privada.

Locke com suas ideias acerca do direito natural à propriedade privada, a liberdade individual, a mínima intervenção estatal na economia, se tornou o precursor do pensamento liberal burguês que, em sua época, foi considerado revolucionário e de esquerda.

Para Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) não importa a forma de governo (monarquia ou república), sua maior preocupação é com a desigualdade entre os homens, a passagem do estado de natureza ao estado civil, o contrato social, a liberdade civil, o exercício da soberania, a distinção entre o governo e o soberano, o problema da escravidão e o surgimento da propriedade.

Com essas preocupações podemos considerar que Rousseau, partindo de um ponto de vista não liberal, insistiu na ideia de que uma sociedade só é legítima, qualquer que seja sua forma de governo, quando se funda na vontade geral, no interesse comum ou na soberania popular (Coutinho, 1996, p. 24).

Para Rousseau, a sociedade política é fundada a partir da vontade geral, que visa o interesse comum, onde o interesse do público prevalece sobre os interesses individuais, e não a partir do somatório das vontades particulares. A vontade geral é compreendida como:

[...] o que traduz o que há de comum nas vontades individuais e não a simples soma de vontades particulares ou da maioria. O que dá suporte à vontade geral é, pois, o *interesse comum*, que é entendido como interesse de todos e de cada um enquanto componentes do corpo coletivo. É com base no interesse comum que a sociedade deve ser governada. (Montaño; Duriguetto, 2010, p. 29).

A vontade geral dá a existência e a vida do corpo político, onde a soberania é seu exercício e a legislação, seu movimento (Châtelet *et al.*, 2000).

O verdadeiro estado político é aquele em que os homens seriam tanto civilizados quanto cidadãos. E, a partir do pacto estabelecido com o governante, este passaria a regular todos do mesmo modo – supostamente imparcial e acima de interesses individualistas prevalentes (Mascaro, 2019).

A crítica a essa concepção liberal do Estado advém da matriz marxista, quando a ruptura iniciada com Hegel (1974) adquiriu completude. É, sobretudo em Hegel, que é captado o novo nexos entre intelectuais e Estado moderno. Como descreve Gramsci:

Com Hegel, começa-se a não mais pensar segundo as castas ou os estamentos, mas segundo o “Estado”, cuja “aristocracia” são precisamente os intelectuais. A concepção “patrimonial” do Estado é, de imediato, a concepção que Hegel deve destruir. Sem esta “valorização” dos intelectuais feita por Hegel não se compreende nada do idealismo moderno e de suas raízes sociais. (Gramsci, 2014a, p. 168).

Isto não quer dizer que a nova matriz escaparia do caráter igualmente dual dos conceitos com que operava. Segundo Mendonça (2014), não mais a dualidade sociedade de natureza *versus* sociedade civil, mas, sim, uma nova noção de *sociedade política*, em substituição à antiga *sociedade civil* dos jusnaturalistas. Essa mudança, longe de um mero formalismo, atingiu o núcleo da matriz liberal, distinguindo com clareza uma esfera política da esfera civil.

Não é demais destacar que depois de 1844, com as primeiras incursões críticas no campo da Economia Política, a oposição Estado/sociedade civil começa a ser posta em novas bases. A partir da constatação de que as relações políticas, jurídicas e ideológicas devem ser derivadas e explicadas a partir das relações materiais de vida, o Estado passa a ser caracterizado como forma particular da produção burguesa⁶⁹.

Nesse sentido, se existe uma natureza no homem, ela possui um cunho social, e, portanto, passível de transformação. Observa Mendonça (2014) que os homens teriam uma sociabilidade própria, conferida não por um contrato, mas, sim, pelo lugar que eles ocupam no processo de produção e de trabalho, onde alguns são proprietários dos meios de produção, enquanto outros não. Sendo

⁶⁹ Para aprofundar esse debate, ver Mascaro (2019).

assim, a origem do Estado reside na emergência da propriedade privada, subordinando os demais e transformando-os em força de trabalho.

Nesta concepção, o Estado surge da necessidade de certos proprietários, agora privados, de assegurar sua apropriação, mediante leis e outras medidas coercitivas capazes de garantir a manutenção da condição estabelecida.

É importante destacar que a separação de *privado* e *político* parece natural no pensamento burguês; afinal, sua base e fonte são o mercado e as relações de capital. Esse foi o problema que os marxistas parecem ter aventado, em termos teóricos e práticos, em suas análises sobre a sociedade de classes. Além do mais, o marxismo é orientado ao entendimento crítico da sociedade existente, em busca de sua transformação e, portanto, orientado à ação revolucionária, isto é, surge e se orienta pela práxis e ao mesmo tempo como uma teoria política da hegemonia. Desse modo:

A práxis é a atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa da reflexão, do autoquestionamento, da teoria; é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática. (Konder, 2018, p. 123).

Nesse sentido, o homem, ao ser tomado pela práxis, não é tomado em sua individualidade, mas em sua sociabilidade. Não se trata mais de conhecer o mundo com base no homem em si, ou em sua essência, mas de compreendê-lo a partir da práxis, da atividade prática humana, da produção, do trabalho, ultrapassando a barreira filosófica da tradição moderna que limita o homem a sua individualidade e subjetividade. O que explica a potência dessa noção e sua rápida apropriação, dentre outras profissões, pelo Serviço Social e movimentos sociais, na superação do conservadorismo⁷⁰ e defesa de direitos.

O termo práxis, para a filosofia marxista, possui tamanha importância que Gramsci, impedido na prisão de escrever sobre Marx, refere-se ao pensamento marxiano como *filosofia da práxis*, termo este que recupera de Antonio Labriola⁷¹ (2000).

Contudo, essa opção não pode ser desprovida de implicações e consequências teóricas. Em especial, pelo fato de Gramsci identificar a

⁷⁰ Sobre esse debate ver: Duriguetto; Marro (2016).

⁷¹ Antonio Labriola (1843-1904) foi um filósofo e teórico marxista italiano. Embora sempre tenha sido um acadêmico e nunca membro ativo de qualquer partido político, o seu pensamento político exerceu influência sobre muitos teóricos na Itália durante o início do século XX, incluindo o fundador do Partido Liberal italiano (1943), Benedetto Croce, e um dos líderes do Partido Comunista Italiano, Antonio Gramsci.

originalidade e a capacidade dessa nova filosofia para remover do marxismo as vulgarizações positivistas e materialistas. E ele o fez reservando a filosofia marxista à análise crítica do senso comum popular para viabilizar a substituição da hegemonia burguesa por uma nova hegemonia socialista. Portanto, para Gramsci, o problema da filosofia marxista não é metafísico, mas histórico e político e, nesse sentido, não se trata apenas de interpretar, mas também de fazer e transformar.

É no cárcere, com pouquíssimos recursos e sem qualquer ambiente solidário, que Gramsci elaborou uma original reflexão com base na obra marxiana, composta por notas e comentários sobre os mais variados temas, tudo articulado por uma sistematicidade oculta e, muitas vezes, de difícil compreensão, mas que se comprova potente na sugestão de caminhos intelectuais possíveis para atravessar as turbulências e os atuais desafios que se antepõem sobre o Estado.

Esses pontos iniciais delineiam algumas ideias sobre a discussão de Estado e, particularmente e de modo sintético, o uso que Gramsci faz da filosofia da práxis, tornando orgânico e compreensível o nexo entre teoria e prática.

Conforme mencionado anteriormente, o Estado tal como se concebe hoje nasce como *Estado de Direito*, liberal e burguês. Mas, segundo Mascaro (2013, p. 87): “O Estado surge historicamente antes; a forma política estatal surge depois”, isto é, o Estado, primeiramente, se compreendido *lato sensu*, não é um fenômeno moderno/contemporâneo, tampouco uma criação da burguesia, mas há uma especificidade do Estado gestado na modernidade que o aparta de todos os seus antecessores. O diferencial do Estado moderno, cuja formulação metanarrativa vai do Renascimento à Modernidade, mas se fixa no Ocidente com as revoluções burguesas⁷², em relação aos modelos antecedentes, é justamente a forma política, assim como sua relação ideológica com a sociedade civil (polis).

Desse modo, é possível admitir que o Estado contemporâneo nasceu atravessado pelas lutas de classes e pela dinâmica das relações sociais em

⁷² As revoluções burguesas podem ser compreendidas, de acordo com Segatto (1998), como “um processo, mais ou menos longo, de construção do poder burguês no sentido lato e das relações sociais capitalistas. Um processo onde a burguesia, enquanto classe social fundamental, realiza suas tarefas históricas, moldando a sociedade à ‘sua imagem e semelhança’, isto é, o processo histórico de instauração da sociedade burguesa que se funda e constitui no modo de produção capitalista – a burguesia (e/ou seus aliados) é levada a desempenhar este papel histórico no processo de formação e desenvolvimento das forças produtivas e das relações capitalistas de produção. Isto não significa que ela (burguesia) passa ou não a ter consciência, ou ainda, ter uma compreensão incompleta de sua atuação histórica. Naturalmente, isso implica também, que nesse processo ela se associa e se antagoniza com outras classes e camadas sociais e com os interesses destas (no caso, a aristocracia, pequena burguesia, proletariado, campesinato). Há casos, inclusive, em que a revolução burguesa se processou sem que, necessariamente, a burguesia se apresentasse como sujeito direto e fundamental na construção da sociedade e do Estado capitalista” (op. cit., p. 39).

disputa; no entanto, a instituição *Estado* não pode ser tomada como elemento fixo do domínio de uma classe, uma vez que o Estado deriva da estrutura do capital, mas não necessariamente é sempre seu agente consciente.

Certamente, reside nessa constatação o fato do fenômeno político no capitalismo se concentrar no Estado, mas não se pode considerar que a estrutura estatal seja limitada apenas pelos contornos daquilo que estabelece a sua definição jurídica. O Estado se encontra associado a muitas instituições sociais que permitem compreender a política contemporânea como um Estado integral.

Nessa perspectiva, o Estado só pode ser compreendido no contexto geral da totalidade capitalista. Dentre as teorias a respeito do Estado em seu sentido ampliado, destacam-se as noções de hegemonia, propostas por Gramsci (2016), e de aparelhos ideológicos de Estado, formuladas por Althusser (1985), que expandem a compreensão do Estado para além da sua definição normativa ou do núcleo governamental-administrativo.

É sabido que a compreensão marxista acerca do Estado não é homogênea, optando-se, então, por recortar autores que antecederam Gramsci e serviram de aportes, subsídios e sistematizações para pensar o Estado integral.

Como observa Carnoy (1990), embora os pontos de vista de Marx, Engels e, principalmente, de Lenin sobre a política e o Estado sejam incompletos, o fato é que as recentes teorias marxistas têm suas raízes nesses primeiros trabalhos. É importante voltar a eles para compreender tanto os fundamentos da concepção marxista de Estado como suas implicações para a compreensão do conceito de Estado desenvolvido em Gramsci.

Grande parte da produção de Marx sobre o Estado concentra-se no *Dezoito de brumário de Luís Bonaparte* (Marx, 2011) e na *Crítica ao programa de Gotha* (Marx, 2012). Embora não haja um tratamento didático-sistemático sobre o Estado em sua obra, como já destacado anteriormente, há muitas referências marxistas sobre as questões que envolvem o Estado. Em sua obra *O capital*, Marx (2017) analisa as formas de circulação e da produção, tendo em conta as instâncias do Estado de maneira muito integrada.

Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels (2007) evidenciam que o Estado não é mais do que uma forma de organização que os burgueses criaram para si com a finalidade de garantir, reciprocamente, suas propriedades e seus interesses. Tal concepção é ampliada no *Manifesto do Partido Comunista* (Marx; Engels, 2009), quando os autores demonstram como a burguesia promoveu o aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e, conseqüentemente, arrastou as diferentes nações para o modo de produção burguês.

Nessa visão, o Estado é sintetizado como um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa, promovendo, ainda, a organização política de uma classe para oprimir a outra (Marx; Engels, 2009). Ainda que, em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, Marx (2011) reconheça que a esfera estatal tenha se caracterizado pelo “equilíbrio das classes em luta”, adquirindo certa autonomia em relação às mesmas, seus escritos expressam a convicção de que o Estado sempre se manteve a serviço dos interesses das classes dominantes.

Engels ratifica as bases dessa discussão, presente no *Manifesto do Partido Comunista*, na obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (Engels, 2019), apontando que o Estado nasce da necessidade de conter os antagonismos de classes e, por isso, acaba sendo o representante da classe economicamente dominante; conseqüentemente, torna-se também a classe politicamente dominante.

Em breve contextualização sobre a perspectiva marxista de Estado, baseada em Gruppi (1980), é importante considerar que em *O Estado e a revolução*, Lenin (2017), em concordância com Marx e Engels (2009), parece também compreender o Estado como representante da dominação entre classes, a partir de um duplo movimento: por um lado, legitima a submissão e, por outro, busca atenuar o conflito entre as classes sociais. Lenin (2017) entende que a essência do Estado burguês reside, também, em seus aparelhos repressivos e coercitivos, sendo o Exército e a polícia as forças fundamentais do poder estatal.

A concepção *restrita* de Estado presente no pensamento de Marx e Engels também caracteriza o conceito leniniano de Estado, sendo retomado e desenvolvido de forma sistemática no pensamento de Gramsci, em sua original elaboração sobre a *ampliação* do conceito marxista de Estado e suas expressões no capitalismo do século XX.

É graças ao resgate dos conceitos de sociedade civil e sociedade política que o conceito de Estado integral é recriado, e institui-se em uma ferramenta metodológica que permite compreender a política contemporânea, no contexto social capitalista, como um Estado integral aglutinado a muitas outras instituições sociais. Sendo assim, como se verá mais adiante, Gramsci não separa inteiramente Estado e sociedade civil. As reflexões sobre as particularidades do Estado no Ocidente⁷³ capitalista constituem, portanto, um dos núcleos essenciais

⁷³ “No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil” (GRAMSCI, 2016, p. 266.). A expressão Oriente e Ocidente não se refere à localização geográfica, mas às diferentes formas sociais do capitalismo contemporâneo.

de toda a elaboração dos *Quaderni del carcere*, situando-se no cruzamento das categorias fundamentais gramscianas, talvez a melhor premissa para o desenvolvimento da ciência política marxista.

3.2.

Estado: a originalidade de um conceito

O pensador sardo não viveu na mesma época histórica de Marx, Engels e Lenin e pôde perceber que o Estado, no século XX, se apresentava de forma mais complexa, permeado por um processo de socialização da política, com nova esfera social portadora de elementos relativamente autônomos ante os aparelhos repressivos e coercitivos do Estado.

É através da análise das novas determinações do capitalismo monopolista desenvolvido que Gramsci formula sua teoria da *ampliação* do fenômeno estatal, formado pela sociedade política e pela sociedade civil.

Algo recorrentemente identificado pelos seus comentadores, entre eles Acanda (2006), Bianchi (2008) e Liguori (2007), é a concepção de *Estado integral* aliada ao tema dos intelectuais. Isso nos remete ao uso vivo que Gramsci fez do conceito “integral”. Em uma carta enviada da prisão à cunhada, Tatiana Schucht, em setembro de 1931, escreveu:

Eu amplio muito a noção de intelectual e não me limito à noção corrente, que se refere aos grandes intelectuais. Este estudo também leva a certas determinações do conceito de Estado, que, habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercivo, para moldar a massa popular segundo um tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou a hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas, etc.), e é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais. (Gramsci, 2005a, p. 84).

Como observa Liguori (2007), estudando a história e o papel dos intelectuais, estabelecendo, assim, a própria teoria da hegemonia, Gramsci chegou a um novo conceito de Estado. Ao fazê-lo, reafirmou seu caráter de classe e não negou nem eliminou as discussões presentes em Marx, Engels e Lenin; antes, ao contrário, fiel ao método dialético, foi capaz de perceber as novas determinações do fenômeno estatal e suas características em países de capitalismo desenvolvido. Torna-se importante destacar, neste ponto, que a sua originalidade se faz presente também quando trata a fundo a questão dos intelectuais.

Gramsci parte do princípio de que todos os homens são intelectuais, embora nem todos desempenhem essa função na sociedade. Para ele, todo grupo social cria para si camadas de intelectuais que dão consciência à própria função, definida como intelectuais orgânicos em contraposição aos tradicionais. Dessa maneira, diz Simionatto:

Isso significa que o intelectual orgânico não é aquele que se justapõe a uma classe, a um grupo ou a uma empresa; a empresa, o grupo, a classe é que criam os seus intelectuais, isto é, esses grupos, essas instituições vivem situações, se defrontam com realidades que exigem o desempenho de atividades intelectuais. (Simionatto, 2011, p. 62).

Portanto, é possível constatar que os intelectuais se tornam a realidade em movimento, pois são eles os fomentadores do consenso e da hegemonia, tanto em relação ao proletariado quanto em relação à burguesia. Essa ideia nos permite compreender que quando o Estado inicia uma ação impopular, cria preventivamente, através dos intelectuais, uma opinião pública condizente com os interesses estatais. Assim, “qualquer grupo que aspira ao poder tem, portanto, a necessidade de atrair intelectuais a seu serviço para fortalecer a sua hegemonia” (Simionatto, 2011, p. 59).

Liguori (2007) observa que a atenção de Gramsci se dirige, sobretudo, aos aparelhos hegemônicos, aparelhos que se somam aos *aparelhos coercitivos*. Daí decorre, segundo Liguori (2007), a importância decisiva que Gramsci atribui aos intelectuais, entendidos pelo seu caráter orgânico e estratégico através do papel de mediação que exercem na relação entre Estado e sociedade civil através das organizações privadas da sociedade.

Nessa perspectiva, é importante compreender que os grandes partidos de massa e os grandes sindicatos econômicos e associações constituem a trama privada do Estado. E, portanto, o Estado “é sujeito da iniciativa político-cultural e atua por meio de canais aparentemente privados” (Liguori, 2003, p. 179).

Os intelectuais são, assim, os funcionários da superestrutura em nome da classe que representam e à qual estão estreitamente vinculados, social e economicamente. É a atração que os próprios representantes suscitam nas demais camadas de intelectuais, através do monopólio intelectual, o aspecto essencial da hegemonia da classe dirigente (Portelli, 1977).

Nesse sentido, a origem social é secundária, principalmente para as camadas médias e inferiores, e o vínculo orgânico depende da relação estreita entre o intelectual e a classe que ele representa.

Portelli (1977) observa que os intelectuais não constituem uma classe propriamente dita, mas grupos vinculados às diferentes classes. Este vínculo é particularmente estreito, orgânico, quando o intelectual se origina da classe que representa.

A partir dessa compreensão é possível apreender como o processo de *intensa socialização da política*, representado pela conquista do voto, pela emergência de partidos políticos de massa, de numerosos sindicatos e movimentos sociais, evidencia que a luta política não se trava mais na esfera política *restrita*, própria dos Estados elitistas, mas através de uma esfera pública integral caracterizada pelo protagonismo político de amplas e crescentes organizações de massa.

Resumidamente, é através do papel dos intelectuais e dos aparelhos hegemônicos, aparentemente *privados*, mas plenamente constitutivo do Estado, que é possível falar de *Estado integral ou ampliado*. Se, em Marx, o Estado é um aparelho coercitivo, instrumento de dominação, para Gramsci, o Estado é atravessado pelas lutas de classe. Para Buci-Glucksmann, os aparelhos hegemônicos constituem “um conjunto complexo de instituições, ideologias, práticas e agentes (entre os quais os ‘intelectuais’)” que “só encontra sua unificação através da análise da *expansão* de uma classe” (Buci-Glucksmann, 1980, p. 70).

Conforme já mencionado neste capítulo, a sociedade capitalista está dividida em classes sociais. E este é o ponto de partida da crítica de Marx ao Estado. O princípio mais sagrado do capitalismo é o caráter inviolável da propriedade privada. Todos os discursos dos defensores do *status quo* tentam passar a ideia de que este princípio seria um direito democrático de todos, o direito a ser proprietário. O centro da questão para Marx não é que uns sejam proprietários de mais coisas que outros. A diferença fundamental é que uns, os capitalistas, são os proprietários dos meios de produção (fábricas, empresas, latifúndios etc.) e não precisam trabalhar para sobreviver, outros, os trabalhadores, por não terem a propriedade destes meios de produção, se veem obrigados a vender, para quem os têm, a sua força de trabalho. É assim que a propriedade privada traça as fronteiras entre as classes sociais.

Este choque de interesses é o que justifica a existência do Estado capitalista para Marx. A ideia de que o Estado deve garantir o *interesse geral* contra os interesses particulares esconde uma realidade oposta pelo vértice: o Estado (burguês) garante os interesses particulares da classe capitalista contra os

interesses dos trabalhadores e do povo, que formam a maioria absoluta da população.

A questão é que as relações de exploração não podem se sustentar apresentando o Estado somente como representante do *interesse geral*, por isso, quando esses mecanismos falham, a burguesia conta com corpos armados permanentemente dedicados a impor pela força seus interesses. Neste sentido, Marx explicava que:

O poder estatal centralizado, com seus órgãos onipresentes: o exército permanente, a polícia, a burocracia, o clero e seus magistrados – órgãos criados através de um plano sistemático de divisão e hierarquia do trabalho – possuem suas raízes nos tempos da monarquia. [...] Conforme os progressos da indústria moderna se desenvolveram, criando e aprofundando antagonismos de classes entre o capital e o trabalho, o poder do Estado foi adquirindo, cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de força pública organizada para a escravização social, máquina de violência e despotismo de classe (Marx, 2011, p. 55).

Como se pode observar, o Estado está aportado em uma unidade composta por uma estrutura e uma superestrutura: a dimensão estrutural – base material, são as relações sociais de produção (é necessária uma estrutura fundada em classes sociais) – e a dimensão superestrutural – expressão das formas de consciência de cada época. Para Marx, conforme a citação acima, o Estado é expressão da dominação de classe, com a função de reproduzir as relações sociais (a dominação é um elemento central para a efetivação da exploração). Tal dinâmica de dominação garante a reprodução da ordem capitalista, na medida em que viabiliza a dominação de uma classe sobre a outra.

Neste sentido, as novas determinações do fenômeno estatal são teorizadas por Gramsci a partir de duas esferas: a sociedade política e a sociedade civil. A primeira, definida como sendo o próprio Estado. E Estado, em sentido estrito ou Estado-coerção, a serviço da classe dominante, representa o monopólio legal da repressão e da violência sob o controle das burocracias executiva e policial militar.

O conceito de sociedade política está claro no texto gramsciano. Trata-se do Estado em sentido restrito, ou seja, o aparelho governamental encarregado da administração direta e do exercício legal da coerção sobre aqueles que não consentem nem ativamente nem passivamente, também chamado nos *Cadernos de Estado político e Estado-governo*.

Já a segunda determinação, a sociedade civil, compreende o conjunto das organizações responsáveis pela construção e disseminação das ideologias: os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura, o sistema escolar, os movimentos sociais, entre outras.

É através do conceito de sociedade civil que Gramsci parece enriquecer a teoria marxista do Estado. Se, em Marx, a sociedade civil situa-se no terreno da produção e da reprodução material e, por isso, cumpre um papel determinante na compreensão e explicação do processo histórico, em Gramsci a sociedade civil revela-se na esfera da superestrutura.

Nesta perspectiva, a análise separada de cada uma das duas esferas do momento superestrutural não corresponde à realidade prática. Essa divisão funcional deve situar-se no quadro de uma unidade dialética em que consenso e coerção são utilizados alternativamente e o papel exato das organizações é mais fluido do que parece.

O Estado, para Gramsci (2016, p. 330), “é todo o conjunto de atividades práticas e teóricas com que a classe dirigente não somente justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados”.

A integralidade do Estado, para Gramsci, refere-se ao “Estado em sentido orgânico e mais amplo (Estado propriamente dito e sociedade civil)” (op. cit., p. 243). Há uma relação de unidade-distinção captada entre Estado e sociedade civil, que é o Estado “em sentido integral” (op. cit., p. 257) ou um Estado “integral, e não [...] [um] governo tecnicamente entendido” (Gramsci, 2016, p. 354).

Dessa forma, o Estado, em seu sentido integral ou amplo, comporta a combinação “sociedade política e sociedade civil”. Nos termos de Gramsci, “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (op. cit., p. 248), fórmula esta que sintetiza a ideia de que o Estado não é somente coerção, característica da sociedade política, mas também possui elementos típicos da sociedade civil, na qual prevalece a persuasão e a hegemonia.

Desse modo, consenso e força são elementos constitutivos da hegemonia. Assim, a hegemonia torna-se um conceito chave que explica a teoria da luta de classes construída por Gramsci. Para o filósofo sardo, ela é estabelecida através:

[...] do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; [...] do aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (Gramsci, 2014a, p. 21).

Com base nessa citação, observa-se que a hegemonia pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe sobre outras. Como afirma Schlesener,

[...] as classes dominadas precisam conquistar a hegemonia para transformar a estrutura social. Nos Estados democráticos modernos a estratégia deve ser a 'guerra de posições'; trata-se de conquistar a direção política e o consenso na sociedade civil. (Schlesener, 2007, p. 37).

Liguori (2003) resume bem essa questão acerca da hegemonia ao explicar que “a plena explicitação da função hegemônica só ocorre quando a classe que chega ao poder se torna Estado: o Estado serve-lhe tanto para ser dirigente quanto para ser dominante” (p. 181). É a partir do momento, como destaca Lole (2014), em que as classes subalternas se tornam realmente hegemônicas, suscitando um novo tipo de Estado, que surge a necessidade de construir uma nova ordem intelectual e moral, isto é, “um novo tipo de sociedade e, conseqüentemente, a exigência de elaborar os conceitos mais universais, as mais refinadas e decisivas armas ideológicas” (Gramsci, 2013, p. 225).

A conexão entre o conceito de Estado integral e o de aparelhos privados de hegemonia é destacada por Liguori:

A sociedade civil é entendida como conjunto de “organizações ditas privadas”. Aqui retorna uma expressão semelhante àquela já vista e, Q 12, §1, (“organismos designados vulgarmente como ‘privados’”) e que é possível encontrar em várias passagens dos *Cadernos*. O uso de aspas [...] ou do advérbio ‘vulgarmente’ [...] assim como a expressão “ditas”, que precede “privadas”, são sinais e índices da maior importância: dizem-nos que, para Gramsci, tais aparelhos hegemônicos, aparentemente “privados”, na realidade fazem plenamente parte do Estado e, portanto, nos permitem falar de “Estado ampliado” (Liguori, 2007, p. 21).

Portelli (1977) destaca que o sistema em que somente o consenso bastaria é utópico. Essa ideia repousa na concepção de que todos os homens são realmente iguais e, assim, igualmente racionais e morais.

Desse modo, ainda segundo Portelli (1977), quando a dominação é baseada unicamente na força, só pode ser provisória e traduzir a crise do bloco histórico em que a classe dominante, já não detendo mais a direção ideológica, mantém artificialmente por meio da força. Por outro lado, não existe realmente entre a sociedade civil e a política, entre o consenso e a força, uma separação orgânica. Um e outro colaboram estreitamente.

Mas voltemos à discussão sobre Estado e sociedade em Gramsci e sua relação com o pensamento de Marx. Ellen Meiksins Wood (2011) é uma autora que nos ajuda nessa compreensão. Para ela, Marx transformou a distinção de

Hegel entre Estado e sociedade civil ao negar a universalidade do Estado e instituir que o este expressava as particularidades da sociedade civil e suas relações de classe.

Afirma Wood (2011) que a diferenciação conceitual de Estado e sociedade civil foi, assim, uma precondição da análise de Marx do capitalismo, mas o efeito dessa análise foi privar de racionalidade a distinção hegeliana. O dualismo *Estado/sociedade civil* mais ou menos desapareceu da corrente principal do dualismo político. Foi necessária a formulação de Gramsci para ressuscitar o conceito de sociedade civil como princípio organizador central da teoria socialista.

Wood (2011) também observa que o objetivo dessa nova formulação foi reconhecer a complexidade do poder político nos Estados do Ocidente. Gramsci se apropriou do conceito de sociedade civil para marcar o terreno de uma nova espécie de luta que levaria à batalha contra o capitalismo não somente às suas fundações econômicas, mas também às suas raízes culturais e ideológicas na vida diária.

Sendo assim, como observa Semeraro (2011), não é possível separar o Estado da sociedade civil e nem identificar os dois. Estes, embora distintos, estão profundamente imbricados, da mesma forma que sociedade política e sociedade civil são componentes constitutivos e inseparáveis do Estado.

Contudo, para Gramsci, as classes representantes de ambas as esferas podem cumprir um papel voltado a conservar ou alterar a base econômica, por meio de estratégias de ação distintas e conforme seus interesses.

Dessa maneira, por exemplo, no âmbito da sociedade civil as classes buscam ganhar a hegemonia através da conquista da direção política e do consenso; contrariamente, no terreno da sociedade política, a conquista da direção é exercida através de uma dominação mediante coerção.

As duas esferas distinguem-se ainda pelo fato de não exercerem a mesma função na organização da vida social e na articulação e reprodução das relações de poder, bem como por possuírem materialidades socioinstitucionais próprias. Tal materialidade, na sociedade política, é expressa nos aparelhos repressivos do Estado. Já na sociedade civil, encontra-se nos aparelhos privados de hegemonia. Essa independência é fator fundamental para que a sociedade civil se fortaleça como uma esfera com legalidade própria e com a função de mediação entre a estrutura econômica e o *Estado coerção*.

Segundo Semeraro (2011), quando observa que toda a função do Estado é transformada, em Gramsci, o Estado torna-se *educador*. Diz o pensador sardo: “o Estado tem e pede o consenso, mas também ‘educa’ este consenso através das

associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa da classe dirigente” (Gramsci, 2016, p. 119).

Portelli (1977) observa que a educação é a necessidade de um controle do Estado a fim de incrementar o nível técnico-cultural da população e responder, assim, às exigências do desenvolvimento das forças produtivas. É, portanto, através da educação que o Estado unifica a ideologia difundida pelas organizações da sociedade civil.

Para Semeraro (2011), o esvaziamento das responsabilidades éticas do Estado levou Gramsci a observar que as teorias liberais consideram o *Estado vigia noturno*, uma expressão sarcástica que se pode traduzir com *Estado policial* e *Estado gendarme*.

Dessa maneira, opera-se a divisão entre um Estado “cujas funções são limitadas à segurança pública e ao respeito das leis, enquanto o desenvolvimento civil é deixado às forças privadas, da sociedade civil” (Gramsci, 2014c, p. 603).

No âmbito da teoria do *Estado integral*, destaca-se a noção de hegemonia. Apesar da diversidade entre as duas esferas, Gramsci enfatiza a importância da relação dialética entre sociedade política e sociedade civil, ambas permeadas por uma relação de unidade e distinção. Nas palavras de Liguori (2007, p. 16), “os muitos parágrafos sobre direção e domínio, força e consenso etc. levam a compreender que também a relação entre sociedade política e a sociedade civil é dialética, de unidade-distinção. Isso significa que a distinção não é orgânica”.

A compreensão dessa dialética pressupõe que a direção intelectual e moral de uma classe sobre a sociedade, através de compromissos, é também uma possibilidade de realizar a sua *hegemonia*.

Dessa maneira, Gramsci parece desmistificar a compreensão do Estado como instrumento em posse de uma única classe dotada de vontade suprema, mas, ao contrário, representando um espaço de disputa de projetos societários. A compreensão de *Estado integral* (ou *ampliado*) passa, necessariamente, pela compreensão da hegemonia, ponto de contato entre a sociedade política e a sociedade civil.

Acanda (2006) observa que Gramsci não entendeu o domínio burguês apenas como uma imposição, mas percebeu a capacidade dessa classe de estabelecer e preservar sua liderança intelectual e moral mais para dirigir do que para obrigar. Essa capacidade Gramsci chamou de *hegemonia*, e dedicou parte considerável de seu esforço teórico ao estudo de sua condição e possibilidade de existência, dando a entender que a hegemonia remete à unificação entre estrutura e superestrutura, atividade de produção e de cultura, do econômico e do político.

Portelli (1977) observa que o conceito gramsciano de hegemonia está, pois, bastante próximo ao de Lenin. Entretanto, segundo o autor, ambos divergem em um ponto capital: a proeminência da direção cultural e ideológica.

Gramsci situa o terreno essencial da luta contra a classe dirigente na sociedade civil. Segundo Portelli (1977), o grupo que a controla é hegemônico e a conquista da sociedade política coroa essa hegemonia, estendendo ao conjunto do Estado.

Desse modo, a teoria de hegemonia aprofunda a teoria marxista de Estado, superando os elementos de coerção e interpretando, também, como elemento de produção de liderança intelectual e consenso.

Porém, Gramsci entendia que devia, além disso, estabelecer os elementos essenciais para que a revolução comunista fosse pensada não apenas como assalto ao aparelho do poder político-coercitivo, mas, principalmente, segundo Acanda (2006), como uma produção contra-hegemônica.

Para não cair na estatolatria e não se deixar levar pelo dualismo das teorias liberais, Gramsci propõe uma concepção de Estado em sentido orgânico e mais amplo, em que se estabelece uma relação equilibrada entre a sociedade civil e a política e se reconhece o protagonismo de ambos.

Assim, a sociedade civil e a sociedade política “são uma mesma coisa”, se “se identificam” (Gramsci, 2016, p. 46), se “a sociedade civil [...] é também ‘Estado’, aliás, é o próprio Estado” (2011, p. 85), aqui está o significado integral do Estado, ou seja, sociedade política e sociedade civil somam e constituem o Estado Integral.

A sociedade civil, para Gramsci, não é só o âmbito das liberdades individuais e das atividades econômicas de grupos burgueses e nem está subordinada ao Estado, mas é também o lugar das diversas organizações voluntárias, da elaboração de ideologias e culturas, dos embates políticos, das mobilizações populares.

Gramsci entende que as forças populares dispersas devem se unificar enquanto “hegemonia política e cultural” e constituir uma nova forma de Estado dirigido democraticamente por elas. Nessa perspectiva, ganha sentido a ideia de um Estado concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à máxima expansão.

Contudo, essa expansão, para ser eficazmente levada a cabo, segundo Bianchi (2008), não deve aparecer como a realização dos interesses exclusivos dos grupos diretamente beneficiados. Ela deve se apresentar como uma expansão do próprio grupo. Uma expansão universal, isto é, de toda a sociedade,

por meio da incorporação à vida estatal de reivindicações e interesses dos grupos subalternos, subtraindo-os de sua lógica própria e enquadrando-os na ordem vigente; portanto, tentando fazer com que a coerção pareça apoiada no consenso da maioria.

É a partir do pensamento de Gramsci que se pode compreender que a luta da hegemonia não é apenas luta entre *concepções de mundo*, mas é, também, luta dos aparelhos que funcionam como suportes materiais da organização e difusão da ideologia que envolve uma ação de classe a partir do monopólio dos mecanismos de coerção estatal.

Torna-se compreensível, por exemplo, a formação das atuais e “estranhas catedrais”⁷⁴. Isto é, a formação do segmento burguês na organização e articulação no interior da sociedade civil e sua inserção em setores do aparelho do Estado para melhor atuar na promoção dos seus interesses. Haja vista que o estabelecimento do consenso, a partir da sociedade civil, nas formas das parcerias público-privados, implica uma redução do peso da coerção por parte da sociedade política. Essa é uma temática cada vez mais necessária para aqueles que tomam como objeto de estudo o tema do Estado, poder e classes sociais no Brasil.

3.3. A vitalidade do pensamento de Gramsci

Ao se debruçar sobre o pensamento político de Gramsci, é necessário compreender com clareza que sua presença no debate acadêmico reside na importância e na complexidade dos seus conceitos. Além disso, é necessário destacar a atualidade da sua compreensão acerca dos elementos que constituem e ordenam a sociedade, fornecendo instrumentos teóricos para a compreensão dos mecanismos de controle do sistema capitalista sobre a classe trabalhadora.

Gramsci entendia que a revolução correspondia à vontade humana organizada como um motor para a transformação do mundo e da história, isto é, refundar o mundo e os seus valores a partir da revolução e estabelecer, de fato, uma sociedade que atendessem às demandas da classe trabalhadora.

⁷⁴ “Estranhas catedrais” representam a expressão do poder e dos interesses das empreiteiras brasileiras na realização de obras públicas no período da ditadura civil-militar. Para aprofundamento do tema ver Campos (2014).

No entanto, essa revolução não se daria de qualquer forma ou em qualquer momento, eram necessários elementos fundamentais para que se criasse o ambiente oportuno para o processo revolucionário, aquilo que o pensador definiu como *Bloco Histórico*. A noção de bloco histórico, extraída de Georges Sorel, foi assim definida por Gramsci (2013, p. 250): “a estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção”.

Um dos caminhos apontados por Gramsci, para a revolução, é a cultura. Para ele, a cultura consiste num motor responsável pela promoção de transformações internas, principalmente entre as camadas populares.

Gramsci entendia que o processo revolucionário, no mundo ocidental, não se daria da mesma forma que a Revolução Bolchevique⁷⁵, em virtude de uma maior complexidade e desenvolvimento do capitalismo nos países ocidentais.

No entanto, era necessário buscar novos caminhos e mecanismos de combate a esse sistema, especialmente pelo fato de que a classe operária necessitaria passar por um processo que ele denominou de *catarse*, isto é, a passagem do momento meramente econômico ao momento ético político.

Gramsci argumentava que a *catarse* pressupunha a ideia de que seria o processo pelo qual a classe superaria o seu interesse econômico-corporativo e se elevaria a uma dimensão universal denominada ético-política. Assim, passaria da condição de *classe em si* a *classe para si*. Para isso, o partido político deveria ser visto como uma espécie de intelectual coletivo.

De acordo com Gramsci (2013), para realizarmos uma reforma intelectual e moral para a concretização de um novo projeto de sociedade, é necessário que os intelectuais assumam a função de elaborar essa nova visão de mundo. Assim, é imperioso que esse intelectual coletivo, aqui compreendido como partido político, o qual não se reduz às ações parlamentares, realize a tarefa de dirigir e organizar. Para o filósofo sardo, o partido político é o dirigente coletivo, e uma de suas fontes de inspiração foi Maquiavel. Ele compreende que, para Maquiavel, o Príncipe “era o símbolo do líder, do *condottiero* ideal” (Gramsci, 2016, p. 14). O Príncipe é o líder que tem a finalidade de fundar um novo Estado, de “conduzir um povo à fundação do novo Estado” (op. cit., p. 14).

⁷⁵ Segundo momento no âmbito da Revolução Russa de 1917, que destronara o czar Nicolau II em fevereiro daquele ano. A Revolução Bolchevique, também conhecida como Revolução de Outubro (de acordo com o calendário oriental), derrubou o governo de Alexander Kerensky, e transferiu o poder político para os conselhos de trabalhadores (*soviets*) hegemônicos pelos bolcheviques (comunistas liderados por Vladimir Ilyich Ulianov, conhecido como Lenin).

Nesse ponto, cabe explicitar melhor o que está sendo abordado. A premissa filosófica presente na teoria marxiana a respeito da passagem da *classe em si* a *classe para si* corresponde ao problema da possibilidade de tomada de consciência coletiva da classe trabalhadora a respeito das contradições inerentes à sociedade capitalista. Ao tomar essa definição, *classe em si* e *classe para si*, demarca-se que qualquer reflexão a respeito das questões associadas ao problema da consciência de classe não pode ser tratada no marxismo num plano em que as posições políticas assumam um caráter essencialmente subjetivista.

No entanto, a própria efetivação da luta de classes se entrelaça com a existência do trabalho assalariado, pois os fatores que gestam a condição proletária, como posição indiferenciada de antagonismo ao capital, acabam por gestar essa condição de classe em suas formas de produção e distribuição como uma posição de antagonismo em relação ao capital, e o modo de concretização desse antagonismo é o trabalho assalariado. Essa categoria, portanto, é essencial para compreendermos como Marx (2013) entende a possibilidade de transição entre a posição de classe e a luta de classes.

Por sua vez, diversas interpretações marxistas do conceito de classes e luta de classes (Fausto, 2002; Poulantzas, 1975, 1977, 1985; Cleaver, 1981) encontraram dificuldade para expressar essa unidade dialética, de forma que tendem a dissociar os fatores associados à posição de classes com os que designam o movimento, a luta de classes, resultando em uma suposta condição de autonomia aos fatores associados ao movimento em relação aos que designam a posição de classe. Tal procedimento traz dificuldades para explicar tanto o modo como se transita da condição de classe (posição) para a luta de classes (movimento), como para defender a concepção de sujeito revolucionário em Marx (2013).

Nessa formulação, as classes são constituídas na luta de classes, perdendo de vista a relação dialética em que as classes são geradas com suporte nos seus fatores objetivos em concomitância com a luta de classes. Contrapõe, portanto, a posição marxiana na qual classe e luta de classes existem ambas em conjunção (Marx, 2013).

Nesse sentido, a luta de classes está contida nos fatores constituidores da classe, assim como a luta de classes não é um determinante autônomo da posição de classe, mas, ao contrário, surge, se aprofunda e se agudiza com base nas posições reais da classe. Por outro lado, a própria posição de classes também não é, em sua totalidade, estática, mas encerra também movimento, sendo seu

movimento atribuído pela própria luta de classes, repercutindo nos fatores que determinam a condição de classe.

Assim, encontra-se unidade dialética entre posição de classe e luta de classes: a posição de classe engendra a luta de classes, ou seja, a posição de classe (condição antagônica ao capital) é o fundamento da luta de classes; por sua vez, a luta de classes conforma, recria e determina a existência objetiva das classes. Ou seja, a luta de classes é um determinante da classe; a unidade entre posição objetiva da classe e luta de classes engendra a consciência de classe; assim como as classes, a consciência de classe é um produto histórico, portanto, fator objetivo e também determinante da classe.

Compreende-se, dessa forma, que o tratamento adequado das questões acima elencadas passa pela análise das classes como indissociáveis da luta de classes, ou seja, da práxis. Portanto, um tratamento adequado a respeito do problema da passagem da *classe em si* a *classe para si* requer tentar desvendar as questões associadas à passagem da posição de classe para a condição de luta de classes. A análise da transição entre esses dois momentos no plano da teoria marxiana remete a uma reflexão a respeito da unidade entre fatores objetivos e subjetivos, coletivos e individuais, históricos e particulares, os quais auxiliam na reconstrução de uma totalidade, correspondendo ao modo de tratamento do problema por Marx (2013), isto é, do tratamento da classe como parte da totalidade orgânica do capital.

Destaca-se a importância do partido para esse processo de tomada de consciência. Para Gramsci, na política moderna, a função diretiva passa dos indivíduos aos organismos coletivos:

Com o crescimento dos partidos de massa e com sua adesão orgânica à vida mais íntima (econômico-produtiva) da própria massa, o processo de standardização dos sentimentos populares, que era mecânico e causal, [...] torna-se consciente e crítico. (Gramsci, 2013, p. 148).

Dessa forma, diante das transformações sociopolíticas assistidas entre o fim do século XIX e o início do século XX, entre elas a universalização do voto e o fortalecimento do peso político das massas, Gramsci percebeu que a luta política não se travaria mais entre uma burguesia entrincheirada no Estado e as vanguardas operárias, isto é, lideranças operárias. Para o filósofo sardo, seria preciso compreender o complexo tecido de organizações sociais e políticas que compunham a sociedade capitalista e o seu desenvolvimento que, em seus aparelhos privados de hegemonia, era responsável pelo enraizamento de valores

e concepções de mundo que dificultariam e, até mesmo, inviabilizariam o processo revolucionário tal qual ocorrera na Rússia de 1917.

Gramsci entendia que era preciso seguir novos métodos, sobretudo compreender os elementos superestruturais, ainda que o embate final ocorresse na infraestrutura. Para ele, “a estrutura e as superestruturas formam um bloco histórico, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (Gramsci, 2013, p. 250). De acordo com Liguori:

Estabelecer corretamente este ponto é essencial para avaliar a posição de Gramsci no quadro do marxismo, assim como seu conceito de sociedade civil: Gramsci não nega as descobertas essenciais de Marx, mas as enriquece, amplia e completa no quadro de uma aceitação plena do método do materialismo histórico, interpretado à luz das novidades próprias da realidade que tem diante de si. (Liguori, 2007, p. 41).

Portanto, a concepção dialética em Gramsci consiste na percepção entre estrutura econômica e superestrutura social. A síntese entre a cultura, a política, as ideologias, as religiões e o modo de produção que levam em conta as condições postas objetivamente pela realidade histórica. Em essência, como observa Simionatto (2011), o elemento marcante do seu pensamento dialético reside exatamente na não separação entre política e sociedade, entre economia e Estado.

Liguori (2007) chama a atenção para o caráter orgânico dos escritos gramscianos, porém destaca que *Estado* e *sociedade civil* são categorias que aparecem repetidamente nos *Cadernos do cárcere* de modo até mesmo distinto e autônomo. Mas só através de seu exame em conjunto é possível compreender corretamente a expressão gramsciana de *Estado integral*. Cabe destacar que a expressão *Estado ampliado*, recorrentemente atribuída à integralidade do conceito em Gramsci, foi cunhada por Christine Buci-Glucksmann⁷⁶, a partir de 1975, para designar a ampliação do conceito de Estado com a maior contribuição teórica e política do pensador sardo.

Em *Gramsci e o Estado*, Buci-Glucksmann (1980) reconstrói a análise do Estado de Gramsci em torno de um conceito novo: o Estado ampliado, entendendo o novo protagonismo do Estado registrado no século XX, em contextos políticos diversos, tanto no campo econômico, quanto na organização da sociedade e na criação do consenso. A expressão pode ser deduzida de Gramsci quando, em uma única vez nos *Cadernos*, se refere ao Estado em sentido orgânico e mais amplo.

⁷⁶ Conforme Buci-Glucksmann (1980).

Todavia, Gramsci escreve sobre o Estado Integral, o Estado em seu sentido inclusivo, em vez do Estado ampliado, sintetizando da seguinte forma: “Estado integral” (sociedade política + sociedade civil, coerção + consenso, ditadura + hegemonia etc.), tem todas as suas determinações – entre outras, como se governa, porque se obedece etc. – já contidas nesse primeiro elemento abstrato, ou seja, na relação entre governantes e governados.

Nesse sentido, enquanto o conceito de Estado integral, isto é, o Estado em seu sentido inclusivo, tem um valor metodológico geral, ao tratar o Estado como um conjunto de relações sociais que é sempre, mesmo que diferencialmente, imerso em um conjunto mais amplo de relações sociais, o conceito de Estado ampliado parece adquirir uma perspectiva histórica, ligado a estágios específicos do desenvolvimento capitalista.

E, apesar de todas as limitações, sem acesso a muitas das fontes de que necessitaria, o que Gramsci escreveu continua a ser um elemento fundamental no debate político. Gramsci é, assim, não só sinônimo de resistência ao fascismo, mas também de capacidade de renovação de um marxismo que não desiste de ser crítico.

Talvez o mais valioso aqui seja destacar que a chave para a compreensão do pensamento político de Gramsci não está descolada da sua filosofia e, sobretudo, que a filosofia da práxis é o nexó orgânico entre esses dois polos.

A compreensão sobre a práxis é decisiva por se tratar de uma interpretação que elimina a distância entre política e filosofia. Frosini (2011) é um autor que tem dedicado boa parte dos seus estudos a essa questão. Segundo ele, Gramsci pensa a filosofia da práxis com o mesmo grau de abertura e novidade com que Marx o fez anteriormente.

É importante destacar que a *práxis* está no centro de toda a filosofia inaugurada por Marx⁷⁷ e pelo seu modo de abordar os problemas da produção e da ciência.

Em Gramsci, o uso da *práxis* não é diferente, e essa unidade teórica e prática serve a ele para delinear uma série de conceitos científicos capazes de interpretar o mundo (hegemonia, bloco histórico, senso comum, revolução passiva, entre outros). Mesmo porque Gramsci é um pensador marxista que também liderou um partido, o que lhe torna um dos poucos exemplos, na história universal, de um político que pensa a prática política com o propósito de torná-la mais eficaz.

⁷⁷ Sobre essa discussão, ver Sánchez Vázquez (2011).

3.4.

O Estado está nu! Uma reflexão sobre o revelador contexto pandêmico

A roupa nova do rei, de autoria do dinamarquês Hans Christian Andersen, publicado em 1837, é um conto que relata a história de um falso alfaiate que disse ao rei que poderia fazer uma roupa, mas que apenas as pessoas mais inteligentes e astutas poderiam vê-la.

Quando o falso tecelão mostrou a mesa de trabalho vazia, o rei exclamou: “Que lindas vestes! Fizeste um trabalho magnífico!”, embora não visse nada além de uma simples mesa, pois dizer que nada via seria admitir na frente de seus súditos que não tinha a capacidade necessária para ser rei. Os nobres ao redor soltaram falsos suspiros de admiração pelo trabalho, nenhum deles querendo que achassem que eram incompetentes ou incapazes. O tecelão garantiu que a roupa logo estaria pronta, e o rei resolveu marcar uma grande parada na cidade para exibir sua veste especial.

Durante o evento, contudo, uma criança gritou: “O rei está nu!” O grito é absorvido por todos. A sinceridade e o olhar da criança tocaram a todos. Os burburinhos começaram e logo confessam que não enxergavam a nova roupa do rei.

Esse conto é uma boa analogia aos tempos pandêmicos. Assim como a criança, a pandemia da Covid-19⁷⁸ desnudou a fragilidade de argumentos diametralmente opostos do que se preconizava nas análises sobre o cenário econômico e político no contexto nacional, principalmente num possível exercício secundário do Estado na regulação do mercado.

A pandemia, assim como a criança do conto, evidenciou que o capitalismo necessita de um sistema estatal para se reproduzir e a atual etapa da mundialização precisa do Estado para operar, tanto no centro quanto na periferia do sistema mundial capitalista, reiterando o papel do Estado nas transformações econômicas e políticas. Isso justificado pelo fato de que o essencial para o sistema capitalista é operar como o exercício desigual da soberania entre centros e periferias, sendo a soberania mais plena nos países centrais e mais limitada e restritas nos periféricos.

A pandemia que assola o mundo desde março de 2020 trouxe para o centro do debate público a urgência da atuação interventiva do Estado na preservação

⁷⁸ A pandemia da Covid-19 foi decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020 devido ao alto índice de contaminação. A doença é causada pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2).

da vida, ideia já conhecida e preconizada pela concepção do Estado de Bem-Estar Social ou Estado Assistencial, segundo a qual o Estado é o agente garantidor dos mínimos sociais – alimentação, saúde, habitação e educação – a todos os cidadãos, independentemente da sua renda.

Desde a crise de 1929, na Bolsa de Valores de Nova York, passando pela do petróleo na década de 1970 e, recentemente, pela de 2008, o Estado apresenta-se em ações políticas para amortecer as consequências desses episódios e na salvaguarda da produção, circulação e reprodução do capital.

Isso explica porque na atual crise, aprofundada pela crise sanitária, exige-se do Estado a formulação de respostas às demandas através de auxílios emergenciais para minimizar os impactos da Covid-19 na vida social e econômica em âmbito planetário, e no Brasil, sob fortes pressões.

Essa análise não se limita às leituras juristas sobre o Estado, mas se destina ao exercício de questionar as conexões que a pandemia reafirma sobre o Estado neoliberal. Isto é bastante significativo, sobretudo quando visões simplistas sobre o Estado repetem velhas fórmulas que o definem como a personificação do bem comum ou uma instituição do povo auto-organizado.

A razão disso é que o Estado é um dos conceitos que não se revelam por si próprios, apenas pode ser melhor compreendido no quadro de extensas reflexões que fazem do Estado a forma política que expressa uma sociedade conflituosa e antagônica.

Cabe ainda destacar que o debate sobre essa categoria é repetidamente circunscrito à análise do poder político e administrativo, examinado muitas vezes sob o ponto de vista institucional, territorial e funcional. O que remete, como observa Mendonça (2012), à ideia de um Estado-Sujeito que paira acima da sociedade, dotado de vontade própria e desvinculado dos grupos sociais – uma concepção presente no século XIX que se perpetua até os dias de hoje.

Até o momento, nem a ascensão e a queda do Estado de Bem-Estar Social, tampouco a crise do modelo neoliberal, foram suficientes para uma análise mais crítica daqueles que insistem em descrever o governo despido de suas complexidades que, no atual contexto, deu claros exemplos da ausência de limites éticos.

Nossa intenção, aqui, é evidenciar como a crítica marxista foi e ainda é necessária na compreensão do Estado atravessado por uma série de contradições que, embora não superior à reprodução capitalista, é também resultado dela. Esse debate atualmente é defendido pela corrente derivacionista,

a qual reafirma que o Estado e o Direito, a partir das especificidades da economia política capitalista, não são instrumentos neutros.

Portanto, a crítica marxista é, como observado por Mascaro (2019), a pá de cal sobre o edifício moderno a respeito do Estado para o bem comum⁷⁹, à medida que rompe com as ilusões sobre a justiça estatal e, ao mesmo tempo, inscreve a vida social não como forma originada do contrato social, mas do antagonismo de classes. Por essa razão, o Estado se apresenta como universal para atender à reprodução de uma estrutura de apropriação de riqueza do trabalho por alguns particulares.

Nessa perspectiva, uma notável chave interpretativa é fornecida por Gramsci. Uma das principais fontes teóricas que vai além do campo marxista que desenvolve o temário do Estado capitalista na contemporaneidade, Gramsci elabora, dentro do marxismo, um sistema conceitual completo para apreender de forma unitária as complexas relações do poder nas sociedades capitalistas contemporâneas.

Gramsci é o pensador político que não apenas utilizou o conceito de sociedade civil, mas que, além disso, converte-o em elemento central da sua concepção de Estado integral. Cabe destacar que ele é um pensador da totalidade e, por isso, o seu olhar para as superestruturas revela uma determinada parte do todo social. Para o filósofo sardo, o Estado é um amálgama entre a sociedade política (localizada no âmbito e nas funções tradicionalmente compreendidas pelo Estado) e a sociedade civil⁸⁰.

Dessa forma, o Estado é a união de repressão e persuasão na formulação de consensos no nível ideológico, e o consenso entre as classes é a forma de consolidação da hegemonia dominante. O Estado, além da sua função repressora, necessita se estruturar, também, como educador da sociedade.

Nesse sentido, o *civil* não é só um instrumento de análise, é também um instrumento de projeto formado por múltiplas organizações sociais de caráter cultural, educativo, religioso, político e econômico que difundem a ideologia, os interesses e os valores da classe que domina o Estado, e se articulam ao consenso e à direção moral e intelectual do conjunto social.

Não é difícil perceber que as dimensões trabalhadas por Gramsci nos conceitos de sociedade civil, sociedade política e hegemonia não só ilustram de modo didático as práticas do capitalismo moderno, mas possibilitam compreender

⁷⁹ Ver também: Hirsch (2010).

⁸⁰ Para esse assunto ver: Acanda (2006).

que, nessa relação integral entre Estado restrito e sociedade civil, o convencimento ocorre em uma dupla direção. Isto é:

[...] dos aparelhos privados de hegemonia rumo a ocupação das agências dos Estados restrito, e, inversamente, da sociedade política e da coerção em direção ao fortalecimento da direção das frações de classe dominante através da sociedade civil, reforçando, a partir do próprio Estado restrito, seus respectivos aparelhos privados de hegemonia (Mendonça, 2013, p. 19).

Nesse sentido, Mendonça (2013) desenvolveu um método de estudo sobre a dominação burguesa e a reprodução de classe no Brasil contemporâneo, que questiona, em cada momento histórico, qual eixo central organiza e articula a sociedade civil enquanto matriz produtiva e, ao mesmo tempo, como essas formas de organização da sociedade civil articulam-se no e pelo Estado restrito, através da análise de seus agentes e práticas.

Essa proposta metodológica de análise, aqui sinteticamente exposta, possibilitou a formação de muitos pesquisadores e estudiosos que se dedicam às correntes autoritárias e totalitárias no interior da sociedade civil no cenário nacional. Permitiu, também, compreender que o Estado não pode mais se impor pelo uso da força, mas que busca a construção de consensos, seja fazendo concessões e cedendo espaço, seja por meio da simples cooptação, seja pela transformação das reivindicações em temas esvaziados de sentido.

O debate apoiado nas discussões conceituais é um elemento importante para a compreensão da atual crise humanitária. Esse esforço intelectual e militante na compreensão dessa conjuntura pandêmica, num contexto de defesa de armamento civil, crítica à liberdade de imprensa, fundamentalismo cristão e intolerância adensam a necessidade de um olhar criterioso sobre os reais significados da ausência de políticas públicas federais para enfrentamento da pandemia e, especialmente, das respostas que são dadas ou omitidas a esta crise que incide diretamente na chance de sobrevivência de uma expressiva parcela da sociedade.

Talvez só agora tenha de fato iniciado o século XXI. Em 2020 ficou evidente que os avanços da tecnologia não deram conta de um vírus. Igualmente, revelou-se que a história é cíclica e, mais uma vez, foi cobrado um alto preço pela adesão a pautas antidemocráticas e consensos reacionários que colocaram em risco não só o projeto de uma sociedade mais justa e inclusiva, mas o seu bem mais precioso: a vida humana.

Cabe destacar que, inicialmente, propagou-se que o vírus tinha nos números absolutos de contaminados e mortos um componente democrático, motivado por uma noção de que o vírus não escolhe classe, raça ou gênero das suas vítimas.

Contudo, em muito pouco tempo foi possível, mais uma vez, constatar que a crise econômica e sanitária tornou esse processo mais devastador para a população periférica, negra e pobre, o que é interpretado, de acordo com Achille Mbembe (2018), como a expressão de uma necropolítica, na qual o Estado decide qual vida é passível de luto ou não. Vive-se um momento em que as formas liberais democráticas criadas para coibir o esgotamento dos recursos ambientais, por exemplo, ganham perspectiva diametralmente oposta.

Nesse sentido, o caso brasileiro é singular, porque a crise é gerida por um Ministério da Saúde sem o comando de um gestor especialista no tema, por uma equipe de ministros adaptada a uma ideologia anacrônica de Estado à promoção da justiça social e defesa do meio ambiente e um presidente contrário às evidências científicas. Neste cenário, a resposta à Covid-19 certamente vai muito além do relaxamento de regras orçamentárias. É necessário repensar o próprio papel do Estado para superar determinações históricas que a pandemia tornou cristalinas.

Portanto, a compreensão do cenário atual e, sobretudo, até que ponto influenciará os futuros estudos e análises sobre o papel do Estado na contemporaneidade, é prematura. Mas há diversas ferramentas conceituais disponíveis e que se tornaram ainda mais reveladoras no tempo presente.

Assim, embora as respostas dadas a milhares de brasileiras e brasileiros aparentemente sejam contraditórias, não parece restar dúvida de que estão alinhadas a um projeto político que resguarda a lógica do mercado e os critérios de rentabilidade do capital.

Considera-se, dessa forma, que o debate sobre Estado e, principalmente, o conceito de Estado integral em Gramsci, nos permite captar as tramas complexas que envolvem as políticas sociais e favorecem análises críticas que considerem os diversos sujeitos sociais que participam desse processo.

Com base nas categorias e conceitos abordados até aqui, especialmente os contidos neste capítulo, a seguir serão examinados os usos do conceito de Estado integral nas teses produzidas pelo Serviço Social brasileiro neste início de século XXI.

4

Sobre Gramsci e com Gramsci: usos do conceito de Estado integral nas teses do Serviço Social (2006-2016)

Este capítulo apresenta os usos do conceito de Estado integral nas teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social com notas a partir de 4 pela Capes – UFPE, PUC-Rio, UFRJ, Uerj, Unesp-FR e PUC-RS –, que foram analisadas para este estudo. O objetivo foi identificar a importância, a justificativa e os argumentos adotados para o uso do conceito de Estado integral nas produções examinadas para pensar o Estado no sentido ampliado, bem como destacar as principais referências bibliográficas utilizadas pelos(as) pesquisadores(as) para o debate. Buscou-se, também, detalhar a metodologia empregada para a seleção das teses e a análise realizada nos quatorze (14) trabalhos selecionados.

4.1.

Procedimentos metodológicos

Um conjunto de decisões, estratégias e técnicas metodológicas foi considerado para aprimorar os fundamentos teóricos que auxiliaram a análise sobre os usos e as apropriações do conceito gramsciano de Estado nas teses defendidas e disponibilizadas em meio virtual na área de Serviço Social.

Para esta análise, foram considerados os escritos de Gramsci e seus principais conceitos, identificando, especialmente, as referências ao conceito de Estado integral presentes nos textos gramscianos produzidos até 1926, em sua maioria artigos publicados em jornais e revistas vinculados, inicialmente, ao Partido Socialista Italiano (PSI) e, depois, ao Partido Comunista Italiano (PCI), editados pela Editora Civilização Brasileira em dois volumes sob o título *Escritos Políticos* (2014a, 2014b), assim como nas referências adotadas sobre o mesmo conceito nos seis volumes dos *Cadernos do cárcere* (2016, 2014a, 2014b, 2013, 2011 e 2002), a fim de apropriar-se das categorias elaboradas pelo pensador italiano, buscando também as contribuições de seus principais intérpretes.

Foi observado, com destaque, o trato dado às categorias na produção teórica do Serviço Social brasileiro. Além da obra de Gramsci, foram privilegiadas

as análises de intérpretes como Álvaro Bianchi⁸¹; Carlos Nelson Coutinho⁸²; Christine Buci-Glucksmann⁸³; Edmundo Fernandes Dias⁸⁴; Fabio Frosini⁸⁵; Giorgio Baratta⁸⁶; Giovanni Semeraro⁸⁷; Guido Liguori⁸⁸; Giuseppe Cospito⁸⁹; Hugues Portelli⁹⁰; Ivete Simionatto⁹¹; Marina Maciel Abreu⁹²; Sonia Regina de Mendonça⁹³; entre outros.

A pesquisa envolveu análise documental e bibliográfica e entrelaçou uma questão: como o pensamento gramsciano tem contribuído para o debate teórico-metodológico na produção do conhecimento do Serviço Social brasileiro? Essa pergunta orientou a busca de respostas para a forma pela qual a categoria Estado integral é contextualizada e apropriada nas teses disponíveis em meio virtual nos repositórios dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil.

O mapeamento e a leitura exploratória das teses ocorreram entre os meses de março a junho de 2019, identificando nos títulos, resumos, palavras-chave, sumários, introduções e referências bibliográficas dessas produções possíveis indicações do uso do pensamento de Gramsci. Nesse primeiro momento, importava tão somente a identificação, em especial, do conceito de Estado integral ou ampliado no material *garimpado*. Não havia preocupação com a análise propriamente dita, que seria núcleo do trabalho subsequente, com a organização do material, quando se tornou indispensável olhar para o conjunto das teses de forma analítica, buscando averiguar como se poderia proceder para torná-lo factível e inteligível.

Além dos critérios anteriormente citados, também ficou estabelecido que seriam pesquisados os repositórios dos Programas de Pós-Graduação (PPG) em

⁸¹ Cientista político brasileiro e estudioso do pensamento político italiano e norte-americano, bem como do marxismo latino-americano.

⁸² Autor já apresentado no item 2.3 desta tese.

⁸³ Filósofa francesa e professora emérita da *Université Paris 8*.

⁸⁴ Conforme já apresentado no item 2.3 desta tese, foi um dos pioneiros nos estudos gramscianos no Brasil.

⁸⁵ Pesquisador da *Università degli Studi di Urbino "Carlo Bo"* e integrante da *International Gramsci Society* Itália.

⁸⁶ Professor de Filosofia na *Università degli Studi di Urbino "Carlo Bo"*, Itália. É um dos fundadores da *International Gramsci Society*.

⁸⁷ Professor Titular de Filosofia da Educação na Universidade Federal Fluminense. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NuFiPE/UFF). Foi presidente da *International Gramsci Society* Brasil (IGS-Brasil) na gestão 2015-2017.

⁸⁸ Professor de História do Pensamento Político na Universidade da Calábria, Itália, e presidente da *International Gramsci Society* Itália (IGS-Itália). Estudioso de história do marxismo, do pensamento socialista, do pensamento político italiano do século XX, da obra de Gramsci e sua disseminação no mundo.

⁸⁹ Professor de Filosofia da *Università degli Studi di Pavia*, Itália.

⁹⁰ Político e professor de Ciência Política e Direito Constitucional na *Université Panthéon-Assas*, França.

⁹¹ Assistente social e professora aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina.

⁹² Assistente social e professora aposentada da Universidade Federal do Maranhão.

⁹³ Docente aposentada da Universidade Federal Fluminense.

Serviço Social reconhecidos e com nota a partir de quatro (4) na avaliação quadrienal (2013-2016) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Ensino Superior (Capes)⁹⁴, realizada no ano de 2017⁹⁵. Nos resultados da referida avaliação foi possível identificar que a situação dos Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social, em 2016, era a seguinte: 23 em Serviço Social (67%); seis em Política Social (18%); três em Políticas Públicas (9%), e dois em Economia Doméstica (6%), num total de trinta e quatro (34) Programas. À exceção dos dois (2) Programas de Economia Doméstica, todos os 32 Programas de Pós-Graduação guardam interlocução com o objeto do Serviço Social e suas interfaces com a política social e as políticas públicas, como mostra o gráfico nº 1, a seguir:

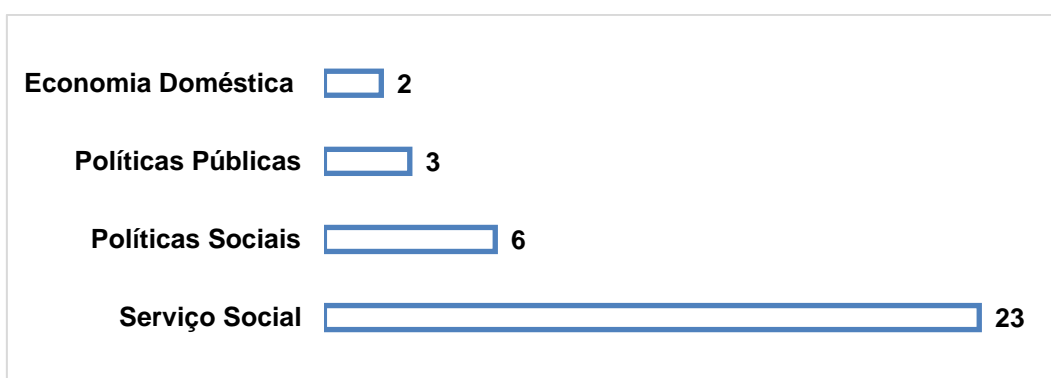


Gráfico 1 - Distribuição dos Programas por área básica.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no relatório Capes (2017).

Em sua composição, constam trinta e quatro (34) Programas presentes nas cinco regiões do país. Desses, vinte e um (21) contam com cursos de doutorado (PUCRS; PUC-SP; PUC-Rio; UFMA; UFRJ; UFPE; UnB; Unesp; Uerj; UFPE; UFF; UFPI; Ufes; UFV; UEL; UFSC; UCPel; UFRN; UFPA; Ufal⁹⁶; e UFJF⁹⁷) e 34 cursos de mestrado, todos acadêmicos. Segundo o Relatório da Avaliação Quadrienal 2017 da Área de Serviço Social (CAPES, 2017), a expansão de 80% dos cursos de Doutorado indica o processo de consolidação dos Programas criados entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000, como é possível identificar no gráfico nº 2, a seguir:

⁹⁴ As notas variam de 3 a 7, sendo 3 a nota mínima para permanecer no SNPG (PPG com curso de mestrado) e 7 a nota máxima (PPG com doutorado e excelência, inclusive internacional). A nota mínima para a manutenção de PPG com mestrado e doutorado é 4.

⁹⁵ Ver: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/20122017-servico-social-quadrienal-pdf>>. Acesso em: 12 out. 2021.

⁹⁶ O curso de doutorado em Serviço Social foi aprovado pela Capes na 168ª Reunião do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) em novembro de 2016, em Brasília.

⁹⁷ O curso de doutorado da Faculdade de Serviço Social da UFJF iniciou sua primeira turma em 2019.

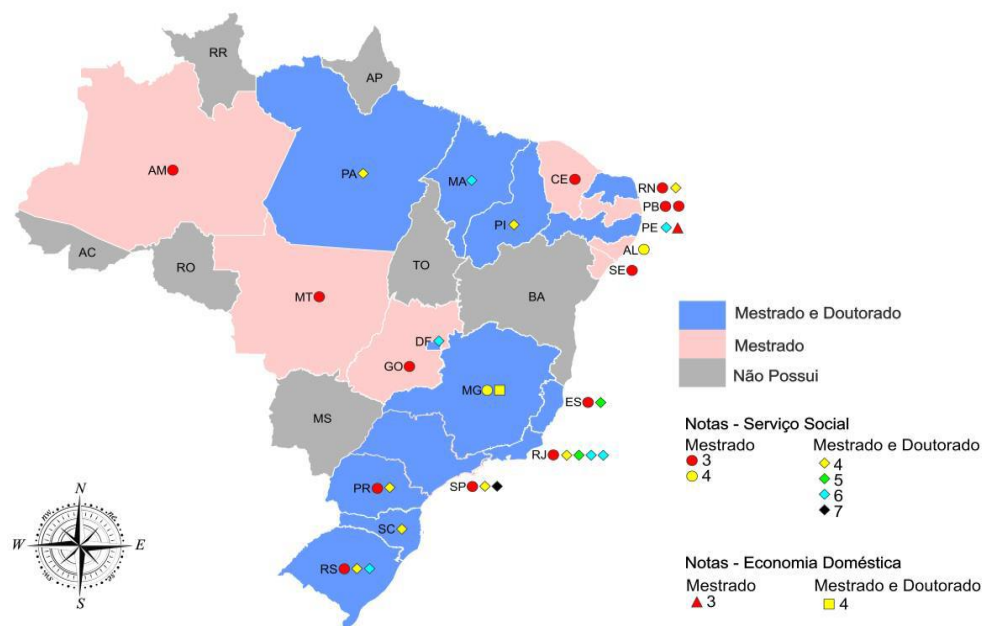


Gráfico 2 - Distribuição geográfica dos PPG na área de Serviço Social, em 2016.
Fonte: Capes (2017).

É possível identificar que prevalece a liderança dos programas de pós-graduação em Serviço Social das Universidades Públicas (78,8%), seguido das universidades comunitárias (14,7%), com pouca expressividade de instituições privadas (2,9%), situação inversa à detectada na graduação. Das instituições públicas, dezoito (18) são universidades federais e oito (8) são universidades estaduais. Das seis (6) instituições privadas, cinco (5) são comunitárias (4 PUCs e 1 Universidade Católica – UCPel) e uma sem fins lucrativos (Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – Emescam).

O levantamento inicial possibilitou a identificação de trinta (30) teses, produzidas entre os anos de 2006 a 2018, nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social localizados em todas as regiões do país, que continham o referencial teórico gramsciano de Estado integral. As teses identificadas foram elaboradas e defendidas nos seguintes PPG e respectivas universidades: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – UFPI (nota 4); Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UFPE (nota 6); Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – UFMA (nota 6); Programa de Pós-Graduação em Política Social – UnB (nota 6); Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social – PUC-SP (nota 7); Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Unesp/Franca (nota 4); Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PUC-Rio (nota 5); Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UFRJ (nota 5); Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Uerj (nota 6); Programa de Pós-

Graduação em Serviço Social – PUCRS (nota 6); Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social – UEL (nota 4). É o que demonstra o gráfico nº 3, a seguir.

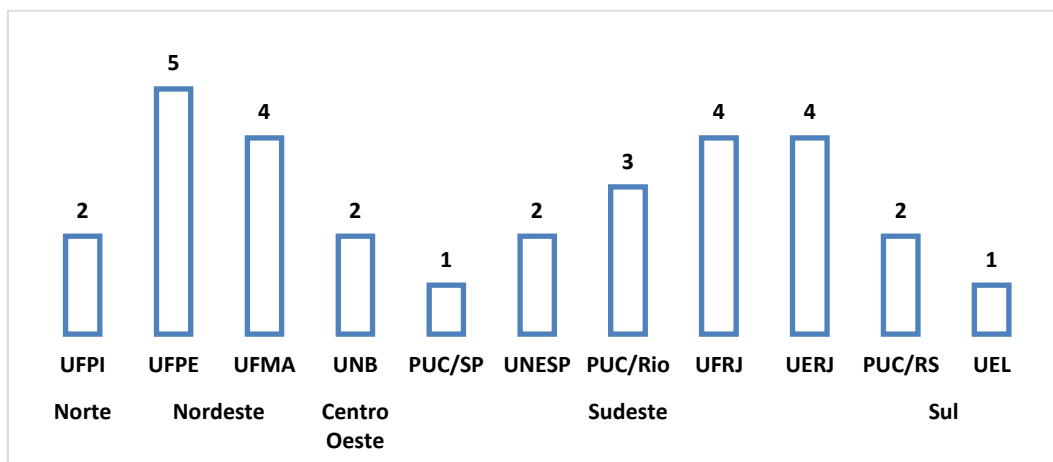


Gráfico 3 - Número de teses por universidade e região (2006 a 2016).
Fonte: Elaborado pelo autor a partir do material empírico da tese (2021).

Após a leitura das teses previamente selecionadas, com referência ao pensamento de Gramsci, realizou-se uma nova leitura, seletiva e aprofundada (Bardin, 2011), em que se buscou distinguir as informações necessárias à elaboração da pesquisa, com a finalidade de determinar as teses que se fundamentavam no conceito de Estado integral elaborado por Gramsci. Para isso, foram definidos outros critérios para nova seleção, os quais abrangeram:

1. Teses produzidas por assistentes sociais;
2. Teses que trabalharam a categoria Estado integral ou Ampliado;
3. Teses com citações diretas e/ou indiretas a Gramsci.

Em seguida, após a aplicação dos critérios acima descritos, restaram quatorze (14) teses produzidas entre 2006 a 2016. A eliminação das outras dezesseis (16) teses previamente selecionadas ocorreu, em maior incidência, por terem sido elaboradas por pesquisadores de outras áreas de conhecimento. Portanto, pesquisadores que se fundamentam em Gramsci para refletir os mais variados campos da pesquisa social e contribuir para a difusão do pensamento crítico no âmbito universitário na área do Serviço Social⁹⁸.

O percentual chega a 50% de autores(as) com diferentes formações acadêmicas que compõem o levantamento realizado, como é possível identificar

⁹⁸ Dos(as) trinta (30) autores(as), foi possível identificar que 27% possuem mais de uma graduação.

no próximo gráfico, de número 4, embora a área de Serviço Social seja a predominante, com quinze (15) incidências.

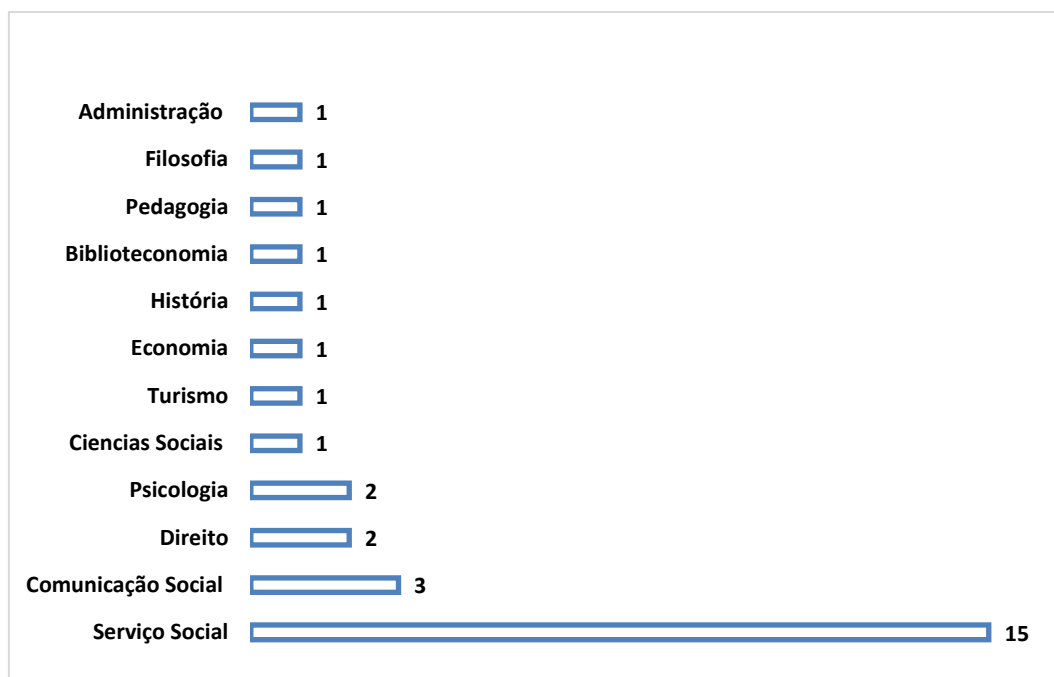


Gráfico 4 - Número e áreas das graduações das(os) autoras(es) das teses.
Fonte: Elaborado pelo autor a partir do material empírico da tese (2021).

Cabe esclarecer que dois fatores contribuíram para que as teses pesquisadas recaíssem sobre as que foram produzidas por assistentes sociais. O primeiro, o fato da formação do(a) assistente social pensar a articulação entre teoria e prática, possibilitando compreender o quanto essa concepção teórico-metodológica aparece e exerce influência tanto na definição da finalidade a ser alcançada quanto nos meios a serem utilizados para atingir determinados fins. E o segundo, fruto dos inúmeros desafios impostos ao Serviço Social e que suscitam um olhar mais apurado da área sobre os direitos que arduamente foram conquistados e estão sendo reduzidos, flexibilizados ou mesmo suprimidos do campo da legalidade nas últimas décadas.

O segundo fator de exclusão das teses pré-selecionadas foi a localização, de um único trabalho que, embora mencionasse o debate em Gramsci, não apresentou o uso do conceito de integralidade do Estado de modo direto ou indireto, resultando em mais uma exclusão, totalizando quatorze (14) teses.

As quatorzes (14) teses que compõem o material empírico para este estudo foram defendidas entre 2006 a 2016, em seis (6) programas de pós-graduação em Serviço Social, distribuídos nas seguintes regiões: Sudeste (10), Sul (2) e Nordeste (2), todos na área básica de Serviço Social. Assim, foi possível atingir

30% dos Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social do país, sediados em universidades federais (2), em universidades estaduais (2) e em universidades comunitárias (2), conforme indica o gráfico nº 5:

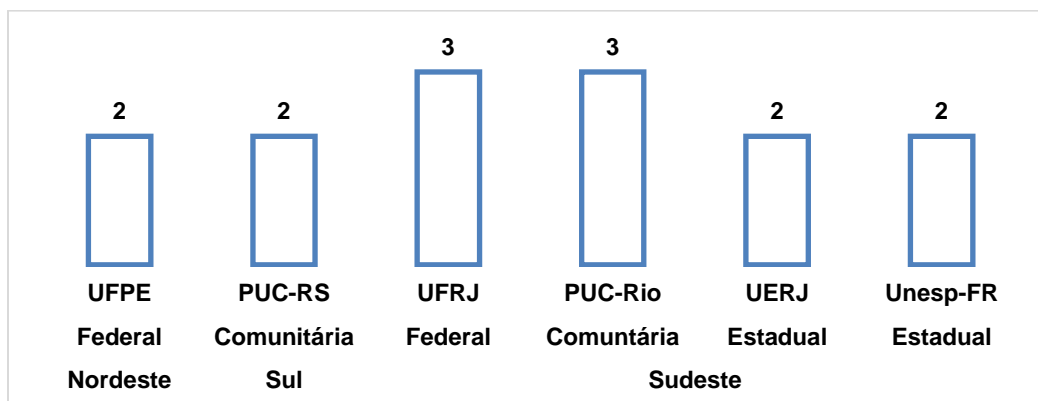


Gráfico 5 - Número de teses selecionadas por universidades e região (2006 a 2016).
Fonte: Elaborado pelo autor a partir do material empírico da tese (2021).

Cabe esclarecer que os primeiros PPGs em Serviço Social no Brasil foram os da região Sudeste: PUC-Rio e PUC-SP, implantados em 1972, e o da UFRJ, em 1976. Ainda nessa década verifica-se a expansão da pós-graduação na área para a região Sul, com a criação do PPG na PUC-RS, em 1977, e, para o Nordeste, com a instalação do PPG da UFPB-JP em 1978, seguido do PPG da UFPE, em 1979. Desse conjunto, com exceção da PUC-SP e UFPB-JP, todos os programas citados estão contemplados no recorte aqui realizado, como se pode identificar a seguir no quadro nº 2:

Quadro 2 - Nota, universidade e ano de criação dos PPG onde as teses selecionadas foram elaboradas (2006 a 2016)

Nota	IES	Ano de Criação	Área de Formação
6	PUCRS	1977	Serviço Social
	UFPE	1979	Serviço Social
	Uerj	1998	Serviço Social
5	PUC-Rio	1972	Serviço Social
	UFRJ	1976	Serviço Social
4	Unesp-FR	1991	Serviço Social

Fonte: Elaboração própria, com base em relatório da Capes (2017).

A expansão dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social entre os anos de 1970 e 1980 foi parte de um processo em curso no país, decorrente das principais agências de financiamento de pesquisa (Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior – Capes e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq) que incluem o Serviço Social como área de conhecimento, momento também de configuração do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e de elaboração do primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG). Mais do que um procedimento burocrático-administrativo, este processo de inclusão reconhece a luta da categoria em prover *status* acadêmico a uma profissão que se legitima por meio de sua dimensão interventiva na divisão sociotécnica do trabalho⁹⁹.

A expansão dos programas de pós-graduação no Brasil, na área de Serviço Social, e de maneira especial nas universidades federais, foi o que impulsionou, primeiramente, a aprovação da revisão curricular encaminhada pela Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Abepss) em 1979, em Natal-RN, com uma perspectiva crítica, o que demandou um aperfeiçoamento profissional em termos teóricos e caracterizou a intenção de ruptura com a influência das teorias funcionalistas advindas das ciências sociais norte-americanas no Serviço Social, conforme explicitado no primeiro capítulo desta tese.

O segundo motivo encontra-se na integração de muitos cursos confessionais de Serviço Social ao sistema federal de ensino superior nas décadas de 1960 e 1970, conferindo maior preocupação com a produção do conhecimento e de forma mais sistemática e, conseqüentemente, com a formação pós-graduada¹⁰⁰.

4.2.

O universo da investigação

Conforme anunciado no item anterior, o universo desta pesquisa centrou-se nas catorze (14) teses elencadas no quadro nº 3, apresentado na sequência, que contém o ano de produção, o título da tese, o orientador, o autor e a sua respectiva formação.

⁹⁹ Cumpre reconhecer o papel da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), dos programas de pós-graduação, dos pesquisadores e de todas as coordenações da área na Capes na luta pela legitimação do conhecimento produzido pela área.

¹⁰⁰ Sobre esse debate, consultar o Relatório da Avaliação Quadrienal da Área de Serviço Social (CAPES, 2017).

Quadro 3 - Teses selecionadas para análise (2006 a 2016)

Nº	Ano	PPG	Título	Orientador(a)	Autor(a)	Formação Acadêmica
1	2016	Unesp	“Ethos da mobilidade” do Serviço Social brasileiro e o pensamento gramsciano: quais aproximações?	Prof. ^a Célia Maria David	Leonildo Aparecido Reis Machado	Doutor e mestre em Serviço Social, graduado em Serviço Social e Filosofia
2	2016	Unesp	Hegemonia e Conselho do Idoso: Relações entre Estado e Sociedade Civil em uma perspectiva Gramsciana	Prof. ^a Célia Maria David	Cristiane Cinat	Doutora em Serviço Social, mestre em Gerontologia e graduada em Serviço Social
3	2015	UFRJ	O legislativo federal e os projetos de lei sobre drogas no Brasil: uma guerra entre velhos discursos ou novas alternativas?	Prof. Eduardo Mourão Vasconcelos	Mirian Cátia Vieira Basílio Denadai	Doutora em Serviço Social, mestre em Política Social e graduada em Serviço Social
4	2015	PUC-Rio	Judicialização da questão social: um estudo a partir dos processos de interdição das pessoas com transtornos mentais	Prof. Rafael Soares Gonçalves	Mônica Santos Barison	Doutora, mestre e graduada em Serviço Social
5	2014	UFPE	A dimensão social da AIDS: avanços e retrocessos da política de enfrentamento na particularidade de Pernambuco	Prof. ^a Ana Cristina Brito Arcoverde	Giselli Caetano dos Santos	Doutora, mestre e graduada em Serviço Social
6	2014	PUC-Rio	Emancipação para quem? Uma análise gramsciana sobre estudos de gênero e Serviço Social	Prof. ^a Inez Stampa	Ana Elizabeth Lole dos Santos	Pós-doutora em Serviço Social, doutora em Serviço Social, mestre em Política Social e graduada em Serviço Social
7	2014	PUCRS	A participação política dos atores coletivos do campo popular no movimento de reforma na saúde do Rio Grande do Sul	Prof. ^a Patrícia Krieger Grossi	Clarete Teresinha Nespolo de David	Doutora em Serviço Social, mestre em Sociologia e graduada em Serviço Social
8	2014	UFPE	A implementação e execução da Política de AS na perspectiva do direito: experiência de Maceió (AL)	Prof. ^a Anita Aline Albuquerque Costa	Martha Daniella Tenório de Oliveira	Doutora, mestre e graduada em Serviço Social
9	2013	PUCRS	Sociedade civil e esfera pública: a participação social em debate	Prof. ^a Ana Lúcia Suárez Maciel	Loiva Mara de Oliveira Machado	Doutorado e mestrado em Serviço Social. Graduação em Serviço Social e Ciências Contábeis

Nº	Ano	PPG	Título	Orientador(a)	Autor(a)	Formação Acadêmica
10	2012	PUC-Rio	Mudar para permanecer? História, Cultura política e Assistência Social em Duque de Caxias/RJ	Prof. ^a Inez Stampa	Marcio Eduardo Brotto	Doutor, mestre e graduado em Serviço Social
11	2012	Uerj	Poder local, cidadania e participação popular no município de Maricá: uma análise crítica das “regras do jogo”	Prof. ^a Silene de Moraes Freire	Andreia de Souza de Carvalho	Doutora em Serviço Social, mestre em História Política, graduada em Serviço Social e História
12	2011	UFRJ	Violência institucional: um estudo sobre a execução de medidas socioeducativas no Rio de Janeiro	Prof. ^a Myriam Moraes Lins de Barros	Celeste Anunciata Baptista Dias Moreira	Doutora, mestre e graduada em Serviço Social
13	2011	Uerj	Benefício de Prestação Continuada: desafios e questões atuais	Prof. ^a Alba Tereza Barroso de Castro	Miriam Fátima Reis	Doutora, mestre e graduada em Serviço Social
14	2006	UFRJ	A sociedade civil e os múltiplos significados no debate contemporâneo: uma leitura gramsciana	Prof. Carlos Nelson Coutinho	Érica Terezinha Vieira de Almeida	Graduada, mestre e doutora em Serviço Social

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do material empírico da tese (2021).

As teses selecionadas foram agrupadas, para fins de apresentação, em quatro (4) eixos temáticos: 1. Serviço Social; 2. Direitos e Justiça; 3. Participação e Controle Social e 4. Políticas Públicas (Assistência Social e Saúde), como é possível observar no gráfico nº 6, a seguir, que apresenta os temas com seus respectivos quantitativos de teses agrupadas.



Gráfico 6 - Eixos temáticos das teses.

Fonte: Elaborado a partir do material empírico da tese (2021).

Cabe também sinalizar que a opção pela escolha dos quatros eixos anteriormente descritos teve como objetivo facilitar a apresentação do conteúdo identificado nas leituras realizadas das teses selecionadas. Contudo, isso não desmerece ou desqualifica outros recortes ou agrupamentos temáticos. Mesmo porque o leitor poderá constatar que os eixos dialogam entre si e os conceitos, tais como Estado, sociedade civil, democracia, consenso, dissenso, hegemonia, contra-hegemonia, aparelho privado de hegemonia, entre outros, estão presentes recorrentemente em todas as teses aqui analisadas.

As teses que versaram sobre o tema Serviço Social utilizaram o pensamento de Gramsci para analisar o próprio Serviço Social brasileiro, o significado da sociedade civil na contemporaneidade e o lugar que os estudos de gênero ocupam na formação do assistente social.

As teses agrupadas no eixo temático Direitos e Justiça tiveram como objeto de análise o processo de formulação dos projetos de lei sobre a temática política sobre drogas pelo Congresso Nacional, identificando os interesses e as contradições inscritas nas propostas de lei, bem como a posição do Estado brasileiro no campo das políticas públicas sobre drogas durante o período compreendido entre 2006 e junho de 2014. Outro tema localizado neste eixo foi a judicialização das pessoas com transtornos mentais. A tese que abordou o tema analisou os processos de interdição civil das pessoas com transtornos mentais que tramitavam em uma das Varas de Família da Comarca de Volta Redonda, interior do Rio de Janeiro. Por fim, o tema da violência institucional nos espaços de execução de medidas socioeducativas, destinadas a adolescentes autores(as) de ato infracional.

Já os temas agrupados no eixo Participação e Controle Social versaram sobre a relação entre Estado e sociedade civil nas instâncias de participação e controle social no poder local.

Nas teses agrupadas sob o eixo temático Políticas Públicas as autoras trataram sobre os avanços e retrocessos no enfrentamento da AIDS, a implementação e execução da Política de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e, ainda, sobre os desafios do Benefício da Prestação Continuada (BPC)¹⁰¹. Contudo, é preciso compreender, de antemão, que é necessário problematizar qual o papel das políticas públicas dentro do contexto

¹⁰¹ O BPC foi criado em 1993, previsto pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). É um benefício do governo federal que prevê o pagamento de um salário mínimo a pessoas com deficiência ou pessoas idosas com mais de 65 anos que comprovem baixa renda.

do capitalismo, principalmente a quem interessa o caminho das políticas públicas num contexto liberal.

Para análise das apropriações e usos do conceito de Estado integral, procedeu-se à leitura completa das teses selecionadas, seguida de preenchimento de ficha analítica contendo informações acerca da temática, dos objetivos, dos procedimentos metodológicos e dos conceitos/ideias de Gramsci apresentados nos trabalhos, além de levantamento acerca dos escritos do autor e de intérpretes que foram citados no texto e nas referências.

Essa análise possibilitou identificar que além dos conceitos de Estado integral ou Ampliado e sociedade civil, outros conceitos foram acionados para pensar a integralidade do Estado em Gramsci. Os conceitos, por ordem de frequência, são: hegemonia (14); coerção (14); classe subalterna (12); consenso (11); práxis ou filosofia da práxis (10); aparelho hegemônico ou aparelhos privados de hegemonia (10); ideologia (9); intelectuais (7); guerra de posição (7); revolução passiva (5); catarse (1); e tradutibilidade (1).

Quanto aos(as) autores(as) presentes nas 14 teses estudadas, é possível listar 28 referenciados(as) através de citações literais ou como referência interpretativa do pensamento de Gramsci no material analisado. Desses(as), Carlos Nelson Coutinho (14) aparece em todas as teses analisadas, seguido por Ivete Simionatto (11); Luciano Gruppi (8); Giovanni Semeraro (7); Carlos Montaña e Maria Lucia Duriguetto (ambos com 6 referências); Marco Aurélio Nogueira (5); Guido Liguori (4); Norberto Bobbio (3); Hugues Portelli (3); Anita Helena Schlesener (3); Maria Carmelita Yazbek (3); Jorge Luis Acanda (2); Christine Buci-Glucksmann (2); Joseph Buttigieg (2); Potyara Pereira (2); Álvaro Bianchi (1); Luciana Aliaga (1); Giorgio Baratta (1); Anna Di Biago (1); Raúl Burgos (1); Alba Maria Pinho de Carvalho (1); Martin Carnoy (1); Sonia Regina de Mendonça (1); Antonio Tavares Jesus (1); Lincoln Secco (1); Giuseppe Vacca (1); e Luiz Eduardo W. Wanderley (1).

Dessas referências listadas, além de Carlos Nelson Coutinho, outros(as) autores(as) que têm sua trajetória intelectual estreitamente ligada à área do Serviço Social e cujas obras foram recorrentemente citadas ou serviram de apoio para a fundamentação teórica das teses analisadas. São eles(as): Alba Maria Pinho de Carvalho, Maria Carmelita Yazbek, Carlos Montaña, Ivete Simionatto, Maria Lucia Duriguetto e Potyara Pereira.

Como já pontuado no primeiro capítulo desta tese, é vasta a produção de Coutinho sobre Gramsci e seu reconhecimento e uso pelo Serviço Social. Nas teses analisadas, duas obras de Coutinho são recorrentes: *Gramsci: um estudo*

sobre seu pensamento político (2007) e *O leitor de Gramsci* (2011). São obras que possibilitam ao leitor uma maior familiarização ao pensamento de Gramsci e esclarecem pontos decisivos da formação e sistematização da sua teoria política.

O livro *Gramsci: Sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*, de Ivete Simionatto (2011), apresenta o universo teórico-metodológico de Gramsci, a trajetória de seu pensamento no país nas décadas de 1960 a 1980, e as principais produções por ele inspiradas, com destaque para a influência de suas ideias no Serviço Social brasileiro. Trata-se de um livro muito utilizado pelos pesquisadores da área para referendar a atualidade e o legado gramsciano para decifrar o mundo contemporâneo.

Embora não tenha o debate sobre o Estado integral em Gramsci como discussão central, o livro *Estado, Classe e Movimentos Sociais*, de Carlos Montañó e Maria Lucia Duriguetto (2010), apresenta os conceitos de Estado, classe e movimentos sociais e apontam como esses conceitos estão entre os mais controversos no campo do pensamento social. Os autores evidenciam o marxismo e outras perspectivas enquanto pontos de vistas teóricos adotados no tratamento destes conceitos.

Outra referência presente nas teses analisadas é o livro de Maria Carmelita Yazbek, intitulado *Classes subalternas e Assistência Social* (2018), que tem como objetivo compreender as marcas que a ação assistencial deixa sobre o segmento das classes subalternas que a ela recorrem, fazendo interlocução com as análises sobre a pobreza brasileira e seu enfrentamento pela via das políticas sociais públicas, com ênfase na ação assistencial do Estado. É uma obra que aborda a categoria *classes e grupos subalternos*, bastante usada pelas(os) autoras(es) das teses para uma leitura reflexiva-crítica dos elementos que foram remetidos à interpretação que se faz sobre a integralidade do Estado.

O livro *Política Social: temas & questões*, de Potyara Pereira (2011), traz elementos que a autora considera essenciais para a reflexão conceitual e teórica sobre política social, sua tendência no mundo globalizado e o papel do Estado. Esta obra constitui-se como uma referência para pensar os desafios de uma sociedade em transição. Nele, a referida autora aborda as teorias sobre Estado Social pela perspectiva marxista e não marxista e reserva um capítulo para desenvolver as concepções de Estado e sociedade civil. Pereira destaca o fato de Gramsci ser um dos maiores pensadores sociais e que o uso que faz do conceito de sociedade civil difere frontalmente do que era entendido na sua acepção original liberal e pelo marxismo positivista, que se negava a estudar a sociedade civil por julgá-la um conceito incômodo, impreciso, importado do ideário burguês.

A partir da leitura que Pereira (2011) faz de Jorge Luiz Acanda, Luciano Gruppi, entre outros, destaca a originalidade do pensamento de Gramsci na ampliação marxista do conceito de Estado, diferindo da concepção restrita de Estado de Marx, para quem o Estado, segundo Pereira, é um instrumento de dominação da classe dominante e a sociedade civil faz parte do terreno estrutural ou da base material.

Por fim, outra referência presente nas teses examinadas é *A questão da transformação e o trabalho social – uma análise gramsciana*, de Alba Maria Pinto de Carvalho (1983). Nesta obra, com aporte teórico gramsciano, são discutidas questões na construção do processo hegemônico do proletariado: organização política, formação da vontade coletiva, relação intelectual/classe/partido político, Estado, entre outros temas, demarcando a contribuição da ação profissional do assistente social no processo de transformação da sociedade.

O esforço de análise das teses selecionadas buscou, também, identificar quais obras de Gramsci foram destacadas nessas produções. Por ordem decrescente de recorrência, foram usados os seguintes volumes dos *Cadernos do Cárcere* da edição da Editora Civilização Brasileira: volume 3 (13), volume 4 (9), volume 2 (7), volume 5 (5), volume 1 (5) e volume 6 (2). Também foram usados o *Quaderni del Carcere* (4. vols.) (1) e *La costruzione del partito comunista* (1), ambos publicados pela Editora Einaudi, bem como as *Cartas do Cárcere* (1) e os *Escritos Políticos* (1), estes últimos publicados pela Editora Civilização Brasileira.

A maioria dos textos referenciados nas teses aqui analisadas foram extraídos da edição completa dos *Cadernos do cárcere* publicada no Brasil a partir de 1999, pela Editora Civilização Brasileira¹⁰². Contudo, ainda estão presentes nas referências de algumas teses as primeiras traduções de Gramsci no Brasil, publicadas também pela Editora Civilização Brasileira, que conservavam em seus títulos a edição temática *togliattiana*. Dessas edições, foi identificado o uso das seguintes obras: *A Concepção dialética da história* (1991) – que, por problemas de censura, não manteve o título original, *Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce* –; *Os intelectuais e a organização da cultura* (1968); *Literatura e vida nacional* (1968); e *Maquiavel, a política e o Estado moderno* (1978).

Por ordem decrescente, são apresentados os volumes da edição brasileira dos *Cadernos do cárcere* mais recorrentes. O volume três é referenciado na bibliografia de 13 teses analisadas. Isso é justificado pelo fato desse volume

¹⁰² Edição organizada por Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Marco Aurélio Nogueira, professor livre-docente da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), e Luiz Sérgio Henriques, editor da revista eletrônica *Gramsci e o Brasil*.

conter os cadernos 13 e 18, ou seja, cadernos que apresentam a contribuição fundamental à teorização do partido político – o *moderno príncipe*, o *condottiero*, expressão da vontade coletiva – e uma análise da política a partir da interlocução com a obra de Maquiavel. Encontra-se, ainda, neste volume, a análise de Gramsci sobre a correlação de forças, novas reflexões sobre Estado e hegemonia, Oriente e Ocidente, guerra de movimento, guerra de posição e revolução passiva, categorias que se localizam no epicentro das reflexões gramscianas de todo o período carcerário. Certamente, por isso, mais presentes nas teses que se propõem abordar o tema da ampliação do Estado em Gramsci.

Além do caderno 22, que trata de *Americanismo e Fordismo*, o volume quatro, o segundo mais presente nas teses, agrupa também os cadernos 16, 20 e 26, que abordam temas relativos à esfera da cultura, condição necessária ao processo revolucionário, o tema da ação católica e o peso secular da Igreja na determinação da visão de mundo e do modo de pensar das massas populares.

O volume dois versa sobre os intelectuais, o princípio educativo e o jornalismo. Congrega os cadernos 12, 24 e 28, nos quais Gramsci apresenta uma nova concepção de intelectual, a partir do lugar e da função que este desempenha num determinado processo histórico, compreendido como construtor, organizador e persuasor permanente na vida prática. Em especial, aborda o papel revolucionário dos intelectuais no diálogo com as camadas populares. O volume cinco, por meio do caderno 19, aborda o *Risorgimento* italiano, clássico exemplo de revolução passiva, presente em cinco (5) teses analisadas.

O volume um contém os cadernos 10 e 11. O caderno 10, dedicado à filosofia de Benedetto Croce traz à cena o diálogo de Gramsci com um dos maiores representantes do liberalismo italiano. Estrutura, superestrutura, ideologia, filosofia, hegemonia, intelectuais, história e política, objetividade e subjetividade, individual e coletivo, necessidade e liberdade, são categorias presentes nesta interlocução com o napolitano Croce, reafirmando o esforço de Gramsci em recuperar a teoria social de Marx e traduzi-la como filosofia da práxis. No caderno 11, Gramsci desencadeia uma pesada crítica ao economicismo e ao marxismo oriundos da Segunda Internacional¹⁰³, bem como à sociologia, nascida no berço do positivismo. Gramsci defende o marxismo como uma filosofia da história, um pensamento aberto, não determinado *a priori*. E, finalmente, o volume

¹⁰³ A Segunda Internacional ou Internacional Socialista ou, ainda, Internacional Operária foi uma organização dos partidos socialistas e operários criada principalmente por iniciativa de Friedrich Engels (empresário industrial e teórico revolucionário prussiano, coautor de diversas obras com Marx, sendo a mais conhecida o Manifesto Comunista, de 1848), por ocasião do Congresso Internacional de Paris, em 14 de julho de 1889.

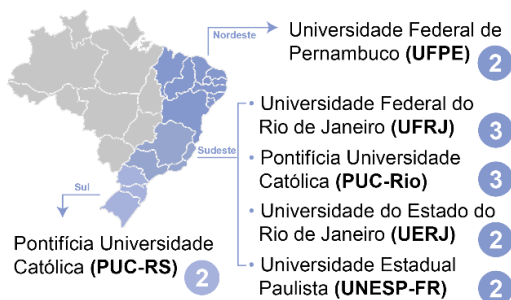
seis, que trata dos temas relativos ao folclore, à literatura e à gramática, incluindo, ainda, a apresentação de um índice analítico dos principais conceitos gramscianos e um sumário detalhado de todos os cadernos, usado por autores(as) que trabalharam o *ethos* de mobilidade do Serviço Social brasileiro e a construção da hegemonia no espaço do Conselho do Idoso.

Os dois volumes sobre os *Escritos políticos*, de 1910 a 1920 e de 1921 a 1926, possibilitam ao leitor o acesso às principais elaborações do jovem Gramsci. São textos que traçam um itinerário político e intelectual decisivo não apenas da história da Itália, mas também da realidade europeia. A militância política, as reflexões sobre o papel dos partidos, dos sindicatos, do movimento operário em geral, aparecem aqui como temas centrais para pensar a revolução socialista. As *Cartas do cárcere* constituem uma preciosa chave para a leitura dos *Cadernos*, oferecida por Gramsci sem intencionalidade, uma ferramenta metodológica fundamental à compreensão do caminho percorrido ao longo das reflexões carcerárias.

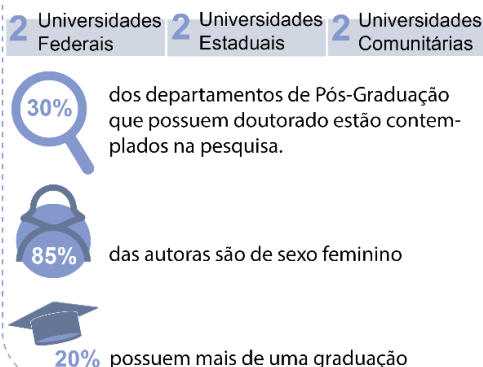
Também foram contabilizadas quais e a recorrência dos(as) autores(as) que são referenciados quando conceituam o Estado integral. Foram eles(as), por ordem decrescente de recorrência: Carlos Nelson Coutinho (6); Ivete Simionatto (4); Guido Liguori (2); Giovanni Semeraro (1); Carlos Montaña e Maria Lucia Duriguetto (1); Marco Aurélio Nogueira (1); Martin Carnoy (1); e Sonia Regina de Mendonça (1). Com relação às obras de Gramsci, são usados o volume 3 (4), o volume 2 (4) e o volume 1 (1). Nesse material, foi possível identificar que os(as) autores(as) das teses fazem somente o uso da expressão Estado Ampliado para designar a integralidade do Estado em Gramsci. O mesmo fato foi também identificado nas outras dezesseis (16) teses localizadas no levantamento inicial, mas que não foram selecionadas para esta análise por não serem produzidas por assistentes sociais.

O próximo gráfico apresenta um resumo sobre as questões até aqui abordadas no tocante às teses selecionadas para a análise.

Teses selecionadas por Universidade e Região



Características das Universidades



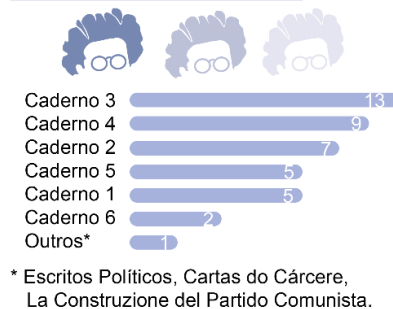
Eixos temáticos



Autores mais presentes nas teses

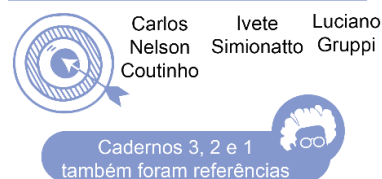
Carlos Nelson Coutinho	14
Ivete Simionatto	11
Luciano Gruppi	8
Giovanni Semeraro	7
Carlos Montañó e Maria Lucia	
Duringuetto	6

Obras de Gramsci mais usadas



Estado Integral (conceito):

Autores e obras de Gramsci mais usadas



Outros conceitos presentes na tese

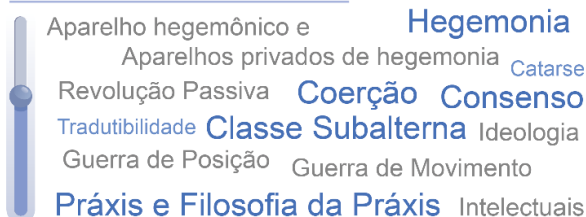


Gráfico 7 - Infográfico síntese sobre as teses selecionadas.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do material empírico da tese (2021).

O infográfico contém a síntese do que foi apresentado no segundo item do presente capítulo, destacando elementos das quatorze (14) teses selecionadas para o estudo, segundo o objetivo central da investigação desenvolvida: número de teses selecionadas por região; características das universidades e perfil dos(as) autores(as) – importante destacar, neste aspecto, que 85% são do sexo feminino, característica marcante da profissão de Serviço Social –; eixos temáticos usados para agrupar e sistematizar os dados das produções examinadas; autores(as) mais presentes nas teses; obras de Gramsci mais usadas; autores(as) e obras mais utilizados para a discussão sobre Estado integral; além de outros conceitos da obra de Gramsci encontrados nas teses analisadas.

Esses elementos são fundamentais para o contexto e a compreensão da análise sobre os usos e apropriações feitas pelas(os) autoras(es) das teses

analisadas acerca do Estado integral em Gramsci. É o que será apresentado no próximo item.

4.3.

Usos e apropriações da integralidade do Estado em Gramsci

4.3.1.

Eixo: Serviço Social

A tese intitulada *Emancipação para quem? Uma análise gramsciana sobre estudos de gênero e Serviço Social* (2014), elaborada por Ana Elizabeth Lole dos Santos (aqui denominada Ana Lole, como a autora é mais conhecida profissionalmente), no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, analisa os estudos de gênero na formação de assistentes sociais e a influência da perspectiva marxista no Serviço Social, “localizando os elementos teóricos profissionais que colidem e/ou possibilitam a abertura ao debate de gênero” (Lole, 2014, p. 23).

A pesquisa, de natureza teórica e empírica, foi realizada junto às escolas de Serviço Social de quatro Instituições de Ensino Superior (IES) no estado do Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A investigação mapeou as incidências da análise de gênero no Serviço Social, destacando o processo formativo nas universidades e identificando elementos teóricos profissionais que dificultam e/ou possibilitam o debate de gênero no processo de formação de assistentes sociais.

Os indícios e as pistas das considerações do gênero, aparentemente desconectados, mostram uma presença do tema na profissão. Nessa direção, também ocorrem confluências entre as entidades voltadas para o campo da formação (ABEPSS) e do exercício profissional (CFESS/CRESS). Por esse motivo, avaliou-se que o debate sobre a formação profissional não está dissociado das estratégias de organização profissional. Para tanto, foram observados indícios da questão do gênero nessas instâncias de debate e organização das matérias relacionadas ao Serviço Social, que apresentam nos últimos tempos alguns elementos instigantes à apreensão do debate de gênero no Serviço social. (Lole, 2014, p. 23).

Nessa análise, Lole (2014) qualifica o lugar que Gramsci ocupa na formação de assistentes sociais. Em especial, destaca o fato de Gramsci, desde os anos

1980, alcançar o papel de importante interlocutor no campo do marxismo no Serviço Social. Ainda segundo a autora, esse fato é justificado pela leitura realizada do pensamento gramsciano, que subsidia a área para a análise tanto do padrão de justiça social quanto das chances para a transformação social a partir da construção de uma nova ordem societária, “sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero” (Lole, 2014, p. 27).

Em sua argumentação, Lole (2014) evidencia o quanto o pensamento de Gramsci possibilitou um reconhecimento crítico da transformação social pelo Serviço Social. Uma leitura que implica não apenas mudanças no plano econômico, mas, também, a necessidade da transformação da esfera política. Um processo decorrente de lutas, negociações e acomodações operadas pelos sujeitos sociais historicamente situados em contextos que envolvem determinações econômicas, sociais, políticas e culturais.

A tese é composta de cinco capítulos. Desses, no capítulo denominado *Contribuições de Gramsci para entender a realidade*, a autora analisa as potencialidades das categorias gramscianas para a compreensão da dinâmica da realidade social. Nesse percurso, a autora apresenta os conceitos relacionando-os sobre o modo como foram analisados e apropriados para romper com o monopólio do conservadorismo no Serviço Social, na constituição de um novo projeto profissional.

Cabe destacar que nas análises que faz dos conceitos da filosofia da práxis, hegemonia, política, intelectuais, Estado integral, sociedade civil e cultura, Lole (2014), além de explicá-los, os ilustra, trazendo para o debate questões afetas ao Serviço Social. Isso pode ser identificado, por exemplo, quando a autora elucida o conceito filosofia da práxis. Um debate que possui íntima relação entre teoria e prática no âmbito da formação e do exercício profissional do assistente social nos distintos espaços sócio-ocupacionais de sua atuação. Isso porque, em linhas gerais, no cotidiano profissional do assistente social, teoria e prática estão presentes na escolha dos instrumentos mais adequados para a ação dentro da realidade em que vivem, com os meios que têm à disposição, almejando estabelecer um projeto hegemônico alternativo de sociedade (Lole, 2014, p. 74).

A partir dos usos que faz dos escritos de Gramsci e de uma leitura atenta das produções de Coutinho (2014), Semeraro (2006), Liguori (2003; 2007), Montañó e Duriguetto (2010), entre outros, Lole (2014) destaca que a concepção gramsciana de Estado se amplia devido à inclusão de uma nova esfera, a sociedade civil. Para Gramsci, o Estado integral é a “soma” da sociedade civil e da sociedade política. Nessa direção, a autora observa que esse espaço é

considerado uma arena em que as classes disputam a hegemonia, ou seja, direção política.

Sendo possível, a partir dessa ampliação, localizar também os “aparelhos privados de hegemonia”, isto é, organismos de participação política aos quais a adesão ocorre voluntariamente e que não se caracterizam pelo uso da repressão. Nesse sentido, a autora destaca que é através desses aparelhos que uma classe exerce sua supremacia através do domínio (coercitivo) da classe adversária, sendo dirigente dos grupos afins e aliados.

No cenário contemporâneo brasileiro, Lole (2014) observa que a esfera da sociedade civil muitas vezes é compreendida como sinônimo de “terceiro setor”. Segundo a autora, isso se dá, no Brasil, em decorrência das reformas realizadas na década de 1990, cujos resultados foram as privatizações dos serviços públicos, com a criação de organizações públicas não estatais. Segundo a autora, na prática, esse processo de privatização do público está relacionado com o novo ideário de sociedade civil posto pelo próprio capital, em que as formas coletivas de organização são progressivamente esvaziadas, fragmentadas e, sorrateiramente, destituídas na construção de uma “vontade coletiva” (Lole, 2014, p. 93).

Através do uso que faz da ampliação do Estado, a autora diz ser possível interpretar fenômenos sociais a partir de uma relação entre o poder das estruturas sociais e as dimensões criativas e subversivas dos indivíduos e dos grupos sociais nos seus contextos históricos e sociais singulares. Esta leitura gramsciana coloca, então, segundo a autora, a essência de qualquer projeto de emancipação política que passa necessariamente pelo fortalecimento da sociedade civil e sua compreensão enquanto terreno privilegiado da luta político-cultural:

Daí a importância da reflexão sobre a construção de espaços públicos democráticos no Brasil, que não pode prescindir do campo de debates da sociedade civil, importante arena de lutas. É nessa arena que as classes lutam para conquistar a hegemonia, ou seja, a direção política para a construção do projeto societário que almejam. (Lole, 2014, p. 92).

Nesse sentido, e sem pormenorizar, Lole compreende o quanto essa interpretação contribuiu para a defesa e o fortalecimento da democracia no país, influenciando o Serviço Social a propor um novo projeto de profissão que necessariamente perpassa pelo fortalecimento dos princípios democráticos e que, de saída, fomentou a ruptura com o quase “monopólio do conservadorismo no Serviço Social” (Lole, 2014, p. 124).

O trabalho de Leonildo Aparecido Reis Machado (2016), *Ethos da Mobilidade” do Serviço Social Brasileiro e o pensamento Gramsciano: quais aproximações?*, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp/Franca, tem como objeto de análise os paralelos entre o pensamento de Gramsci e o “*Ethos da Mobilidade*” do Serviço Social Brasileiro (EMSS), isto é, o novo “modo de ser” profissional dos(as) assistentes sociais.

A tese é um estudo bibliográfico e documental cujos objetivos são apresentados pelo autor nos próprios capítulos do trabalho, perfazendo o aspecto social e histórico do EMSS, a materialidade do referido *ethos* e suas relações com o pensamento gramsciano e, por fim, o mesmo “modo de ser” profissional e as aproximações com a categoria democracia, em Gramsci.

Machado (2016) apresenta o surgimento desse *ethos* na categoria profissional por meio do Método BH¹⁰⁴ e seu desenvolvimento ético-político presente no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), que ocorreu de 23 a 28 de setembro de 1979, conhecido como *Congresso da Virada*, demarcando uma ruptura com o conservadorismo profissional ao assumir, enquanto compromisso da categoria profissional, a defesa dos interesses históricos da classe trabalhadora.

Cabe esclarecer que o III CBAS representou um elo importante na transição histórica do Serviço Social, no período situado entre a ditadura e o processo de construção democrática no Brasil. Segundo Faleiros (2009), representa, também, um elo dos(as) assistentes sociais com os(as) trabalhadores(as), da identificação com as lutas mais gerais da sociedade, e como ruptura com um modelo de prática de adaptação, para reforçar uma articulação da profissão com as transformações das relações sociais de dominação e exploração no cotidiano de sua atuação.

A investigação de Machado (2016) adentra, portanto, a materialidade do Projeto Ético-Político Profissional, por meio do EMSS, nessa nova perspectiva profissional. O autor apresenta as aproximações entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão, ou seja, as categorias constitutivas do referido projeto ético-político e suas aproximações com as categorias gramscianas de filosofia da práxis, ciência política, Estado integral, intelectuais, entre outras.

¹⁰⁴ O Método BH está situado no Movimento de Reconceituação do Serviço Social, que tem três fases: Modernização Conservadora, Reatualização do Conservadorismo e Intenção de Ruptura. A cidade de Belo Horizonte era densa de movimentos sindicais e populares, notadamente durante o desenvolvimento industrial da capital mineira, e “muito especialmente, ali existia uma forte tradição estudantil não só democrática, mas com impulsões revolucionárias e socialistas” (NETTO, 2015. p. 262).

A exposição faz, ainda, a apresentação da categoria hegemonia, em Gramsci, e sua relação com as entidades representativas da profissão: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) e Executiva Nacional de Serviço Social (Enesso). Por fim, a investigação expõe a concepção de democracia em Gramsci e suas aproximações com o EMSS, em que o autor percebe que o processo democrático exige consciência de classe e resistência para a sua materialidade, seja no âmbito macro ou micro dos espaços políticos.

Nesse percurso investigativo, Machado (2016) elucida que esse novo “modo de ser” profissional foi influenciado pela compreensão do Estado em sentido ampliado. Segundo o autor, é através da assimilação dessa perspectiva teórica gramsciana de Estado integral que a área percebe o próprio Serviço Social como espaço contraditório e de luta de classes. A partir daí começa a se desenvolver um esforço no sentido de fortalecer a prática institucional, vista na sua articulação com os movimentos sociais populares organizados, passando a se configurar a possibilidade de dissociação entre os objetivos institucionais e os do trabalho profissional. Machado (2016) observa que esse processo ocorre de modo lento e por relações de força presentes na própria categoria profissional:

Não se apreende a concepção de *relações de forças*, na sociedade capitalista, sem o entendimento do que Gramsci intitulou de *Estado ampliado*. De modo que também se faz necessário à apreensão das *relações de forças* no espaço profissional do Serviço Social brasileiro, a exposição do Estado ampliado gramsciano. Conforme aponta Coutinho (2008) e Simionatto (2011), Gramsci não foi o primeiro autor a escrever sobre a ampliação da concepção de Estado, senão autores como Engels (em seus últimos escritos) e Rosa Luxemburgo já constituíram esta ampliação. Porém, com Gramsci, o Estado ampliado será mais aprofundado e sistematizado. (Machado, 2016, p. 139).

A ampliação da concepção de Estado reflete, também, a visão mais ampliada da realidade acerca das diversas determinações que perpassam o Estado, permitindo distinguir a *guerra de movimento* (como enfrentamento pela tomada do poder de modo “súbito” e “explosivo”) e a *guerra de posição* (como estratégia processual da revolução), e compreender a totalidade social em que o profissional se encontra. Segundo Machado (2016), não se atua como assistente social para o fortalecimento de projetos societários de ruptura com a lógica capitalista sem a apreensão da totalidade do ser social e das determinações políticas que influenciam a atividade profissional.

A visão restrita ou dualista destas determinações políticas demonstra a fragmentação da própria interpretação da realidade, o que provoca equívocos na materialidade da dimensão ético-política, logo, na própria atividade profissional.

Nesse sentido, foi necessária, para a ruptura com interpretações “messiânicas” na intervenção do profissional do Serviço Social, a compreensão de uma visão ampliada de sociabilidade que envolvesse os trabalhadores por ramo de atividade, os sindicatos (representantes, de fato, dos trabalhadores), os movimentos sociais etc. Nessas relações de força em disputa, o autor identifica o quanto a interpretação gramsciana de *Estado integral* foi necessária para a apreensão da relação de interdependência entre sociedade civil e sociedade política, possibilitando, também, transpor a coexistência das determinações presentes tanto na *sociedade civil* quanto na *sociedade política* na dimensão ético-política.

Cabe aqui destacar que tanto a tese de Machado (2016) quanto a tese de Lole (2014), embora reconheçam a contribuição de Hegel e Marx na elaboração do conceito de sociedade civil, justificam que a análise que Gramsci desenvolve sobre a sociedade civil da sua época vai além do seu tempo, elaborando um conceito novo e central da teoria socialista que aguçou um olhar crítico tanto sobre o trabalho profissional do(a) assistente social quanto sobre o próprio Serviço Social brasileiro enquanto instituição.

O mesmo reconhecimento é compartilhado na tese intitulada *A sociedade civil e os múltiplos significados no debate contemporâneo: uma leitura gramsciana*, elaborada por Érica Terezinha Vieira de Almeida (2006), no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ, que problematiza o processo de ressignificação da sociedade civil no pensamento político contemporâneo, bem como as suas consequências nas práticas políticas das diversas forças sociais, demonstrando que esse deslocamento conservador constitui uma resposta do ponto de vista dos interesses hegemônicos.

Segundo Almeida (2006), o fato de Gramsci ter contribuído com o desenvolvimento do marxismo e a sua renovação não significa que ele tenha rompido com a perspectiva metodológica marxiana, expressa na relação orgânica e dialética entre a estrutura econômica e a superestrutura jurídica, política e ideológica (denominada por Gramsci de bloco histórico) ou abandonado o núcleo central do pensamento político marxiano, qual seja, a natureza de classe do Estado e a sua função na prestação das relações econômicas.

Almeida (2006) utiliza como referência de análise a teoria política de Gramsci, principalmente o seu conceito de sociedade civil, por considerar que a

perspectiva marxista gramsciana oferece elementos necessários ao processo de desconstrução crítica das diferentes análises já realizadas e, sobretudo, uma leitura dos conflitos de classe presentes na sociedade civil, negados por grande parte das interpretações contemporâneas.

Tanto Almeida (2006) quanto Lole (2014) destacam o papel da sociedade civil enquanto agente de colaboração do Estado e do mercado na efetivação do projeto de reprivatização da *questão social* e de mercantilização das relações sociais. Embora a hegemonia de uma classe se realize na sociedade civil, o processo de hegemonia não descarta a esfera da sociedade política como espaço a ser disputado e alcançado com vistas à realização da reforma intelectual e moral, bem como na construção de um outro bloco histórico, contra-hegemônico.

Contudo, as autoras enfatizam que, antes de satanizada, a sociedade política deve ser pensada como arena de correlação de forças, e portanto, uma esfera estratégica no fortalecimento da hegemonia das classes subalternas. Não é possível desconsiderar que ainda que o Estado constitua um Estado de classe e, portanto, com função de coerção, o processo de socialização da política o transformou em um importante instrumento de efetivação e ampliação dos interesses também das classes subalternas. De acordo com Almeida (2006), mais do que um conceito analítico, a sociedade civil precisa ser resgatada como categoria política estratégica, ou seja, como o terreno onde se constrói a contra-hegemonia das classes subalternas em direção à construção do bloco histórico.

A partir da leitura que faz de Guido Liguori (2003), para quem o conceito central dos *Cadernos* é o Estado integral, a referida autora destaca a relação dialética existente entre Estado e sociedade nas sociedades capitalistas do século XX:

Para ele, diferente da formulação de Croce (que mantém uma distinção rígida entre sociedade política e sociedade civil) e de Gentile (segundo o qual tudo é Estado), Gramsci nos indica que, embora a sociedade civil e a política não se confundam, elas mantêm uma relação orgânica, que não pode ser desprezada. (Almeida, 2006, p.54).

Todavia, a autora destaca que essa compreensão nem sempre é consensual entre aqueles que se autodenominam gramscianos. Embora haja um consenso entre os intérpretes de Gramsci acerca do processo de ampliação do Estado com relação à teoria marxiana, ainda é polêmico o debate sobre a fórmula gramsciana de Estado integral, sobretudo no que diz respeito à incorporação da sociedade civil como uma esfera com materialidade e função específicas.

Do ponto de vista de Almeida, esse debate tem comportado tanto as influências liberais, que insistem em separar sociedade civil e sociedade política, restringindo a concepção de Estado (poder político e administração pública) e autonomizando a esfera da sociedade civil, quanto aquelas abordagens que discordam que a sociedade civil tenha materialidade e função próprias. E “que ela possua um grau de autonomia com relação à sociedade política (Estado, no sentido restrito) e à própria estrutura econômica” (Almeida, 2006. p. 55).

Por fim, Almeida (2006) argumenta que a intenção de Gramsci, ao formular o conceito de Estado integral, não foi pensar a sociedade civil como uma esfera autônoma (como querem os liberais), ou, como um apêndice da sociedade política, e, portanto, sem nenhuma autonomia e representação própria. Para a autora, a sociedade civil compõe, junto com a sociedade política, o campo ideológico e político que garante a supremacia do Estado na modernidade. Além disso, concebida enquanto mediação entre infraestrutura econômica e sociedade política, a sociedade civil mantém uma relação orgânica, porém dialética e contraditória, com esses dois polos, interferindo politicamente, em virtude da sua relativa autonomia, tanto na esfera das relações de produção (infraestrutura) quanto na sociedade política (no Estado *stricto sensu*).

4.3.2.

Eixo: Direito e Justiça

As três teses agrupadas no eixo temático Direito e Justiça versam sobre investigações que problematizam a judicialização da questão social e trazem para as respectivas análises as práticas coercitivas e consensuais constituintes do sentido do Estado burguês, liberal, moderno.

O legislativo federal e os projetos de lei sobre drogas no Brasil: uma guerra entre velhos discursos ou novas alternativas?, de autoria de Mirian Cátia Vieira Basílio Denadai (2015), elaborada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ, analisa o processo de formulação dos projetos de lei sobre a temática *drogas* pelo Congresso Nacional. A abordagem teórico-metodológica e histórica escolhida para a realização do estudo foi o método materialista, dialético e histórico fundamentado na obra marxista. Os dados empíricos foram obtidos a partir de uma pesquisa documental envolvendo os projetos de lei ordinárias referentes às drogas, apresentados no Congresso Nacional brasileiro no período compreendido entre os anos de 2006 e 2014. Também foram coletados discursos

parlamentares, pareceres de projetos e notícias divulgadas em jornais, além da realização de entrevistas com cinco deputados federais e três membros do Executivo. Denadai caracteriza os interesses e as contradições inscritas nos 68 projetos de lei localizados e analisados durante a investigação.

A autora parte da premissa de que “o direito não exprime o desejo de toda a coletividade” (2015, p. 38), tendo em vista que nem todos os sujeitos têm garantidos os seus direitos através do Estado. Nesse sentido, a ideia de direito, segundo a autora, relaciona-se intimamente aos interesses da classe dirigente em manter o monopólio da força legalista e judiciária do Estado burguês:

Como notado por Gramsci, o direito não exprime o desejo de toda a coletividade, “[...] mas a classe dirigente, que ‘impõe’ a toda a sociedade aquelas normas de conduta que estão mais ligadas à sua razão de ser e ao seu desenvolvimento [...]” (Gramsci, 2002, p. 249), pois, nem todos os indivíduos têm seus direitos assegurados, seja por falha jurídica, características culturais, relapsos individuais etc. (Denadai, 2015, p. 46).

Nessa direção, ainda segundo a autora, “verifica-se que o trajeto das políticas sobre drogas, na última década, caminha na direção de legitimar os interesses da fração mais conservadora da classe dirigente” (Denadai, 2015, p. 47). Denadai destaca que no campo da política, em geral, e abarcando a política de drogas, os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), nas gestões de Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), apesar de se vincularem a um partido e a uma plataforma política, que buscavam defender historicamente propostas progressistas, não parecem contrariar os interesses estabelecidos pelos grupos conservadores que atuam no Congresso Nacional, com vista à manutenção de sua governabilidade, fazendo com que os governos petistas se abrissem a alianças com setores abertamente conservadores e perdessem a direção das mesmas.

Desse modo, as propostas oriundas do Congresso Nacional têm historicamente mantido o conservadorismo presente na política de drogas do país. No entanto, o que marca a diferença é que estas propostas conservadoras se reatualizam na medida em que resistem às mudanças e propõem como *novo* o antigo.

Na análise realizada das propostas do Legislativo federal no campo das drogas, Denadai (2015) observa que a entrada da temática na agenda se dá majoritariamente pela tentativa dos parlamentares mudarem normas aprovadas, permitindo o aumento das ações repressivas tanto sobre os usuários quanto para os sujeitos que cometem ações delituosas ligadas ao tráfico de drogas; além de pautar propostas de campanhas e ações educativas contra as drogas. Segundo a

autora, verifica-se o conteúdo moralista presente nos textos dos projetos, fundamentados na intolerância quanto à possibilidade de outras opções e visões em relação à substância da matéria.

Após a realização de uma abordagem geral, a autora seleciona os projetos de lei nº 7.663/2010¹⁰⁵ e nº 7.187/2014¹⁰⁶ para análise aprofundada. Essas propostas sinalizam a polarização de interesses em relação à temática da política sobre drogas no interior do Legislativo. Os dados levantados permitem verificar o avanço do conservadorismo, demonstrado no conteúdo das propostas sobre a temática, e o incremento das ações de caráter coercitivo. Ao mesmo tempo, constata-se, também, o aparecimento de projetos que sinalizam um debate mais progressista sobre o tema, como a descriminalização das drogas e a redução de danos.

Nesse sentido, a investigação localiza a política repressiva do Estado e a negação da liberdade do uso de drogas como uma demonstração da hegemonia conservadora, que vem sendo construída pela classe política, mas, também, segundo a autora, como uma clara demonstração da consolidação da hegemonia da *pequena política* nas esferas do poder, que fragiliza a participação social no âmbito do Congresso Nacional. Em síntese, a autora infere que o Congresso Nacional “se configura como um misto entre o Estado-coerção (na sua função legislativa, de regulação e coerção) e a sociedade civil (na sua função de representação política)” (Denadai, 2015, p. 46). Ela o caracteriza como um produto do Estado burguês legalista e representativo de classe, no qual o debate sobre projetos de lei para drogas é perpassado por interesses distintos de grupos sociais.

Denadai (2015) insere o debate da integralidade do Estado quando problematiza a dimensão contraditória da democracia, já que esta é simultaneamente uma necessidade e um limite do projeto emancipador da classe trabalhadora. De acordo com a autora, o maior desafio apresentado para a classe

¹⁰⁵ Altera as Leis nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas. Foi transformado na Lei Ordinária nº 13840/2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=483808>. Acesso em: 10 jun. 2021.

¹⁰⁶ Dispõe sobre o controle, a plantação, o cultivo, a colheita, a produção, a aquisição, o armazenamento, a comercialização e a distribuição de maconha (*cannabis sativa*) e seus derivados, e dá outras providências. Aguarda a criação da comissão especial pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606843>. Acesso em: 10 jun. 2021.

trabalhadora é compreender as suas organizações como classistas e revolucionárias. Contudo, para que isso seja possível, é preciso que esses sujeitos sociais desvinculem os espaços de organização do economicismo e do corporativismo, buscando integrar a prática econômica com a política.

A autora sinaliza que a reforma intelectual e moral das massas cria a base necessária para o domínio efetivo sobre a produção e a vida, e o mesmo encontra-se presente no processo de constituição do Poder Legislativo, em especial nas implicações para a efetivação da sua competência (representar os interesses da nação). Portanto, para que seja construída uma nova hegemonia no campo da política brasileira sobre drogas é preciso, na opinião da autora, que as ações políticas ultrapassem a esfera de atuação do Legislativo e seja consagrada uma *grande política* na ordem do dia. Caso contrário, argumenta, o Estado torna homogêneo o grupo dominante e tende a criar um conformismo social útil à linha de desenvolvimento do grupo dirigente.

Cabe destacar que é bastante conhecida a diferenciação que Antonio Gramsci propõe entre a pequena e a grande política. Como já citado anteriormente, para o pensador sardo a pequena política seria aquela do dia a dia, da intriga, das disputas parlamentares, dos corredores e dos bastidores; enquanto a grande política estaria ligada à fundação e conservação do Estado, à manutenção de determinadas estruturas econômico-sociais ou sua destruição.

Mônica Santos Barison (2015), na tese *Judicialização da questão social: um estudo a partir dos processos de interdição das pessoas com transtornos mentais*, elaborada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, analisa o protagonismo do Poder Judiciário no enfrentamento da questão social na cena contemporânea, a partir do estudo realizado nos processos de interdição civil das pessoas com transtornos mentais que tramitavam em uma das Varas de Família da Comarca de Volta Redonda, interior do Rio de Janeiro.

Nesse percurso, Barison parte do pensamento de Gramsci e da obra de Coutinho (1996) quando afirma que “encontramos o conceito de Estado Ampliado, que inclui a sociedade civil como parte que também constitui o próprio Estado. Ou seja, o Estado deveria ser concebido como a junção da sociedade política e a sociedade civil” (BARISON, 2015, p. 21), enquanto perspectiva teórica de análise.

Barison (2015) observa que a publicização da questão social na esfera pública, no bojo das lutas dos trabalhadores pelos direitos sociais, exigiu que o Estado construísse mecanismos de intervenção para o seu enfrentamento. Esse enfrentamento, historicamente, se traduziu essencialmente pela combinação de práticas que objetivavam a repressão e a punição e outras que intencionavam a

produção do consenso entre as classes sociais. De um lado, a repressão, a violência e a criminalização; e, de outro, o reconhecimento no plano legal dos direitos humanos e o desenho de políticas sociais cujas intencionalidades traduzem o próprio significado do Estado no marco da sociedade capitalista.

Nesse sentido, as funções do Estado devem ser compreendidas frente às conexões estabelecidas com a sociedade como um todo, relações estas forjadas por meio de alianças ou antagonismos que expressam os diferentes interesses dos diversos grupos que disputam a hegemonia. Nesse referencial gramsciano, a autora destaca que o Estado tem a função emanada da sociedade civil (de exercer a hegemonia – que é a produção do consenso entre as classes sociais) e também emanada da sociedade política (de exercer a coerção) para garantir sua dominação e legitimidade. Portanto, a classe social hegemônica controla a sociedade política e a sociedade civil por meio de mecanismos de coerção e consenso para garantir a aceitação, sobretudo da classe subalterna, de um determinado tipo de organização política e econômica (BARISON, 2015).

A última tese que compõem a temática Direito e Justiça é a de Celeste Anunciata Baptista Dias Moreira (2011), intitulada *Violência institucional: um estudo sobre a execução de medidas socioeducativas no Rio de Janeiro*, elaborada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ, que trata de questões relativas à socioeducação de adolescentes e a garantia de direitos desses jovens pelo Estado brasileiro.

Moreira (2011) observa as similaridades entre o sistema socioeducativo e as prisões – objeto de estudos recorrentes nas investigações sobre as relações de poder entre o Estado e a sociedade na garantia da ordem. Segundo a autora, antes do Código de Menores de 1927, as únicas formas de regular situações de infração em que crianças e adolescentes estavam envolvidos era através dos Códigos Penais. Esta herança, que parece ter sido rompida na forma da lei com a ampliação dos direitos, ainda expressa seus resquícios nas práticas sociais contemporâneas – que funcionam como resistência a um projeto cuja direção é um modelo de democracia participativa.

Nesse sentido, os distanciamentos e aproximações entre o sistema prisional e o sistema socioeducativo serão um tema transversal a ser debatido no curso da produção que trata da violência perpetrada por agentes do Estado durante a execução de medida socioeducativa entre os anos de 2005 e 2007 no Rio de Janeiro.

O estudo de Moreira (2011) busca elucidar o significado da prisão, como referência ideológica para os trabalhadores da socioeducação, haja vista a

persistência de situações de violação de direitos nas práticas institucionais destas duas estruturas. Assim, fez parte dos esforços empregados na elaboração da tese compreender os mecanismos de punição presentes neste contexto.

A autora parte dos aspectos coercitivos e consensuais, reconhecidamente inseridos no conceito de sociedade política em Gramsci. Recorrendo ao volume três dos *Cadernos do Cárcere* (2016) e ao texto *Os intelectuais e a organização da cultura* (1968), a autora indica que as relações de poder entre classes, numa perspectiva de Estado integral, apontam para a identificação de mecanismos coercitivos e consensuais difundidos na sociedade civil e expressos na vontade geral da sociedade através da hegemonia.

Segundo Moreira (2011), a compreensão da hegemonia parte da concepção de que tal categoria, pela direção predominante dada à ordem econômica, política e ideológica, será sustentada por uma determinada classe e reproduzida a partir de relações consentidas ou coercitivas, resultando na manutenção de um padrão de concepção de mundo. Todavia, tal processo não é impeditivo da produção e reprodução de outras referências no campo da política e da cultura para os sujeitos. Desse modo, as possibilidades de assegurar a manutenção da ordem passam por movimentos de reação às estratégias populares de transformar a sociedade e de propiciar a renovação do contexto vigente, através de mecanismos de alteração da realidade que se expressam na absorção de demandas sociais.

Parafraseando Coutinho, a autora destaca que “os direitos têm sempre uma primeira expressão na forma de expectativas de direitos, ou seja, de demandas que são formuladas, em dado momento histórico determinado, por classes e grupos sociais” (Moreira, 2011, p. 54). Portanto, segundo a autora, na perspectiva de Gramsci a sociedade civil é uma esfera em que os grupos e classes sociais se organizam e disputam interesses com a finalidade de transformação ou conservação de um projeto de sociedade hegemônico. Através da formação das instituições, como escolas, igrejas, partidos, sindicatos e diversas associações do mesmo gênero, são produzidos valores e ideologias. Por meio deles, esses sujeitos coletivos participam e se expressam culturalmente. Desse modo, é possível afirmar que a sociedade é repleta de manifestações de poder reveladas por ideologias que representam o pensamento dos segmentos dirigentes, cujo poder é predominante na sociedade. Além disso, sofre os embates promovidos por outros sujeitos que também se organizam e têm produção ideológica no sentido de modificar e interferir nos padrões hegemônicos vigentes.

Dessa maneira, Moreira (2011) observa que a construção de uma hegemonia que reconheça a vontade coletiva, principalmente dos segmentos

populares, na organização política dos sujeitos, faz parte da transformação da realidade. Um processo de organização e resistência das classes subalternas no sentido de constituir um pensamento dominante e necessário à produção de valores, com vistas a alcançar direção ético-política.

4.3.3.

Eixo: Participação e Controle Social

O eixo Participação e Controle Social agrupou quatro (4) teses que versaram sobre a relação Estado e sociedade civil nas instâncias de participação e controle social. É oportuno destacar que, do ponto de vista político, foi na década de 1980 que se avançou na conquista desse direito. A partir da Constituição Federal de 1988, o cidadão brasileiro adquiriu o direito (ao menos do ponto de vista formal) de se tornar parte da vida pública, de decidir, de partilhar o poder e de influenciar a decisão da política em âmbito local, estadual e federal. Nesse período, princípios básicos foram implementados por meio da descentralização político-administrativa associada à municipalização, à universalização do atendimento e à participação da população na implementação de políticas públicas. Essas três diretrizes revelariam a possibilidade de se constituir uma esfera pública democrática e a prática participativa no país.

Contudo, se os anos 1980 representam o advento de uma possível sociedade mais democrática – na qual é estimulada uma cidadania participativa nos espaços das conferências, dos conselhos de direitos e de defesa, de modo paritário, propositivo, deliberativo, consultivo e fiscalizador nos entes da federação brasileira, além da implementação dos orçamentos participativos que rapidamente se tornaram sinônimo de boa gestão –, nos anos 1990, com a supremacia do neoliberalismo, surgem múltiplas experiências participativas que entram em disputa pela hegemonia na política. É também nos anos 1990 que a participação deixa de ser um confronto ao Estado para se caracterizar como *participação negociada*¹⁰⁷ na disputa entre projetos distintos, em processo de cogestão entre o Estado e a sociedade civil, nesses espaços públicos.

Esse breve preâmbulo visa elucidar que as teses analisadas neste item refletem, em sua essência, o contexto do processo de democratização no país, a relação entre Estado e sociedade civil, bem como avanços e desafios que ainda reservavam essas instâncias de participação e controle social no período

¹⁰⁷ Sobre esse debate ver Neves (2008).

analisado. E, em especial, os antagonismos presentes nos conselhos do idoso, da saúde, da educação e da cidade, delineando, assim, uma questão em torno do que se entende como participação e democracia no Brasil.

Desse modo, os(as) autores(as) das quatro teses aqui analisadas destacaram, de modo direto, os aspectos repressivo e coercitivo que envolvem o processo de participação e controle social no Brasil, buscando na perspectiva gramsciana uma chave interpretativa dos antagonismos estruturais que envolvem tais instâncias de participação e controle, bem como os parâmetros em que é elaborado o consenso nesses espaços.

O trabalho intitulado *Hegemonia e Conselho do Idoso: Relações entre Estado e sociedade civil em um perspectiva gramsciana*, elaborado por Cristiane Cinat (2016) no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp/Franca, parte do conceito de hegemonia desenvolvido por Gramsci para analisar as mediações ocorridas no Conselho Estadual do Idoso de São Paulo (CEI/SP). De acordo com a autora, um campo permeado por tensões, contradições e disputa entre projetos societários.

A investigação, que conta com a observação das ações desenvolvidas pelo CEI/SP pela pesquisadora, foi desenvolvida em período muito propício para o estudo, quando ocorreram as duas primeiras Conferências Nacionais dos Direitos da Pessoa Idosa¹⁰⁸.

Cinat (2016) informa que o CEI/SP foi observado enquanto espaço privilegiado de relações entre a sociedade civil e o Estado, possibilitando capturar as demandas e expressões da população idosa na interlocução com o poder governamental, com vistas a inscrever, normativamente, garantias e direitos tanto na esfera estadual como nas discussões e encaminhamentos federais por meio das Conferências.

A autora desenvolve uma análise do material produzido pelo Conselho – como atas, relatórios e deliberações –, além da observação das reuniões ordinárias e entrevistas com os conselheiros, tanto representantes da administração pública quanto da sociedade civil.

Cinat (2016) entende o Estado burguês enquanto expressão da classe burguesa. Apoiada nas leituras que Mendonça (2014), Nogueira (1998) e Coutinho (2011) fazem sobre o conceito de Estado integral em Gramsci, Cinat destaca a contribuição do pensador sardo quando ele institui uma nova forma de concepção das relações políticas com tal construção, forma essa que supera a visão de

¹⁰⁸ A primeira ocorreu em 2006 e a segunda em 2009. As demais ocorreram em 2011 (terceira), em 2016 (quarta) e em 2021 (quinta).

Estado como um ente específico de determinado grupo ou fração de classe. Considera, assim, que com tal ideia Gramsci visava representar uma expressão universal de toda a sociedade, incorporando até mesmo as demandas e interesses dos grupos subalternos. Essa perspectiva permitiu à autora elementos para desenvolver argumentos que justificam a centralidade dessa discussão para o exercício político, bem como para compreender a democracia enquanto projeto societário.

Cinat (2016) percebe que o CEI/SP tem relevância enquanto instrumento de consolidação democrática, haja vista seu alcance junto à base popular que representa e sua capacidade organizativa para encaminhar propostas ao executivo/legislativo estadual e federal, como ocorreu nas Conferências examinadas pela referida autora. Mas, por outro lado, esbarra em limites que, por vezes, esvaziam e restringem esse potencial, sem conseguir tensionar ou incidir nas correlações de forças dadas nas relações cotidianas de construção e transformação social, ou seja, “na capacidade de alargar seu exercício político para além da delimitação do próprio Conselho” (CINAT, 2016 p. 16).

A tese de Clarete Terezinha Nespolo de David (2014), intitulada *A participação política dos atores coletivos do campo popular no movimento de reforma na saúde do Rio Grande do Sul*, elaborada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, realiza um debate acerca da sociedade civil e do Estado, no âmbito do movimento popular pela reforma do setor saúde.

A tese trata da construção do direito à saúde com participação social a partir da ênfase dada à leitura dialética da história das políticas públicas de saúde no Brasil, com base na concepção do movimento sanitário, em um contexto de reformas do Estado e de construção do projeto democrático popular.

O objetivo da investigação é analisar como se materializa o debate do Sistema Único de Saúde (SUS), enquanto modelo de atenção universal, nos espaços públicos, a partir da participação política dos atores coletivos do campo popular no movimento de reformas, buscando responder a seguinte questão: que participação política pode ter produzido a saúde como direito social? E como se conformam os espaços públicos no desenho institucional da saúde no Rio Grande do Sul?

A proposta de investigação contou com a análise documental das Resoluções do Conselho Estadual de Saúde e dos Relatórios das Conferências e dos Planos Estaduais de Saúde do Rio Grande do Sul, além de quatorze (14)

sujeitos sociais¹⁰⁹ indicados a partir da técnica da *bola de neve*¹¹⁰, via narrativa oral temática, os quais contribuíram explicitando as principais estratégias, as articulações, as mobilizações e a educação política nesse processo.

Para essa análise, a autora, utilizando a perspectiva gramsciana, parte da concepção que a sociedade civil é “portadora material da figura social da hegemonia enquanto esfera de mediação entre a infraestrutura econômica e o Estado em sentido restrito (governo) e, nesse contexto, as demandas são transformadas em políticas públicas” (David, 2014, p. 18).

A questão da participação social é “baseada no aparato teórico de Gramsci, parte da contradição de classe visualizando os Conselhos como arena de conflitos, em que grupos diferentes estão em disputa. Nessa perspectiva, o consenso implica dissenso e contradição” (op. cit., p. 32). A autora destaca a distinção que Gramsci faz entre a sociedade política (governo), que assume, via aparelho jurídico de comando à repressão, a dimensão coercitiva em busca da legitimidade, e a sociedade civil, seu aparelho de hegemonia, que é o lugar do consenso, quando destaca o papel dos intelectuais no exercício do consenso e na coerção estatal, que assegura legalmente a disciplina de grupos que não consentem.

Ainda segundo David (2014), as relações do ser social, econômico e político são mediadas pela sociedade civil, que produz a socialização política dos sujeitos coletivos. Esta é determinada pelo contexto histórico e pelas organizações, cuja finalidade é a elaboração e difusão das ideologias. Além disso, é a ideologia hegemônica que organiza uma nova eticidade enquanto espaço contra-hegemônico de lutas pela produção da cultura.

Os resultados apresentados na tese indicam que o movimento, ou os movimentos, em defesa do direito à saúde e da instituição do SUS podem ser divididos em três fases: a primeira ocorreu em fins dos anos 1970 e início dos

¹⁰⁹ Esses atores estão identificados com o movimento sindical (Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul – Fetag/RS, Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores, CUT, Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar Pinhalzinho e Região – Fetraf/Sul, Sindicato dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul – Sindsepe/RS, Sindicato dos Farmacêuticos do Rio Grande do Sul – Sindfarm/RS e CUT/RS), com o movimento comunitário (Federação Riograndense de Associações Comunitárias e Moradores de Bairros – Fracab), bem como com ONGs (Centro de Assessoria Multiprofissional – CAMP/RS, Centro de Educação e Assessoramento Popular – Ceap/RS), movimentos sociais (MMC/RS e Fórum de Saúde Mental), a igreja (Comunidades Eclesiais de Base – CEBs), além da representação profissional (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS) e segmentos da Federação dos Hospitais Filantrópicos do Rio Grande do Sul.

¹¹⁰ A amostra por bola de neve ou *snowball sampling* é uma técnica de amostragem não probabilística segundo a qual os indivíduos selecionados, para serem estudados, convidam novos participantes da sua rede de amigos e conhecidos. Essa técnica é muito utilizada quando se busca agrupar indivíduos e favorecer seu contato social.

anos de 1980. Nesse período, a agenda política mobilizadora dos movimentos sociais era a construção e a garantia de direitos na perspectiva da seguridade social, terra, trabalho e acesso à saúde.

Nos espaços públicos a luta era pela autonomia em relação às estruturas tradicionais. E as estratégias utilizadas pelos atores coletivos foram a organização de base, a mobilização, a articulação e a formação política. Tratam-se de ferramentas potencializadas pela estratégia da educação popular, via núcleos de base, dos grupos de discussão, das comissões de saúde e, ainda, dos seminários e dos congressos. É um movimento que tanto forma seus dirigentes quanto disputa espaços na sociedade.

Na segunda fase, já no contexto dos anos 1990, constata-se, segundo a autora, de um lado, um movimento de democratização política, com regulamentação de direitos via legislação, nova concepção de saúde com participação nos espaços públicos, tendo como particularidades a descentralização do Conselho Estadual de Saúde no Rio Grande do Sul e, de outro, um contexto de reformas do Estado com o avanço do neoliberalismo, com refluxo dos movimentos sociais e resistência propositiva nos espaços públicos, centralidade na gestão, aliados ao avanço do “projeto privatista” (David, 2014).

E uma terceira fase tem início em 2003, com ênfase no modelo de desenvolvimento nacional. No Rio Grande do Sul, porém, aprofunda-se a crise na saúde, e percebe-se o avanço das Fundações Públicas de Direito Privado e a crescente perda de poder deliberativo dos Conselhos de Saúde. Surgem novos movimentos de resistência, trazendo para o cenário algumas lutas históricas, a “representação política”, a “participação direta”, a “representatividade” e, ainda, questões como qualidade e acesso a ações e serviços de saúde, dentre outras, conforme indica a referida autora.

Loiva Mara de Oliveira Machado (2013), em *Sociedade civil e esfera pública: a participação social em debate* desenvolve o tema do controle social na tese elaborada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, tendo por objetivo

problematizar como se configuram as relações entre sociedade civil e sociedade política no âmbito da educação não-formal, mobilização e controle social, junto à esfera pública, no período de 2002 a 2012. Esta se traduz como locus importante para o exercício da participação social (Machado, 2013, p. 10).

A investigação, de natureza qualitativa, apoiou-se em um conjunto de referenciais teóricos relacionados às categorias teóricas centrais, quais sejam: esfera pública, política social, participação social, educação não formal,

mobilização social e controle social, oriundas de matrizes críticas do pensamento social, particularmente da área das Ciências Sociais Aplicadas (Direito, Sociologia, Educação e Serviço Social). Desses conceitos trabalhados pela autora, destaca-se o de *esfera pública* que, segundo a própria, “traduz-se como locus de participação da sociedade civil e sociedade política” (Machado, 2013, p. 20), além do conceito de *controle social democrático*, que se constitui como processo de participação da sociedade civil organizada, com vistas a intervir na gestão pública e se viabiliza de forma coletiva através da formulação, deliberação, gerenciamento financeiro, acompanhamento da execução e avaliação de políticas públicas. O efetivo controle social supõe a articulação entre espaços institucionalizados e não institucionalizados de participação.

Os resultados obtidos na investigação indicam que a educação não formal está voltada a um modelo de educação permanente, que tem raízes na metodologia da educação popular. Sua materialização ocorre através de processos educativos construídos de forma coletiva, democrática e participativa pelos sujeitos envolvidos, nos territórios onde estão inseridos; a mobilização social configura-se como processo permanente de organização e articulação de diferentes sujeitos sociais, em torno de objetivos comuns, mirando a mudança da realidade em que se encontram; o controle social se constitui como processo de participação da sociedade civil organizada, com vistas a intervir na gestão pública. Viabiliza-se de forma coletiva, através da formulação, deliberação, gerenciamento financeiro, acompanhamento da execução e avaliação de políticas públicas.

O efetivo controle social supõe a articulação entre espaços institucionalizados e não institucionalizados de participação. Verificou-se também, na leitura da tese em epígrafe, que a participação social se constitui como processo coletivo de exercício da democracia participativa. Busca-se, assim, fortalecer a capacidade de incidência política dos sujeitos envolvidos nos processos decisórios, junto à esfera pública, com vistas à garantia e ampliação de direitos e de políticas públicas.

Diante do exposto, a conclusão desse estudo nos remete à emergência da seguinte tese: a participação da sociedade civil na constituição da esfera pública integra o complexo, contraditório e fecundo processo de democratização, que se traduz na disputa por um modelo de Estado. Nesse processo, a incidência dessa participação vem se efetivando nos espaços institucionalizados e não institucionalizados, a partir de múltiplos territórios, organizações, sujeitos e experiências que traduzem interesses de classe.

Logo, pode fortalecer a constituição dessa sociedade civil como sociedade política, com potencialidade para a construção contra-hegemônica de outro projeto societário. Isto permitiria a superação do projeto vigente, que reduz essa participação à função complementar na execução das políticas sociais públicas.

Ainda nesse conjunto de teses que compõem o eixo temático Participação e Controle Social, *Poder local, cidadania e participação popular no município de Maricá: uma análise crítica das “regras do jogo”* é o título da tese de Andreia de Souza Carvalho (2012), elaborada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Uerj e que tem como “pano de fundo as especificidades da formação social brasileira e as determinações estruturais resultantes da mundialização do capital” (Carvalho, 2012, p. 8).

A autora assevera que as possibilidades de participação democrática “[...] diante de suas múltiplas determinações limitadoras, significa procurar no campo do rigor teórico os rumos possíveis de disputa por um novo projeto societário, [...] entre o *pessimismo da razão* e o *otimismo da vontade*” (op. cit., p. 18).

No quadro teórico-metodológico, a pesquisadora utiliza as “categorias teóricas contidas no trabalho de Antonio Gramsci, nos *Cadernos do Cárcere* [...], principalmente no que tange aos conceitos de sociedade civil, Estado ampliado e hegemonia” (op. cit., p. 33).

O termo participação popular atinente ao estudo realizado por Carvalho (2012) refere-se à criação ou ampliação de canais institucionais para a intervenção da população no controle social ou na construção do debate orçamentário nas cidades, que exigem estratégias políticas que são absolutamente fundamentais para a construção de uma nova sociedade, pautada em princípios radicalmente democráticos. As contradições e as possibilidades da luta pelo direito à cidade, frente à ampliação e mercantilização do espaço e a tradição clientelista na cidade de Maricá, no Rio de Janeiro, foram os desafios propostos na sua tese.

Com base na leitura atenta das teses examinadas e diante dos argumentos até agora apresentados, não se observou nenhuma análise que tenha pensado a concepção de sociedade civil gramsciana que sugira uma hipótese de separação entre Estado e sociedade civil. É importante lembrar que, partindo de Marx, Gramsci situa a sociedade civil no âmbito da superestrutura, compreendendo-a como o conjunto das organizações ou aparelhos privados de hegemonia responsáveis pela elaboração ou difusão das ideologias, compreendendo em seu interior os partidos políticos, os sindicatos, os movimentos sociais, as Igrejas, o sistema escolar e o sistema de comunicação em geral.

No próximo eixo de análise são apresentadas as teses que tiveram como estudo questões relacionadas a políticas públicas.

4.3.4.

Eixo: Políticas Públicas

A tese de Giselli Caetano dos Santos (2014), intitulada *A dimensão social da AIDS: avanços e retrocessos da política de enfrentamento na particularidade de Pernambuco*, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE, tem como fio condutor as noções de direitos e necessidades sociais materializadas a partir das políticas sociais, entendendo-se que políticas sociais são decorrentes das correlações de forças que se estabelecem no âmbito do Estado ampliado, conforme a concepção de Estado de Gramsci (Santos, 2014, p. 5). Ou seja, seguindo a fundamentação do texto *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno* (1978), presente no volume três dos *Cadernos*, a autora trabalha a ideia do Estado classista e representante dos interesses dos grupos e classes sociais, entendendo a sociedade civil como espaço de lutas de classes, nos quais os grupos sociais defendem os seus projetos de sociedade.

Santos (2014) parte do pressuposto de que saúde é muito mais que ausência de doença e envolve as determinações sociais da saúde, indicando que enfrentar uma epidemia exige respostas para além da medicina curativa ou modelo biomédico. No caso da AIDS (sigla em português para Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – *Acquired Immunodeficiency Syndrome*, em inglês), a resposta brasileira à epidemia tem se materializado, desde os anos 1980, conforme aponta a autora, para uma articulação entre Estado e sociedade na construção de um conjunto de ações que tem por objetivo reduzir a disseminação da doença e garantir o tratamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Com recursos metodológicos para o alcance dos objetivos propostos, o estudo foi norteado por uma abordagem que articulou o método quantitativo e qualitativo, com utilização de dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, dados sobre AIDS do Departamento de Informática do SUS (Datapus), livro de registro de atendimentos do Serviço Social no ambulatório do Hospital Correia Picano (HCP), ficha social de internamentos do HCP, levantamento dos serviços de saúde implementados em Pernambuco para enfrentamento da AIDS, análise documental da política de

enfrentamento da epidemia, e de quatro relatórios sobre a resposta brasileira à AIDS.

Conforme Santos (2014), os resultados da investigação indicam que o enfrentamento da AIDS tem ênfase na saúde curativa, mas também possui interfaces com as determinações sociais, mas essas interfaces não são institucionalizadas ou pensadas no contexto oficial de resposta à epidemia e, sim, construídas a partir da práxis cotidiana na luta pela garantia dos direitos sociais, e têm como atores as organizações da sociedade civil, as pessoas vivendo com AIDS (reunidas em organizações, redes e fóruns ou mesmo individualmente, quando lutam por acesso aos direitos sociais) e os profissionais que trabalham junto aos pacientes e buscam identificar na rede de saúde a possibilidade de acesso, bem como orientam e esclarecem sobre os direitos sociais. Nesse sentido, essas interfaces são possibilidades de acesso à proteção social e estão vinculadas ao estado avançado da doença, operacionalizando, assim, uma focalização do problema.

Do ponto de vista da saúde curativa, vem sendo garantido o acesso universal às medicações e serviços de referência. Sendo assim, enquanto se avança no direito universal ao atendimento médico e medicamentoso, permitindo o acesso ao setor da saúde, se retrocede na garantia plena da proteção social, focalizando-se as ações voltadas às determinações sociais da saúde.

Nessa investigação, a partir do conceito de Estado integral, Santos permite aprofundar as correlações de forças que se estabelecem na luta pela garantia dos direitos sociais, pois é no âmbito do Estado integral, que envolve sociedade política e sociedade civil organizada, que se estabelecem respostas às demandas sociais, e se confrontam os interesses de classes, bem como a necessidade da sociedade política em se legitimar:

O Estado concebido em um conceito ampliado como apontado por Gramsci permite a compreensão das correlações de forças que se estabelecem na construção dos direitos sociais, bem como sua efetivação, pois a discussão da garantia dos direitos sociais públicos e universais, que contemplem toda a sociedade ou que sejam focalizados nas piores mazelas, é reflexo das lutas que se estabelecem no âmbito do Estado ampliado. Essas correlações de forças se estabelecem em uma luta desigual, uma vez que a classe hegemônica, ou seja, a classe que detém o poder político, econômico e cultural consegue mais influência na sociedade política. (Santos, 2014, p. 47).

Nessa perspectiva, segundo Santos (2014), a luta por direitos se configura em um embate direto entre capital e trabalho. Hoje, tal conflito é nivelado pela luta que se processa na esfera do Estado integral, quando as duas classes fundamentais buscam garantir seus interesses, que são antagônicos.

De acordo com a autora, historicamente a classe capitalista foi transferindo para o Estado (sociedade política) a responsabilidade de garantir direitos. O salário deveria garantir aos(as) trabalhadores(as) e sua família educação, alimentação, habitação, lazer, saúde, entre outros. Porém, quem oferta esses serviços é o Estado, ou seja, quem não pode comprar os serviços sociais no mercado utiliza os serviços do Estado que são pagos, em boa parte, com os impostos dos(as) trabalhadores(as). Isso significa, conforme Santos (2014), que o Estado repassa aos(as) trabalhadores(as) o dever de custear os serviços e ações que utilizam ou não, através do pagamento dos impostos.

Nessa perspectiva, a luta da classe trabalhadora e subalterna para garantir a saúde como direito universal situa-se, também, no âmbito das relações de poder e do enfrentamento do projeto hegemônico de privatização da saúde através da mercantilização dos serviços. Assim, é imprescindível o fortalecimento da luta social para o confronto com a classe dominante na correlação de forças que se estabelece no âmbito do Estado integral.

Desse modo, segundo Santos (2014), assim como a assistência social, que tem o entrave de romper com a cultura do favor, da caridade e do assistencialismo, a saúde enfrenta entraves referentes à prevalência da medicina curativa. Romper com essa herança histórica é um processo gradual e necessário no âmbito do Estado integral.

Debate também presente na tese *Mudar para permanecer? História, cultura política e Assistência Social em Duque de Caxias/RJ*, elaborada por Marcio Eduardo Brotto (2012), no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, que reflete sobre a implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e, por conseguinte, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Duque de Caxias-RJ, levando em consideração a história e as expressões da cultura política local (Brotto, 2012, p. 55). Para o autor, existe um campo de correlações de forças na perspectiva da sociedade civil em Gramsci, ou seja, a sociedade civil é um “espaço de disputas, mas onde se pode dar a organização das massas populares livres e democraticamente organizadas – que contribuem para que se estabeleçam as bases da hegemonia e do consenso” (op. cit., p. 55).

Nessa perspectiva, e com base no pensamento de Gramsci, o referido autor considera a sociedade civil uma importante arena de lutas de classes. Por essa razão, é a esfera que resulta da socialização da política e faz parte do Estado, em seu sentido amplo. Brotto destaca a leitura de Gramsci sobre o Estado integral como essência de qualquer projeto de emancipação política das classes

populares e a ideia do fortalecimento da sociedade civil e sua compreensão como terreno privilegiado da luta político-cultural.

Em sua análise, o autor considera a história e as expressões da cultura política local. Para tanto, parte do pressuposto de que, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, as políticas sociais brasileiras foram, paulatinamente, fundamentadas em uma perspectiva democrática, na condição de garantidoras de direitos sociais. Apesar de administrativamente descentralizadas em sua execução, essas políticas ainda se encontram submetidas a uma espécie de “centralidade federal”, uma vez que o Poder Executivo Federal determina as diretrizes nacionais a serem seguidas em sua execução pelos municípios. Por outro lado, considera que a autonomia constitucional dada aos municípios permite que as diretrizes nacionais sejam reestruturadas de forma a garantir que a sua implementação ocorra de acordo com as realidades locais.

Desse modo, o cumprimento dessas diretrizes nacionais é frequentemente influenciado pela trajetória histórica local e seu modo de fazer política, configurados, no caso de Duque de Caxias, na permanência de práticas que tornam visíveis os traços da cultura política conservadora, pautada numa lógica de mando e subserviência. O município de Duque de Caxias foi eleito como campo de estudo e pesquisa tendo em vista as suas características contraditórias pautadas, de um lado, no elevado padrão de arrecadação tributária, por reflexo da industrialização local, e de outro, pelos elevados índices de desigualdade social, refletidos na significativa precariedade do padrão de vida de sua população. O estudo abordou essas contradições, que decorrem do processo histórico de formação do município e são explicitadas por intermédio de práticas permeadas pelo autoritarismo, assistencialismo, clientelismo e pela cultura do medo, que se perpetuam e agem sob novas configurações na atual execução da política de Assistência Social, pautada em uma perspectiva democrática liberal.

Martha Daniella Tenório de Oliveira (2014), na tese *A implementação e execução da Política de AS na perspectiva do direito: experiência de Maceió (AL)*, elaborada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE, analisa

particularmente o plano municipal de assistência social no período de 2010-2013 e a gestão local, os planos e relatórios das entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) da cidade de Maceió, objetivando identificar a estruturação e a organização dos serviços socioassistenciais (Oliveira, 2014, p. 8).

O estudo versa sobre a implementação e execução da política de Assistência Social na perspectiva do direito, problematizando a atuação do conselho municipal e sua relação com a rede socioassistencial, no sentido da viabilização da assistência social enquanto direito através do incentivo e a sensibilização de uma nova perspectiva que potencialize mudanças nos valores e nas práticas das instituições prestadoras de serviços, consolidando de fato e de direito o princípio da universalização das proteções sociais.

Segundo a autora, não se trata de mais uma competência, porém de um pressuposto do desempenho desses conselhos, orientados para a descentralização, a participação e a intersetorialidade das ações assistenciais, sem prejuízo de sua capacidade de abertura ao pluralismo democrático. Oliveira (2014) traz para o debate a função pedagógica que essas instâncias de participação podem materializar, por meio dos efeitos das suas ações, potencializando o trabalho/ação em rede pela capacidade que têm de influenciar na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nesse processo.

O estudo analisa particularmente o Plano Municipal de Assistência Social de Maceió no período de 2010 a 2013 e a gestão local, os planos e relatórios das entidades inscritas no CMAS, objetivando identificar a estruturação e a organização dos serviços socioassistenciais. A pesquisa, de natureza qualitativa, de base bibliográfica, documental e etnográfica, permitiu identificar que em Maceió a rede socioassistencial existe, mas o trabalho em rede encontra dificuldades, fragilizações e contradições; a prestação de serviços ocorre de forma isolada; e compete à Secretaria Municipal de Assistência Social a construção da rede socioassistencial e a ação em rede.

A autora sublinha que, “para compreender a relação que se estabelece entre Estado e sociedade e suas implicações nas políticas sociais e o acesso aos direitos, esta pesquisa se fundamentou no referencial teórico de Antonio Gramsci” (Oliveira, 2014, p. 18).

Para tanto, utilizou a edição brasileira dos *Cadernos do Cárcere* e os exemplares da edição crítica de Gerratana, *Quaderni del carcere* (2014c); *Concepção Dialética da História* (1991) e *Maquiavel, a política e o Estado moderno* (1978), além do artigo pré-carcerário *La costruzione del partito comunista* (1971). A partir de uma leitura direcionada dessas e, em especial de Coutinho (1996) e Semeraro (2006), Oliveira destaca que:

A ampliação do conceito de Estado emerge da necessidade da percepção da “centralidade da política”. É importante esclarecer que essa determinação da centralidade política em Gramsci não implica considerar uma dimensão politicista e

desconsiderar a dimensão econômica. A dimensão política em Gramsci, entretanto, vai além da esfera econômica, pois esta não abarca todos os meandros da totalidade social. A noção gramsciana de Estado não o coloca apenas em sua expressão meramente repressiva. Em Gramsci, “[...] por Estado deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho “privado” de hegemonia ou sociedade civil” (2000, p. 255, vol. 1). É assim que a teoria gramsciana chega a uma noção ampliada de Estado. (Oliveira, 2014, p. 27).

Segundo a autora, as análises de Gramsci implicam na ampliação da noção do Estado restrito, considerado como uma dimensão meramente coercitiva. A esse aspecto, de acordo com Oliveira, Gramsci agrega a noção da sociedade civil como uma esfera supraestrutural, representando um espaço onde se busca a hegemonia, o que expõe novas formas de resistência formuladas pelas classes subalternas que, precisamente, indicam o conjunto das instituições responsáveis pela representação dos interesses de diferentes grupos sociais, bem como pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos e de ideologias.

O pensamento de Gramsci, conforme Oliveira (2014), pauta-se por uma perspectiva que destaca os elementos da cultura e da política, os quais não são os reinos absolutos onde se realiza a liberdade. A democracia é, assim, vista não como um instrumento ou como um valor universal, mas como parte de um processo político que implica uma crítica radical a toda a lógica de produção e reprodução da sociedade capitalista.

É este processo de crítica que resultará na organização de uma nova visão de mundo fundada numa prática democrática, não da igualdade por si só, mas da liberdade que só pode ser pensada se estendida às relações de poder e de forças, porque o poder não se trata de uma coisa, mas de relações. Considera, ainda, que a modificação das relações de forças deve partir de uma situação econômica objetiva, mas jamais deter-se nela, passando para um plano político geral; é nessa especificidade (política) que se coloca o problema do alcance da hegemonia, e é no terreno da batalha cultural que se adquire consciência própria. As lutas populares se fazem presentes, concomitantemente, na sociedade civil, entendida como arena de conflitos, através dos aparelhos privados de hegemonia, que a autora utiliza para pensar seu objeto de estudo.

A tese de Miriam Fátima Reis (2011), intitulada *Benefício de prestação continuada: desafios e questões atuais*, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Uerj, “busca refletir sobre as características e o significado do Benefício de Prestação Continuada (BPC) como componente da política de Assistência Social” (Reis, 2011, p. 6).

Esse benefício constitui o principal direito da política da Assistência Social, pois é o único previsto constitucionalmente, e garante a transferência mensal de

1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, e que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família, cuja renda mensal familiar seja inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo por pessoa.

O trabalho de Reis (2011) analisa as mudanças propostas, os resultados alcançados e os desafios que se colocam para o BPC no município do Rio de Janeiro em face das novas perspectivas apresentadas para este benefício a partir de 2005¹¹¹, pelo SUAS, e, posteriormente, pelo Decreto nº 6.214/2007¹¹². O estudo revela, entre outros aspectos, que apesar do intenso movimento, em termos de proposições, que se processa na esfera federal da política de Assistência Social, com vistas a encaminhar as mudanças previstas para o BPC, este esforço não tem o respaldo político necessário que dê impulso a essas propostas e crie condições efetivas para se materializarem, principalmente na esfera federal, na qual a política, de fato, se concretiza. Na realidade, segundo a autora, essa situação reflete o histórico distanciamento da Assistência Social em relação a esse benefício, que apesar de ter sido fundamental para a institucionalização dessa política como uma das áreas componentes da Seguridade Social, continua, na atualidade, a não ter uma real identidade com a Assistência Social.

A partir do texto *Obras escolhidas*, de Antonio Gramsci (1978), Reis destaca que a hegemonia é concebida como direção e domínio, coerção e consenso, constituindo um processo que se efetiva no interior da luta de classes. E afirma que “a concepção gramsciana dá ainda um enorme passo adiante na compreensão da dinâmica da luta de classes e das formas de constituição e transformação do poder político, através da possibilidade de construção do movimento de ‘contra-hegemonia’” (op. cit., p. 23).

Desse modo, a hegemonia não se encontra limitada às relações de dominação e exploração presentes no nível econômico, pois ela, segundo a

¹¹¹ Na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS) “esse benefício compõe o nível de proteção social básica” (CNAS, 2005, p.20). A NOB-Suas foi instituída pela Resolução nº 130, de 15 de junho de 2005, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Posteriormente foi alterada pela Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf>. Acesso em: 17 set. 2021.

¹¹² Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6214.htm>. Acesso em: 17 set. 2021.

análise da referida autora, é também perpassada pelos elementos constitutivos da cultura e da ideologia, que constroem a direção intelectual e moral. No entanto:

A ideia de consenso, de direção, não deve remeter ao entendimento de uma “neutralidade idealista da função estatal” ou a um estado de “harmonia” entre as classes sociais. O sentido gramsciano de equilíbrio define uma correlação de forças contraditórias. Assim, a hegemonia deve ser entendida no contexto do estado capitalista, com seus antagonismos e seus limites de democracia. (Reis, 2011, p. 23).

Reis compreende que, “ao atribuir novas determinações à relação entre a infraestrutura econômica, a base material, onde se dão as relações de produção e a superestrutura jurídica e política, Gramsci reafirma o papel fundamental da economia” (Fleury, 1994 apud Reis, 2011, p. 23). Para a autora, Gramsci não cai no “economicismo vulgar”, pois amplia o conceito de Estado, dando imensurável contribuição para a compreensão da dinâmica da luta de classes e das formas de constituição e transformação do poder político, através da possibilidade de construção do movimento de contra-hegemonia dos grupos subalternos (Fleury, 1994 apud Reis, 2011, p. 24).

Observa-se, a partir da análise das teses selecionadas, no que concerne aos usos da integralidade do Estado em Gramsci, que todas tomam como fio condutor as correlações de forças que se estabelecem no âmbito do Estado integral, conforme a concepção de Estado de Gramsci. É possível afirmar que os(as) autores(as), embora reconheçam que sociedade política e sociedade civil são duas categorias interligadas, bem como coerção e consenso, não deixaram de identificar os antagonismos estruturais e a necessidade de estratégias revolucionárias inovadoras.

5 Conclusão

No planejamento e encaminhamento desta pesquisa dois objetivos foram centrais: o primeiro remetia à identificação das leituras de Gramsci atualmente realizadas nas teses do Serviço Social brasileiro, quando é utilizado o conceito gramsciano de Estado integral; o segundo propunha compreender em que medida o encontro de Gramsci com contextos e culturas distintas dos de sua origem possibilitou não só a tarefa da tradução do marxismo pela periferia quanto a criação de novos projetos políticos.

A análise das quatorze (14) teses da área de Serviço Social, as quais foram localizadas nos repositórios digitais da PUC-Rio, PUCRS, Uerj, UFRJ, UFPE e Unesp-Franca, defendidas entre os anos de 2006 e 2016, exclusivamente por assistentes sociais que utilizaram a categoria Estado integral como principal referencial teórico e/ou orientador do estudo elaborado, possibilitou responder aos dois objetivos inicialmente propostos.

Também é importante observar que nessas primeiras duas décadas do século XXI abarcam o período que se iniciou em 1º de janeiro de 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência do Brasil, e encerrou-se no dia 1º de janeiro de 2011, quando a presidência foi transmitida para Dilma Rousseff. O governo de Lula, marcado por ser um período de crescimento econômico do Brasil, teve viés progressista e parece ter colaborado para a produção de estudos, pelo Serviço Social, que tiveram como debate a relação da classe subalterna e o Estado.

Constatou-se que as teses, em maior ou menor grau, constituem produções que transcendem o contexto de origem italiano quando, através do uso do conceito de Estado integral, problematizaram tanto a realidade nacional quanto as particularidades do Serviço Social brasileiro. Evidenciam elementos que fomentaram uma visão crítica da profissão e, conseqüentemente, a constituição e consolidação de um novo projeto ético-político profissional comprometido com a defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Além disso, foi possível aferir nessas teses o valor do pensamento de Gramsci para o Serviço Social brasileiro. Isso ocorreu quando os(as) autores(as), situados no campo do Serviço Social, justificaram o uso do pensamento gramsciano destacando a interlocução que o pensador italiano possibilitou entre

o marxismo e o Serviço Social ou, então, quando avaliaram a importância dessa concepção teórica enquanto chave de leitura da realidade e de transformação social, a partir de uma nova ordem societária.

É importante destacar, também, que hoje é vasta e pujante a produção teórica do Serviço Social pautada no pensamento gramsciano. Essa produção vai muito além das quatorzes (14) teses aqui apresentadas. A pesquisa realizada não se tratou de uma análise extensiva da apropriação do pensamento de Gramsci em pesquisas do Serviço Social, como desenvolveu Simionatto (2011). Tampouco constituiu-se num exame amplo da produção teórica recente do Serviço Social brasileiro que se fundamenta no pensador italiano, como fizeram Silva (2017), Negri (2016) e Simionatto e Negri (2017). O que se procurou desenvolver foi tão somente uma investigação que permitisse evidenciar o *estado da arte* do conhecimento produzido com base na categoria Estado integral, de Gramsci, pelo Serviço Social brasileiro no período recente.

Durante a investigação, foi possível constatar o quanto o pensamento de Gramsci tem fundamentado a produção do Serviço Social, apresentando, ainda, um grande potencial para crescimento desse uso, dado os(as) autores(as) que hoje buscam, no vasto quadro de categorias gramscianas, referências teóricas para suas investigações.

Gramsci é reconhecido tanto pelo Serviço Social quanto por outras áreas de conhecimento enquanto um importante intérprete do mundo, pela originalidade e atualidade da filosofia política do seu pensamento, que ajudam a esclarecer as desafiadoras contradições do tempo presente.

Durante a análise aqui realizada, pôde-se identificar um fator importante para explicar a presença crescente de Gramsci no Serviço Social. Como observa Simionatto (2012), isso ocorre em virtude da possibilidade da área vislumbrar uma ação transformadora por esses profissionais que buscam, no próprio referencial gramsciano, um marxismo aberto, pela relação dialética que estabelece entre as esferas econômica e político-ideológica, permitindo pensar-se nas possibilidades de contribuição da profissão na tarefa de transformação revolucionária da sociedade. Essa aproximação do Serviço Social com a obra de Gramsci ofereceu suporte à superação das posições reducionistas, tanto do economicismo quanto das linhas voluntaristas, as quais, caindo no extremo oposto, superestimavam a instância da superestrutura e a ação da consciência, independentemente da esfera econômica.

As teses selecionadas foram agrupadas, para fins de apresentação, em quatro eixos temáticos: Serviço Social; Direito e Justiça; Participação e Controle

Social; e Políticas Públicas. Contudo, isso não desqualifica outros possíveis arranjos.

É importante observar que a análise do diálogo estabelecido pelos(as) autores(as) das teses com os conceitos gramscianos, em sua relação com os diferentes objetos de estudo, não foi uma tentativa de apontar se a leitura é correta ou errada, mas, sim, de identificar o motivo, o contexto e as justificativas dadas para os usos da concepção de Estado no sentido integral ou ampliado desenvolvido por Gramsci, bem como conhecer quais caminhos percorridos e reflexões estão contidas nesses trabalhos.

Nesse percurso, foi possível compreender que muitas dessas produções, embora reconheçam as discussões que marcaram a recepção de Gramsci no Serviço Social brasileiro, entre os anos 1980, período constituído por formulações significativas de autores(as) que compõem a historiografia profissional, como Alba Maria Pinho de Carvalho, Marina Maciel Abreu, Ivete Simionatto, José Paulo Netto e Vicente de Paula Faleiros, que buscaram caminhos no pensamento de Gramsci para pensar o Serviço Social como profissão inserida no processo de transformação social. Nas teses analisadas, é possível observar que o conceito de Estado integral orienta a pesquisa no conjunto e que muitos autores já buscam novas leituras e autores de outras áreas e países para adensar o debate, bem como uma maior preocupação em referendar os debates no próprio Gramsci. Ainda assim, é bastante recorrente a presença de Carlos Nelson e Simionatto nos debates desenvolvidos e referendados em Gramsci.

A opção pelas teses elaboradas por assistentes sociais, além das justificativas anteriormente expostas, se deu também em decorrência da área compreender, já em sua formação, o homem, ao ser tomado pela práxis, ou seja, em sua sociabilidade, da atividade prática humana, da produção, do trabalho, ultrapassando a barreira filosófica da tradição moderna que limita o homem a sua individualidade e subjetividade. O que explica a potência dessa noção e sua rápida apropriação pelo Serviço Social.

As teses agrupadas sob o eixo *Serviço Social* trouxeram em suas análises questões que explicitaram o quanto os usos do pensamento gramsciano viabilizaram pensar outras sociabilidades pela área, fomentando a constituição de um novo projeto ético-político profissional fortemente amparado pela perspectiva crítica marxista. Essas investigações deram conta, através de suas análises sobre os objetivos a que se propunham, a partir do arcabouço gramsciano, de pensar o *ethos* do Serviço Social, bem como a ressignificação da concepção da sociedade

civil e suas consequências nas práticas políticas das diversas forças sociais, dialogando criticamente com o conservadorismo presente na área.

Nessas investigações foi possível averiguar o quanto esse referencial possibilitou aos(as) autores(as) mobilizar argumentos para a melhor interpretação da realidade brasileira, além da construção de argumentos pautados na luta por um projeto societário contra-hegemônico, bem como influenciou e orientou uma prática profissional em favor da classe trabalhadora no Serviço Social.

As teses que versaram sobre o eixo *Justiça e Direito* problematizaram a judicialização da questão social e trouxeram para as respectivas análises as práticas coercitivas e consensuais constituintes do Estado burguês. São investigações que partem da premissa que o direito não exprime o desejo de toda a coletividade, mas da classe dirigente que detém o monopólio da força legalista e judiciária do Estado burguês.

Nessa perspectiva, nem todos os indivíduos têm seus direitos assegurados, seja por falha jurídica, características culturais, relapsos individuais e, sobretudo, na desigualdade social. Esses trabalhos chamam a atenção para o conteúdo moralista presente nos textos dos projetos da política sobre drogas do país, por exemplo, nos processos de interdição civil das pessoas com transtornos mentais, e na execução das medidas socioeducativas de adolescentes no Brasil.

As pesquisas examinadas localizaram a política repressiva do Estado integral e a negação do direito como uma demonstração da hegemonia conservadora, que vem sendo construída pelos antagonismos da pequena política que, de um lado, traz componentes da repressão, da violência e da criminalização e, de outro, reconhece o plano legal dos direitos humanos e o desenho de políticas sociais cujas intencionalidades, contudo, acabam traduzindo o próprio significado do Estado no marco da sociedade capitalista, à medida que resistem às mudanças e propõem como *novo* o antigo.

Em relação ao eixo *Participação e Controle Social*, as teses destacaram os desafios postos à efetivação do controle da sociedade sobre as ações estatais e o desvelamento da relação entre Estado e sociedade civil nos espaços dos conselhos. Essas reflexões partem da recuperação que os(as) autores(as) fazem do processo histórico de composição de tais espaços, destacando que tiveram início após a Constituição Federal de 1998 como propostas de democratização da participação, mas, em seu desenvolvimento nas últimas décadas, transformaram-se em espaços burocratizados, institucionalizados e, muitas vezes, despolitizados.

Em linhas gerais, essas teses analisaram a participação e o controle social das políticas públicas de assistência social, do idoso, da educação e da cidade

experenciados na realidade brasileira. Portanto, são investigações que discutem os desafios e as possibilidades de construção de uma cultura política de direitos, na garantia da ampliação da cidadania no âmbito dos conselhos de políticas sociais, tendo também como propósito avaliar de que modo os espaços de controle social, atualmente, contribuem para a criação de resistências às políticas focalizadas e residuais.

Nesse percurso, desmistificam a relação Estado e sociedade civil no campo do controle social, com vistas a demonstrar que a participação popular, nesses espaços, embora viabilize a democratização do Estado, é contraditória e expõe antagonismos de classes na elaboração do consenso.

As quatro (4) teses abrigadas sob o eixo *Políticas Públicas* analisaram os avanços e retrocessos na formulação das políticas públicas no país, sob a perspectiva do Estado. A primeira analisa as correlações de forças que se estabelecem e se processam nas ações de redução à disseminação e à garantia do tratamento da AIDS no âmbito do Estado em sentido ampliado.

A segunda tese reflete sobre as contradições envolvidas na implementação da política de assistência social em um município carioca, contradições essas decorrentes do processo histórico de sua formação e explicitadas por intermédio de práticas permeadas pelo autoritarismo, assistencialismo, clientelismo e pela cultura do medo, que se perpetuam e agem mesmo sob novas configurações, que trazem consigo a perspectiva democrática.

A terceira produção analisada busca compreender o papel da política da Assistência Social no conselho municipal e sua relação com a rede socioassistencial, no sentido da viabilização da assistência social enquanto direito, através do incentivo e a sensibilização de uma nova perspectiva que potencialize mudanças nos valores e na prática das instituições prestadoras de serviços, consolidando, de fato e de direito, o princípio da universalização das proteções sociais.

A quarta e última tese estudada busca compreender quais os resultados alcançados e os desafios que se colocam na execução do Benefício da Prestação Continuada (BPC) no município do Rio de Janeiro. Embora demonstre que ocorra intenso movimento, em termos de proposições, que se processa na esfera federal da política de Assistência Social com vistas a encaminhar as mudanças previstas para o benefício, revela que este esforço não tem o respaldo político necessário que dê impulso a essas propostas e crie condições efetivas para que elas se materializem, principalmente na esfera municipal, na qual a política de fato se concretiza.

Em síntese, essas investigações fazem o uso da concepção orgânica do Estado para melhor compreender a construção de um novo projeto societário, manejando conceitos e categorias presentes no pensamento de Gramsci, como o projeto emancipador da classe trabalhadora, a relação dialética entre Estado e sociedade civil, que é a arena das lutas de classes, as políticas sociais como conquistas das classes subalternas, os processos de participação e ampliação democrática, bem como a política em sentido amplo.

Constatou-se, portanto, que o conceito de Estado integral incorpora o sentido ampliado do Estado, justamente por desvelar novas determinações e relações entre sociedade civil e o Estado em sentido restrito, enriquecendo as elaborações marxianas e contribuindo para a compreensão das correlações de força e a contra-hegemonia nos estudos analisados.

Ainda em relação ao uso do conceito de Estado integral, os(as) autores(as) evidenciam em suas análises o processo de construção que o Estado institui para elaborar sua legitimidade, pela coerção situada na sociedade política e pelo consenso disseminado pela sociedade civil

Tais reflexões, encontradas nas teses pesquisadas, indicam a apreensão do pensamento gramsciano para desvelar as correlações de forças e as lutas sociais presentes na contemporaneidade, as retóricas sobre a sociedade civil na relação com a esfera estatal, que aciona tanto o tema da contra-hegemonia para a análise da sociedade brasileira como evidencia o enorme potencial analítico de outras categorias para compreender a atualidade política pelo o viés da integralidade do Estado.

Nesse sentido, evidenciou-se que outros conceitos foram utilizados para a reflexão sobre o Estado integral, quais sejam: hegemonia; coerção; classe subalterna; consenso; práxis ou filosofia da práxis; aparelho hegemônico ou aparelhos privados de hegemonia; ideologia; intelectuais; guerra de posição; revolução passiva; catarse; e tradutibilidade. O que demonstra a relação orgânica que os conceitos apresentam para Gramsci.

Também foi possível identificar que o conceito de Estado integral em grande parte das teses analisadas foi extraído da obra original de Gramsci ou de Coutinho. Verifica-se, ademais, a utilização de outros intérpretes brasileiros e de outros países. O fato de Coutinho ser o autor mais lido e citado nas teses de Serviço Social deve-se pela sua trajetória de tradução dos escritos gramscianos no Brasil, bem como pela sua presença no Serviço Social, conforme relatado no primeiro capítulo desta tese.

As principais tendências e referências a Gramsci desenvolvidas nas teses estudadas encontram-se na nova edição brasileira dos *Cadernos do cárcere*, em seus seis volumes, e nos dois volumes dos *Escritos Políticos*. Igualmente, nas edições temáticas: *Maquiavel, a política e o Estado moderno*; *A concepção dialética da história*; *Os intelectuais e a organização da cultura*; *Obras escolhidas*; além do artigo pré-carcerário *La costruzione del partito comunista*. Contudo, os debates contidos nessas produções estão circunscritos aos *Cadernos do cárcere*. É importante lembrar que Gramsci tem toda uma produção intelectual e jornalística anterior ao cárcere, que aponta para temas que relacionam o debate da conquista e o golpe de Estado, além de reflexões sobre a relação do Estado com o socialismo, a soberania e sobre o Estado operário, entre outros temas.

Essa observação torna-se oportuna ao observar que a produção anterior ao cárcere coloca em confronto a leitura feita no país por Edmundo Fernandes Dias e Carlos Nelson Coutinho. Principalmente a de Edmundo Fernandes Dias, concentrada nas leituras de Gramsci anteriores ao cárcere, enquanto as de Carlos Nelson Coutinho foram direcionadas aos *Cadernos do cárcere*. Talvez por essa razão o debate apresentado nas teses esteja concentrado nas reflexões carcerárias que perpassam pela reflexão do Estado, justificadas pela influência de Carlos Nelson Coutinho no Serviço Social.

Na relação dos intérpretes utilizados para o debate sobre a temática do Estado integral nas teses analisadas encontram-se os(as) seguintes autores(as): Alba Maria Pinho de Carvalho; Álvaro Bianchi; Anita Helena Schlesener; Anna Di Biago; Antonio Tavares Jesus; Carlos Montaña; Carlos Nelson Coutinho; Christine Buci-Glucksmann; Giorgio Baratta; Giovanni Semeraro; Giuseppe Vacca; Guido Liguori; Hugues Portelli; Ivete Simionatto; Jorge Luis Acanda; Joseph Buttigieg; Lincoln Secco; Luciano Gruppi; Marco Aurélio Nogueira; Maria Carmelita Yazbek; Maria Lucia Duriguetto; Martin Carnoy; Norberto Bobbio; Potyara Pereira; Raúl Burgos; e Sonia Regina de Mendonça.

Além dessas observações resultantes da análise das teses, outras menos diretas tomaram forma. Constatou-se, por exemplo, o quanto a perspectiva gramsciana salvaguardou esses trabalhos do equívoco contido na interpretação do Estado como uma espécie de sujeito de vontade própria e que paira acima da sociedade, de tal modo que não restaria às classes subalternas nada mais a fazer. Ou a concepção também recorrente do Estado como uma instância neutra, operando para que capital e trabalho se façam necessários um ao outro, e convivam dessa forma em harmonia. Nota-se nas formulações analisadas que, muitas vezes, o Estado é uma instância de mediação, entre várias outras dentro

do complexo social, mas cuja estrutura não tem por finalidade atuar como instância para a resolução da chamada *questão social*.

No capítulo “(Para um) Inventário antropofágico: Gramsci e o Serviço Social brasileiro e a incidência da leitura Coutiniana”, buscou-se contextualizar o papel que as ideias associadas à Gramsci trouxeram (e trazem) para a construção de uma determinada cultura profissional no Serviço Social, tanto na teoria quanto no modo de pensar o corpo profissional em geral. Identificou-se o peso que a influência da interpretação de Gramsci por Carlos Nelson Coutinho teve (e tem) no Serviço Social brasileiro.

A predileção de Coutinho na interpretação de Gramsci ocorre por seus notórios trabalhos, especialmente em decorrência do uso que essas reflexões trouxeram para a elaboração dos princípios éticos fundamentais do Código de Ética Profissional do Serviço Social de 1993.

Como síntese de tais constatações, foi possível postular a existência de um determinado *efeito discursivo* que, embora não aprofundado nesta investigação, sinaliza a riqueza do debate sobre o processo de transferência de ideias de um contexto para outro, enquanto importantes instrumentos de análise quando se propõem refletir sobre a constituição de uma produção tropical gramsciana, que transcende o contexto de origem italiano para pensar as particularidades das questões do Serviço Social brasileiro.

Esse efeito permite pensar o processo de produção das ideias não como simples transferência, nem como consumo passivo de informações produzidas em outro contexto. Algo importante para ser considerado quando se pensa na superação do eurocentrismo.

Pensar, portanto, a interlocução do pensamento de Gramsci com o Serviço Social não parece algo distinto do viés que alcançou considerável visibilidade nos círculos acadêmicos da chamada *teoria pós-colonial*. Desse modo, o encontro de Gramsci com contextos e culturas distintas de sua origem possibilitou não só a tarefa da tradução do marxismo pela periferia mas uma leitura orgânica e tropical da realidade nacional.

No capítulo “A perspectiva crítica do Estado e a integralidade da abordagem de Antonio Gramsci” consta a base teórica deste estudo, tendo como objetivo fundamental recuperar as principais contribuições do pensamento de Gramsci acerca da discussão do Estado. Isto é, a compreensão de Estado através do uso da noção de integralidade (ou ampliação) que conjuga a existência de duas esferas conectadas – sociedade civil e sociedade política – no interior das superestruturas. A teoria do Estado integral de Gramsci é resultado de uma

profunda reflexão acerca do caráter multidimensional dos processos sociais, dificilmente apreensíveis, em sua plenitude, a partir de um mero seccionamento classificatório que rejeita o econômico ao domínio da infraestrutura, cabendo aos demais domínios da sociedade um simples lugar de reflexo superestrutural. Gramsci busca captar todas as essas dimensões de forma integrada, já que, para ele, o Estado seria, conforme mencionado, produto das múltiplas interconexões entre sociedade civil e sociedade política, num permanente movimento de pressões e contrapressões que visam a busca do consenso atribuído ao projeto de mundo de um certo grupo por parte de todos os demais a ele submetidos.

Entende-se que o pensador italiano não elimina as concepções teóricas sobre Estado no âmbito do marxismo, mas as reinterpreta sob as novas configurações do capitalismo da sua época, reatualizando a discussão e a compreensão sobre as formas de dominação contemporânea, que exige uma leitura para além do aparato da sociedade política. Para isso, realizou-se uma reconstituição bibliográfica das principais contribuições clássicas do marxismo sobre essa problemática contidas nas teses analisadas. A exposição da teoria clássica marxista de Estado, particularmente a elaborada por Gramsci, revela-se uma ferramenta metodológica de análise para os estudiosos sobre a temática.

O capítulo denominado “Sobre Gramsci e com Gramsci: usos do conceito de Estado integral nas teses do Serviço Social (2006-2016)” apresenta a metodologia empregada e a análise da investigação realizada com as quatorze (14) teses citadas, buscando identificar a importância, a justificativa e os argumentos utilizados para o uso do referencial gramsciano nessas produções para pensar o Estado no sentido ampliado.

Por fim, esta tese destaca a atualidade dos usos da categoria Estado integral em Gramsci para a compreensão da realidade nacional pelo Serviço Social, bem como que a leitura mais ampla dos escritos de Gramsci pode ser fecunda, possibilitando que outros debates sejam realizados em diferentes perspectivas no tempo e espaço.

Diferente do imaginário construído acerca de um intelectual com uma vida reclusa, em um escritório sombrio, com noites e dias debruçado em sua solidão e obrigação vocacionada em produzir, desenvolver teorias e ideias, há de haver relevância na troca, nas relações sociais. Ou seja, não há certeza de que a reclusão seria a condição mais desejável para a produção intelectual, e isto revelou-se bastante evidente no período atual período pandêmico. Após um primeiro momento, de descoberta do novo Coronavírus, seguido pela angústia e ansiedade em tratar, evitar e cuidar para não ser atingido direta ou indiretamente,

há um terceiro momento, vigente na atualidade: a necessidade das reconstruções sociais.

As redes sociais virtuais aliviaram a solidão, a produção intelectual, e a vida cotidiana. Porém, mesmo os nativos digitais encontraram dificuldade de produção durante esse espaço/tempo em que os vínculos sociais ficaram suspensos, foram revisitados, revistos e, não raro, promovendo outra epidemia, posterior à Covid-19, que é o adoecimento mental. Para viver, conviver, e possibilitar que ideias possam circular, carregadas de alteridade, é necessário o contato entre os indivíduos.

Peter Berger e Thomas Luckmann (2004) apontam que o modo cotidiano, pelo qual o indivíduo define a sociedade, percebe as ações humanas e interage com as pessoas, constrói o mundo social. Assim, a percepção dos sentidos, em si, é moldada pelos sentidos subjetivos atribuídos a uma experiência objetivamente vivida.

Desse modo, todos os intelectuais que vivenciaram suas produções em momentos críticos de reclusão, individuação e solidão, possivelmente foram influenciados por esse estado, assim como formas de pensar, realizar trocas e compreender o entorno para construir seu processo e dialogar com a teoria que desenvolveram.

Há, evidentemente, a agência humana para modificar a realidade, que ocorre no cotidiano do indivíduo, a qual não depende do poder, iniciativa e vontade — consciente ou não — desse indivíduo para realizar uma modificação total da sociedade. Essa transformação depende da interação recíproca, dialética, entre indivíduos e entre o indivíduo e a sociedade.

Dessa forma, é possível inferir que Gramsci, em sua produção, também sofreu transformações e impactos no desenvolvimento do seu pensamento.

Para que se possa viver satisfatoriamente a reclusão intelectual, ter outros espaços de troca torna-se imprescindível justamente para que a mente descanse, o corpo se movimente, a saúde invisível (cerebral) esteja saudável para uma produção de alta performance.

Colocar-se em isolamento social, permite pensar sobre o esforço de Gramsci em manter-se vivo e produtivo numa prisão fascista italiana. E isso resultou num conjunto impressionante de escritos sobre política, história, cultura e filosofia, que venceram o tempo, os sujeitos e a circunscrição onde sua obra foi produzida, simbolizando uma resistência inquebrantável nos cárceres mais escuros a toda e qualquer tirania. Um pensamento que suscita respeito até dos adversários.

6

Referências bibliográficas

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2002.

_____. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2018.

ACANDA, J. L. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006.

AHMAD, A. **Linhagens do presente**. Ensaios. Tradução Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2002.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**. 6 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 1996. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

BARATTA, G. **Antonio Gramsci em contraponto**: diálogos com o presente. São Paulo: Unesp, 2011.

_____. **As rosas e os cadernos**: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2011.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BIANCHI, A. Circulação e tradução: para uma história global do pensamento político. **Anais...** X Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Belo Horizonte, 30 de agosto a 2 de setembro de 2016a.

_____. Gramsci intérprete do Brasil. **Actuel Marx**, n. 57, p. 96-111, 2016b.

_____. Croce, Gramsci e a autonomia da política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 29, p.15-30, nov. 2007.

_____. **O laboratório de Gramsci**: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

BOBBIO, N. Direito. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Org.). **Dicionário de política**. v. 1, 13. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009. p. 349-353.

_____. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BONAMINO, A. M. C. **O Pensamento pedagógico-político de Dermeval Saviani**. Até que ponto Gramsci? Dissertação (Mestrado em Educação). Departamento de Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1989.

BUCCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CAMPOS, P. H. P. **Estranhas catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Editora da UFF, 2014.

CARDOSO, F. G. **Organizações das classes subalternas**: um desafio para o Serviço Social. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1994.

CARNOY, M. **Estado e teoria política**. Campinas: Papirus: 1990.

CARVALHO, A. M. P. **A transformação e o trabalho social**: uma análise gramsciana. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1983.

CAZELA, M. C. Notas sobre a influência de Carlos Nelson Coutinho ao Serviço Social brasileiro. **Katálisis**, Florianópolis, n. 20, p. 234-244, 2017.

CHÂTELET, F.; DUHAMEL, O.; PISIER-KOUCHNER, E. **História das ideias políticas**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CLEAVER, H. **Leitura política de O capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). **Resolução nº 130, de 15 de junho de 2005**. Aprova a Norma Operacional Básica de Assistência Social – NOB/SUAS. Brasília: MDS, 2005.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Relatório da Avaliação Quadrienal 2017 – Serviço Social**. Brasília: Capes, 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/20122017-servico-social-quadrienal-pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

COSPITO, G. Hegemonia. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Org.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 365-368.

COUTINHO, C. N. Cidadania e modernidade. **Perspectivas**, Revista de Ciências Sociais, v. 22, 1999.

_____. **Contra a corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **De Rousseau a Gramsci**: ensaios de teoria política. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Entrevista**. Programa Milênio, do canal de TV jornalístico *Globo News*, set. 2012.

_____. Gramsci e o Serviço Social. **Gramsci e o Brasil**. Juiz de Fora, 1997. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?p.e=visualizar&id=200>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

_____. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. (Org.). **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CURTI, L. Percorsi di subalternità: Gramsci, Said, Spivak. In: CHAMBERS, I. **Esercizi di potere**: Gramsci, Said e il postcoloniale. Roma: Meltemi, 2006.

DEL ROIO, M. Gramsci e as ideologias subalternas. In: _____. (Org.). **Gramsci**: periferia e subalternidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. p. 41-64.

DIAS, E. F. Sobre a leitura dos textos gramscianos. In: DIAS, Edmundo Fernandes. **O outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 9-80.

DURIGUETTO, M. L.; MARRO, K. Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo. In: SILVA, M. L. O. (Org.). **Serviço Social no Brasil**. História de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FALEIROS, V. de Paula. **Metodologia e ideologia do trabalho social**: crítica ao funcionalismo. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais na conjuntura dos anos 70. In: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Conselho Regional de Serviço Social São Paulo (CRESS 9ª Região); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). (Orgs.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília: CFESS, 2009.

FAUSTO, R. **Marx**: lógica e política. Tomo II. São Paulo: Brasiliense, 2002.

FLEURY, S. **Estado sem cidadãos**: seguridade social na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

FONTES, V. Carlos Nelson Coutinho: interprete do Brasil. In: BRAZ, M. (Org.). **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 175-203.

FRANCO, A. O primeiro “desembarque” de Gramsci no Brasil: o homem certo na hora errada? In: REBUÁ, E. (Org.). **Gramsci nos trópicos**: estudos gramscianos a partir de olhares latino-americanos. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014. p. 120-152.

FROSINI, F. Dalla filosofia di Marx alla filosofia della praxis nei “Quaderni del carcere”. In: DI BELLO, A. **Marx e Gramsci**: filologia, filosofia e politica allo specchio. Napoli: Liguori, 2011. p. 67-80.

_____. Sulla “traducibilità” nei Quaderni di Gramsci. **Critica Marxista**, Roma, v. 6, p. 29-38, 2003.

GALASTRI, L. **Gramsci, marxismo e revisionismo**. Campinas: Autores Associados, 2015.

GILL, S. Gramsci e a política global: uma proposta de pesquisas pós-hegemônicas. In: _____. (Org.). **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 41-64.

GÓES, C. Dilemas da tradução do marxismo na periferia: Antonio Gramsci e os fundamentos dos Subaltern Studies. **Lua Nova**, São Paulo, v. 102, p. 299- Fontes, 1978.

_____. Repensando a subalternidade: de Antonio Gramsci à teoria pós-colonial. **Outubro**, São Paulo, n. 26, p. 91-111, 2016.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Vol. 1: Introdução ao estudo da filosofia – a filosofia de Benedetto Croce. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. **Cadernos do cárcere**. Vol. 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. **Cadernos do cárcere**. Vol. 4: Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e Fordismo. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Cadernos do cárcere**. Vol. 2: os intelectuais, o princípio educativo e jornalismo. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014a.

_____. **Cadernos do cárcere**. Vol. 5: o Risorgimento e notas sobre a história da Itália. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014b.

_____. **Quaderni del carcere**. Edição crítica organizada por Valentino Gerratana. Turim: Einaudi Editori, 2014c. 4 v.

_____. **Cadernos do cárcere**. Vol. 6: literatura, folclore e gramática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Cartas do cárcere**. Vol. 2: 1931-1937. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.

_____. **Cartas do cárcere**. Vol. 1: 1926-1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b.

_____. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Escritos políticos** – Vol. 1: 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

_____. **Escritos políticos** – Vol. 2: 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

_____. **La costruzione del partito comunista**. Torino: Einaudi, 1971.

_____. **Literatura e vida nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Obras escolhidas**. Trad. Manoel Cruz. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

_____. **Odeio os indiferentes**: escritos de 1917. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Temas para a questão meridional**. Tradução Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GREEN, M. E. Rethinking the subaltern and the question of censorship in Gramsci's Prison Notebooks. **Postcolonial Studies**, v. 14, n. 4, 2011.

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de estado em Marx, Engels, Lenin e Gramsci. Trad. Dario Canali. Porto Alegre: L & PM, 2001.

GUHA, R. **On some aspects of the historiography of colonial India**. Mapping Subaltern Studies and The Postcolonial. Verso, 2000.

_____. Subaltern Studies: Projects for Our Time and Their Convergence. In: RODRÍGUEZ, I. (Ed.). **The Latin American Subaltern Studies Reader**. Durham; London: Duke University Press, 2001.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. da UFMG. 2003.

HEBBEL, F. **Diario**: traduzione e introduzione di Scipio Slataper. Lanciano, R. Carabba, 1912,

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. Coleção Os Pensadores. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

HIRSCH, J. **Teoria materialista do Estado**: processos de transformação do sistema capitalista de Estados. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

HOBBSBAWM, E. **Como mudar o mundo**: Marx e o marxismo, 1840-2011. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 38. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

KONDER, L. **O futuro da filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LABRIOLA, A. **Saggi sul materialismo storico**. A cura di A. A. Santucci. Roma: Riuniti, 2000.

LENIN, V. I. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LIGUORI, G. Coutinho: “filósofo democrático”. In: BRAZ, M.; RODRIGUES, M. (Org.). **Cultura, democracia e socialismo: as ideias de Carlos Nelson Coutinho em debate**. Rio de Janeiro: Mórula, 2016. p. 29-42.

_____. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 173-188.

_____. Estado. In: LIGUORI, G.; VOZA, P. (Org.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 261-264.

_____. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

LOLE, A. **Emancipação para quem? Uma análise gramsciana sobre estudos de gênero e Serviço Social**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Departamento de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

LOPES, J. B. 50 anos do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: a construção da alternativa crítica e a resistência contra o atual avanço do conservadorismo. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 20, n 1, p 237-252, jan./jun. 2016.

MAPA Bibliográfico de Gramsci no Brasil. Universidade Federal Fluminense (UFF), Faculdade de Educação (FEUFF), Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NuFiPE). 1 ed. Niterói, 2016. Disponível em: <<http://igsbrasil.org/mapa-bibliografico-igs-brasil/>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

_____. Universidade Federal Fluminense (UFF), Faculdade de Educação (FEUFF), Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NuFiPE). 2 ed. Niterói, 2018. Disponível em: <<http://igsbrasil.org/mapa-bibliografico-igs-brasil/>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

_____. Universidade Federal Fluminense (UFF), Faculdade de Educação (FEUFF), Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NuFiPE). 3 ed. Niterói, 2019. Disponível em: <<http://igsbrasil.org/mapa-bibliografico-igs-brasil/>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

MARX, K. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Crítica ao programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O capital**: crítica a economia política. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **O capital**: crítica a economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O dezoito de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Filosofia do direito**. São Paulo: Atlas, 2019.

MATTEUCCI, N. Contratualismo. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Org.). **Dicionário de política**. v. 1. 13 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009. p. 272-293.

MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. **Arte & Ensaios** - revista do ppgav/eba/ufrrj, n. 32, p. 123-151, dez. 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrrj.br/index.php/ae/article/view/8993>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MENDONÇA, S. R. O estado ampliado como ferramenta metodológica. **Marx e o marxismo**, Niterói (RJ), v. 2, n. 2, p. 27-43, jan./jul. 2014. Disponível em: <http://www.jurupari.unir.br/uploads/36363636/arquivos/MENDON_A__S_601963219.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2018.

_____. Sociedade civil em Gramsci: venturas e desventuras de um conceito. In: MENDONÇA, S. R.; PAULA, D. A. (Org.). **Sociedade Civil**: ensaios históricos. Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2013, p. 15-27.

MODONESI, M. Da subalternidade ao subalternismo: uma crítica gramsciana aos *Subaltern Studies*. In: DEL ROIO, M. (Org.). **Gramsci**: periferia e subalternidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. p. 89-105.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

NEGRI, F. L. **O pensamento de Antonio Gramsci na produção teórica do Serviço Social brasileiro**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2016.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do serviço social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Org.). **Serviço social e saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006. p. 141-160.

_____. Breve nota sobre um marxista convicto e confesso. In: BRAZ, M. (Org.). **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 51-97.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NEVES, A. V. Os desafios da representação da sociedade civil nos arranjos participativos. In: NEVES, A. V.; CASTRO, A. T. B. (Org.). **Democracia, sociedade civil e serviço social: uma perspectiva crítica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. p.109-122.

_____. Apontamentos sobre Gramsci e sua influência ao Serviço Social no século 21. **Katálisis**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 31-36, 2017. RAJ, 2007.

_____. **Cultura política e democracia participativa**. Um estudo de caso sobre o orçamento participativo. Rio de Janeiro: Gramma, 2008.

NOGUEIRA, M. A. Gramsci e os desafios de uma política democrática de esquerda. In: AGGIO, A. (Org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Fundação Ed. Unesp, 1998.

PEREIRA, P. A. P. **Política social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2011.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.

POULANTZAS, N. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. **O Estado, o poder, o socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

RAJ, K. **Relocating modern science: circulation and the construction of knowledge in South Asia and Europe (1650-1900)**. Houndsmills; New York: Palgrave Macmillan, 2007.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. **Filosofia da práxis**. Buenos Aires: Clacso; São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SCHLESENER, A. H. **A recepção de Gramsci no Brasil: A interpretação no contexto do PCB nos anos 60**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, 2001.

SCHLESENER, A. H. **Hegemonia e cultura: Gramsci**. 3 ed. Curitiba: UFPR, 2007.

SECCO, L. A pré-história de Gramsci no Brasil (1927-1974). **Revista Novos Rumos**, Marília/SP, a. 15, n. 32, p. 16-28, 2000.

_____. **Gramsci e o Brasil: recepção e difusão de suas ideias**. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Questões da nossa época. v. 94).

SEGATTO, J. A. Revolução e história. **Estudos de Sociologia**, Araraquara (SP), n. 5, p. 35-45, 1998.

SEMERARO, G. A “utopia” do Estado Ético em Gramsci e nos movimentos populares. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 20, n. 44, p. 465-480, set./dez. 2011.

_____. **Gramsci e os novos embates da filosofia das práxis**. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

_____. Gramsci no Brasil: a contribuição de Carlos Nelson Coutinho. In: BRAZ, M. (Org.). **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 99-120.

_____. O protagonismo das periferias e dos subalternos na alternativa desenhada por Gramsci. In: DEL ROIO, M. (Org.). **Gramsci: periferia e subalternidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. p. 107-124.

SILVA, F. C. T. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. (Org.). **O Brasil republicano**. Vol. 4: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, M. O. S. **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, S. A. **A produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro a partir de Gramsci**: um estudo dos programas de Pós-Graduação na área do Serviço Social (2010-2015). 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Centro Socio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2017.

SIMIONATO, I.; NEGRI, F. Gramsci e a produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro. **Katálisis**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 13-21, abr., 2017.

SIMIONATTO, I. Carlos Nelson Coutinho e a incidência de Gramsci no Serviço Social. In: BRAZ, M. (Org.). **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 365-384.

_____. Classes subalternas, luta de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Katálisis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2009.

_____. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** 1 ed. Minas Gerais: Editora UFMG; 2018.

STAMPA, I.; RODRIGUES, V. Uma ditadura para chamar de “nossa”, In: _____. (Org.). **Ditadura e transição democrática no Brasil**: o golpe de Estado de 1964 e a (re)construção da democracia. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016.

TOLEDO, A. F. **A categoria classes e grupos subalternos de Antonio Gramsci e sua teorização pelo Serviço Social brasileiro**. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC-SP, 2013.

_____. A categoria classes e grupos subalternos para o Serviço Social brasileiro. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, Ano XX, n. 39, p. 227-240, set./dez. 2017.

TOLÊDO, H. Antonio Gramsci e o Serviço Social: a emancipação dos grupos subalternos. **Anais...** Encontro Nacional da International Gramsci Society Brasil (IGS-Brasil), intitulado “Gramsci, o Fascismo e a Violência no Brasil”. Florianópolis, 2018.

_____. **Sociedade civil e poder local:** participação no conselho municipal de assistência social da cidade do Rio de Janeiro (2013-2015). 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Departamento de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

_____.; LOLE, A. Usos e Apropriações do pensamento de Antonio Gramsci pelo Serviço Social Brasileiro. **Anais... X Simpósio Nacional Estado e Poder: Gramsci e o Estado Ampliado.** Niterói: Núcleo de Pesquisas sobre Estado e Poder no Brasil, 2018.

TRENTIN SILVEIRA, R. J. Prefácio. In: LOLE, A.; SEMERARO, G.; SILVA, P. T. (Org.). **Estado e vontade coletiva em Antonio Gramsci.** Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

VACCA, G. **Modernidades alternativas.** O século XX de Antonio Gramsci. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP); Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo:** a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e Assistência Social.** Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1993.

_____. **Classes subalternas e assistência social.** São Paulo: Cortez, 2018.

Teses Seleccionadas e Analisadas

ALMEIDA, E. Terezinha Vieira de. **A sociedade civil e seus múltiplos significados no debate contemporâneo:** uma leitura gramsciana. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

BARISON, M. S. **Judicialização da questão social:** um estudo a partir dos processos de interdição das pessoas com transtornos mentais. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Departamento de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

BROTTO, M. E. **Mudar para permanecer?** História, Cultura política e Assistência Social em Duque de Caxias/RJ. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Departamento de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

CARVALHO, A. S. **Poder local, cidadania e participação popular no município de Maricá:** uma análise crítica das “regras do jogo”. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

CINAT, C. **Hegemonia e Conselho do Idoso:** Relações entre Estado e sociedade civil em uma perspectiva gramsciana. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Franca. Franca, 2016.

DAVID, C. T. N. **A participação política dos atores coletivos do campo popular no movimento de reforma na saúde no Rio Grande do Sul.** Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

DENADAI, M. C. V. B. **O legislativo federal e os projetos de lei sobre drogas no Brasil:** uma guerra entre velhos discursos ou novas alternativas? Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

LOLE, A. **Emancipação para quem?** Uma análise gramsciana sobre estudos de gênero e Serviço Social. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Departamento de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

MACHADO, L. A. R. **“Ethos da Mobilidade” do Serviço Social Brasileiro e o pensamento Gramsciano:** quais aproximações? Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Franca. Franca, 2016.

MACHADO, L. M. O. **Sociedade civil e esfera pública:** a participação social em debate. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

MOREIRA, C. A. B. D. **Violência institucional:** um estudo sobre a execução de medidas socioeducativas no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, M. D. T. **A implementação e execução da Política de AS na perspectiva do direito:** experiência de Maceió (AL). Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

REIS, M. F. **Benefício de prestação continuada:** desafios e questões atuais. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS, G. C. **A dimensão social da AIDS:** avanços e retrocessos da política de enfrentamento na particularidade de Pernambuco. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

7 Apêndices

7.1.

Apêndice 1 – Relação de teses identificadas e não selecionadas

Nº	Ano	PPGSS	TÍTULO	ORIENTADOR (A)	AUTOR(A)	FORMAÇÃO ACADÊMICA
1	2018	UEL	A Mediação Estado e o Serviço Social: Da matriz positivista às apropriações marxistas.	Prof. Evaristo Emigdio Colmán Duarte	Ariovaldo de Oliveira Santos	Doutor em Sociologia, Mestre em Ciência Política e Graduado em Ciências Sociais
2	2017	UFPI	A participação da sociedade civil no controle das contas públicas municipais através da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Piauí	Prof. ^a Dr. ^a Simone de Jesus Guimarães	Fábia de Kássia Mendes Viana Buenos Aires	Doutora e Mestre em Políticas Públicas, Graduada em Direito
3	2017	UFPI	O processo de trabalho da/o assistente social nos serviços de acolhimento institucional no estado do Piauí	Prof. ^a Solange Maria Texeira	Isabel Herika Gomes Matias Cronemberger	Doutora em Políticas Públicas, Mestre em Políticas Públicas, Especialista em Administração em Recursos Humanos e Graduada em Serviço Social
4	2015	UFMA	Da “política de instante” à “política para o instante”: uma crítica de Políticas Públicas de Lazer no Brasil	Prof. ^a Franci Gomes Cardoso	Shaiane Vargas da Silveira	Doutora em Políticas Públicas, Mestre em Arquitetura e Urbanismo e Graduada em Turismo
5	2014	Uerj	Uma leitura marxista da questão alimentar no Brasil: o guia alimentar para a população brasileira em questão	Prof. ^a Maria Inês de Souza Bravo	Susana Moreira Padrão	Doutora em Serviço Social, Mestre em Educação, Graduada em Ciências Econômicas e Nutrição
6	2014	UFPE	O dilema da intersectorialidade na Política de Segurança Pública em Pernambuco: o discurso governamental e da mídia escrita nos anos 2007/2011	Prof. ^a Ana Cristina Brito Arcoverde	Marcelo Teles de Mendonça	Doutor e Mestre em Serviço Social, Graduada em Psicologia e Direito

Nº	Ano	PPGSS	TÍTULO	ORIENTADOR (A)	AUTOR(A)	FORMAÇÃO ACADÊMICA
7	2014	UFMA	BPC e o direito a Assistência Social: legitimidade dos condicionantes de concessão do BPC ao idoso e ao deficiente em Teresinha	Prof. Silvania de Maria Pastor Santos Souza	Maria Fernanda Brito do Amaral	Doutora em Políticas Públicas. Mestrado em Direito Constitucional. Especialização em Direito Processual. Graduação em Direito e Administração de Empresas
8	2014	UFRJ	Do socialismo à democracia: dilemas da classe trabalhadora no Brasil recente e o lugar da Reforma Sanitária Brasileira	Prof. Carlos Eduardo Montañó Barreto	André Vianna Dantas	Doutor em Serviço Social, Mestre em Memória Social e Graduado em História
9	2013	UFMA	A política brasileira de inclusão digital no capitalismo contemporâneo: o elo perdido do Programa Casa Brasil	Prof. ^a Valéria Ferreira Santos de A. Lima	Maria da Glória Serra Pinto de Alencar	Doutora em Políticas Públicas, Mestre em Ciência da Informação e Graduada em Biblioteconomia
10	2013	UnB	"Coisa de pobre": Política de educação infantil em Feira de Santana - Bahia (2001-2008)	Prof. Vicente de Paula Faleiros	Fani Quitéria Nascimento Rehem	Doutora em Política Social, Mestre em Educação e Graduada em Pedagogia
11	2013	UnB	Paradoxos do processo de formação da agenda de trabalho decente no Brasil 2003-2012	Prof. ^a Denise Bomtempo Birche de Carvalho	Ana Lúcia de Oliveira Monteiro	Doutorado em Política Social, Mestrado profissionalizante em Gestão e Trabalho, graduação em Comunicação Social
12	2012	UFMA	A política de reordenação do sistema público de TV brasileiro e o processo de implementação da TV Brasil	Prof. ^a Maria Ozanira da Silva e Silva	Hayleno Santos Hossoé	Doutor em Políticas Públicas, Mestre em Políticas Públicas e Graduado em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda
13	2011	PUC-SP	Convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes: a questão das políticas públicas/sociais em relação à família: um estudo acerca de suas possibilidades em diferentes cidades	Prof. ^a Marta Silva Campos	Marlene Bueno Zola	Doutora em Serviço Social, Mestre e Graduada em Psicologia

Nº	Ano	PPGSS	TÍTULO	ORIENTADOR (A)	AUTOR(A)	FORMAÇÃO ACADÊMICA
14	2011	UFPE	Silenciosa conveniência entre transgressão e conservadorismo: trajetórias feministas frente à epidemia da AIDS no Brasil	Prof. ^a Ana Cristina de Sousa Vieira	Maria Solange Guerra Rocha	Doutora em Serviço Social, Graduada em Comunicação Social
15	2010	UFPE	Efeitos e contradições do Microcrédito: um estudo da Visão Mundial/ANDE	Prof. ^a Edelweiss Falcão de Oliveira	Elza Fagundes Gonçalves	Doutora em Serviço Social, Mestre e Graduação em Administração Empresarial
16	2010	Uerj	O processo de alienação e desalienação dos trabalhadores no capitalismo: um estudo sobre o papel da formação teórica política na construção da consciência de classe	Prof. ^a Marilda Villela Iamamoto	César Albenes de Mendonça Cruz	Doutorado em Serviço Social, Mestrado em Educação, Graduação em Filosofia

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do material empírico da tese (2021).

7.2.

Apêndice 2 – Livros e coletâneas sobre Gramsci publicados Brasil (1979-2021)

Nº	Autor/a	Título	Editora	Ano de Publicação
1	INNOCENTINI, Mário	O conceito de hegemonia em Gramsci	Tecnos	1979
2	AMMANN, Safira B.	Ideologia do Desenvolvimento da Comunidade no Brasil	Cortez	1980
3	COUTINHO, Carlos Nelson	Gramsci	L&PM Editores	1981
4	CARVALHO, Alba Maria Pinho de	A Questão da Transformação e o Trabalho Social	Cortez	1983
5	NASCIMENTO, Elimar	A universalidade de Gramsci	Recife S.E.	1985
6	FERREIRA, Oliveira S.	Os 45 cavaleiros húngaros: uma leitura dos Cadernos de Gramsci	Hucitec	1986
7	JESUS, Antonio Tavares de	Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci	Cortez	1989
8	MARQUES, J. Luiz; VARES, Luiz Pilla (Org.)	Gramsci. Cem anos de um pensamento vivo	Palmarinca	1991
9	KONDER, Leandro	O futuro da filosofia da práxis	Paz e Terra	1992
10	NOSELLA, Paolo	A escola de Gramsci	Artes Médicas	1992
11	ARRUDA JÚNIOR, Edmundo de Lima de; BORGES FILHO, Nilson (eds.)	Gramsci. Estado, direito e sociedade	Letras Contemporâneas	1995
12	CARDOSO, Franci G.	Organização das classes subalternas: um desafio para o serviço social.	Cortez	1995
13	SIMIONATTO, Ivete	Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social	Cortez	1995
14	DIAS, Edmundo Fernandes <i>et al.</i> (Org.)	O outro Gramsci	Xamã	1996
15	VIANNA, Luiz Jorge Werneck	A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil	Revan	1997
16	AGGIO, Alberto (Org.)	Gramsci: a vitalidade de um pensamento.	UNESP	1998

Nº	Autor/a	Título	Editora	Ano de Publicação
17	ANGELI, José Mario	Gramsci, globalização e pós-moderno. Estudos de filosofia política.	Universidade Estadual de Londrina	1998
18	COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.)	Gramsci e a América Latina	Paz e Terra	1998
19	JESUS, Antonio Tavares de	O pensamento e a prática escolar de Gramsci.	Autores Associados	1998
20	KRITSCH, Raquel; RICUPERO, Bernardo (Org.)	Gramsci revisitado: Estado, política, hegemonia e poder	Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo	1998
21	MOCHCOVITCH, Luna Galano	Gramsci e a escola	Ática	1998
22	NOGUEIRA, Marco Aurélio	As possibilidades da política: idéias para a reforma democrática do Estado	Paz e Terra	1998
23	RUIZ, Erasmo Miessa	Freud no divã do cárcere: Gramsci analisa a psicanálise	Autores Associados	1998
24	AGGIO, Alberto	Frente popular, radicalismo e revolução passiva no Chile.	Annablume/Fapesp	1999
25	DIAS, Edmundo Fernandes	Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia	Xamã	2000
26	MAXIMO, Antonio Carlos	Os intelectuais e a educação das massas: o retrato de uma tormenta	Autores Associados	2000
27	SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos	Desigualdade social e dualidade escolar: conhecimento e poder em Paulo Freire e Gramsci	Vozes	2000
28	SOARES, Rosemary Dore	Gramsci, o estado e a escola	Unijuí	2000
29	BIANCHI, Alvaro	Hegemonia em construção: a trajetória do pensamento nacional das bases empresariais	Xamã	2001
30	DEBRUN, Michel	Gramsci: filosofia, política e bom senso	Centro de Lógica e Epistemologia	2001
31	MELLO, Alex Fiuza de	Mundialização e política em Gramsci	Cortez	2001
32	SEMERARO, Giovanni	Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia	Vozes	2001

Nº	Autor/a	Título	Editora	Ano de Publicação
33	ABREU, Marina Maciel	Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional.	Cortez	2002
34	COUTINHO, Sérgio Augusto de Averlar	A revolução gramscista no ocidente	Estandarte	2002
35	SCHLESENER, Anita Helena	Revolução e cultura em Gramsci	Editora UFPR	2002
36	SECCO, Lincoln	Gramsci e o Brasil: recepção e difusão de suas ideias	Cortez	2002
37	COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Org.)	Ler Gramsci, entender a realidade	Civilização Brasileira	2003
38	SILVA, Ilse Gomes	Democracia e participação na reforma do Estado	Cortez	2003
39	BURGOS, Raúl	Los gramscianos argentinos. Cultura y política en la experiencia de Pasado y Presente	Siglo XXI de España Editores	2004
40	NOGUEIRA, Marco Aurélio	Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática	Cortez	2004
41	SEMERARO, Giovanni (Org.)	Filosofia e política na formação do educador	Ideias & Letras	2004
42	DEL ROIO, Marcos	Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única (1919-1926)	Xamã/IAP/Fapesp	2005
43	FRESU, Gianni	Il diavolo nell'ampolla. Antonio Gramsci, gli intellettuali e il partito	La città del sole	2005
44	MEZZAROBÀ, Orides (Org.)	Gramsci: estado e relações internacionais	Fundação Boiteux	2005
45	SADER, Emir	Gramsci: poder, política e partido	Expressão Popular	2005
46	SAMPAIO, Wilson Correia	Antônio Conselheiro nos Sertões de Euclides da Cunha: um enfoque gramsciano	EDUFAL	2005
47	SCHLESENER, Anita Helena	Antonio Gramsci e a política italiana - pensamento, polêmicas, interpretação	UTP	2005
48	COUTINHO, Carlos Nelson	Intervenções: o marxismo na batalha das ideias	Cortez	2006

Nº	Autor/a	Título	Editora	Ano de Publicação
49	DIAS, Edmundo Fernandes	Política brasileira: embate de projetos hegemônicos.	Sundermann	2006
50	SECCO, Lincoln	Gramsci e a revolução	Alameda	2006
51	COUTINHO, Carlos Nelson	Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político	Civilização Brasileira	2007
52	DEL ROIO, Marcos (Org.)	Trabalho, política e cultura em Gramsci	Oficina Universitária	2007
53	DURIGUETTO, Maria Lúcia	Sociedade civil e democracia: um debate necessário.	Cortez	2007
54	MAESTRI, Mário; CANDREVA, Luigi	Antonio Gramsci: vida e obra de um comunista revolucionário	Expressão Popular	2007
55	RUMMERT, Sonia Maria	Gramsci, trabalho e educação. Jovens e adultos pouco escolarizados no Brasil atual	EDUCA	2007
56	SAMPAIO, Wilson Correia	Gramsci: política e educação	EDUFAL	2007
57	SCHLESENER, Anita Helena	Hegemonia e Cultura: Gramsci	Ed. UFPR	2007
58	BIANCHI, Alvaro	O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política	Alameda	2008
59	COUTINHO, Carlos Nelson	Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo	Cortez	2008
60	COUTINHO, Carlos Nelson	Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios.	Cortez	2008
61	COUTINHO, Eduardo Granja (Org.).	Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência.	Editora UFRJ	2008
62	HERBERT, Sérgio Pedro	Orçamento participativo na perspectiva de Freire e Gramsci	Redes Editora	2008
63	MARTINS, Marcos Francisco	Marx, Gramsci e o conhecimento: ruptura ou continuidade?	Autores Associados	2008
64	DEL ROIO, Marcos	Aspectos de Gramsci	Oficina Universitária	2009
65	MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima; SILVA, Vandeí Pinto da; MILLER, Stela (Org.)	Marx, Gramsci e Vygotsky: aproximações	Junqueira & Marin Editores e Cultura Acadêmica	2009

Nº	Autor/a	Título	Editora	Ano de Publicação
66	MENESES NETO, Antônio Júlio <i>et al.</i> (Org.)	Trabalho, política e formação humana: Interloquções com Marx e Gramsci	Xamã	2009
67	NERES, Geraldo Magella	Política e hegemonia - a interpretação gramsciana de Maquiavel	Editora Ibpex	2009
68	SAID, Ana Maria	Uma estratégia para o ocidente: o conceito de democracia em Gramsci e o PCB	EDUFU	2009
69	SCHLESENER, Anita Helena	A escola de Leonardo - Política e educação nos escritos de Gramsci	Liber Livro	2009
70	SEMERARO, Giovanni	Libertação e hegemonia: realizar a América Latina pelos movimentos populares	Ideias & Letras	2009
71	AGGIO, Alberto; HENRIQUES, LuizSérgio; VACCA, Giuseppe (Org.)	Gramsci no seu tempo	Contraponto	2010
72	CALIL, Gilberto	Integralismo e hegemonia burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1964)	Edunioeste	2010
73	DEL ROIO, Marcos	I prismi di Gramsci: la formula politica del fronte unico (1919-1926)	Città del Sole	2010
74	MARTINS, Marcos Francisco	Sociedade civil e educação: fundamentos e tramas.	Autores Associados	2010
75	MONTANO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lucia	Estado, Classe e Movimento Social	Cortez	2010
76	NOSELLA, Paolo	Antonio Gramsci	Massangana	2010
77	SECCO, Lincoln	Retorno a Gramsci	LCTE	2010
78	ALIAGA, Luciana; AMORIM, Henrique; MARCELINO, Paula (Org.)	Marxismo: teoria, história e política	Alameda	2011
79	ALMEIDA, Gelsom Rozentino de.	História de uma década quase perdida. PT, CUT, Crise e Democracia no Brasil: 1979-1989	Garamond	2011
80	COSTA, Ricardo da Gama Rosa	Gramsci e o conceito de hegemonia	Quarteto Editora	2011

Nº	Autor/a	Título	Editora	Ano de Publicação
81	COUTINHO, Carlos Nelson (Org.)	O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935.	Civilização Brasileira	2011
82	COUTINHO, Carlos Nelson	Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas	Expressão Popular	2011
83	COUTINHO, Carlos Nelson	De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política	Boitempo	2011
84	SEMERARO, Giovanni; OLIVEIRA, Marcos Marques de; SILVA, Percival Tavares da; LEITÃO, Sônia Nogueira (Org.)	Gramsci e os movimentos populares	EDUFF	2011
85	ALMEIDA, Gelsom Rozentino de; LOURENÇO NETO, Sydenham	Estado, hegemonia e luta de classes: interesses Organizados no Brasil recente	Canal 6	2012
86	BIANCHI, Alvaro	Arqueomarxismo: comentários sobre o pensamento socialista.	Alameda	2012
87	BRAZ, Marcelo (Org.).	Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil.	Expressão Popular	2012
88	DIAS, Edmundo Fernandes	Revolução passiva e modo de vida: ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia	Sundermann	2012
89	DURIGUETTO, Maria Lúcia; MOLJO, Carina Berta (Org.)	Sistema Único de Assistência Social, Organizações da Sociedade Civil e Serviço Social	Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora	2012
90	MARI, Cezar Luiz de; COELHO, Edgar Pereira; SANTOS, Geraldo Marcio Alves dos (Org.)	Educação e formação humana: múltiplos olhares sobre a práxis	Editora CRV	2012
91	NERES, Geraldo Magella	Gramsci e o 'moderno Príncipe': a teoria do partido nos Cadernos do Cárcere	Cultura Acadêmica	2012
92	NEVES, Lucia Maria Wanderley	A nova Pedagogia da hegemonia	Xamã	2012
93	NEVES, Lucia Maria Wanderley <i>et al.</i> (Org.)	Lutas sociais, intelectuais e poder: problemas de História Social	UEFS	2012

Nº	Autor/a	Título	Editora	Ano de Publicação
94	SADER, Emir S.; JINKINGS, Ivana (Org.)	As armas da crítica: antologia do pensamento de esquerda: clássicos	Boitempo	2012
95	LOMBARDI, José Claudinei; MAGALHÃES, Lívia D. Rocha; SANTOS, Wilson da Silva (Org.)	Gramsci no limiar do século XXI	Librum	2013
96	PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sonia Regina de (Org.)	Sociedade civil: ensaios históricos	Paco Editorial	2013
97	RAMOS, Leonardo César Souza	Hegemonia, revolução passiva e globalização: O sistema G7/8	PUC Minas	2013
98	CALIL, Gilberto; SILVA, Carla Luciana Souza da; BOTH, Márcio Antonio (Org.)	Ditaduras e Democracias: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945- 2014)	FCM Editora	2014
99	COUTINHO, Eduardo Granja	A comunicação do oprimido e outros ensaios	Mórula	2014
100	DEL ROIO, Marcos	Marx e a dialética da sociedade civil.	Cultura Acadêmica	2014
101	DEL ROIO, Marcos; SALATINI, Rafael (Org.)	Reflexões sobre Maquiavel	Oficina Universitária	2014
102	GOMES, Jarbas Mauricio	Religião, educação e hegemonia nos Quaderni del Carcere de Antonio Gramsci	Editora EDUEM	2014
103	LAHUERTA, Milton	Elitismo, autonomia, populismo: os intelectuais na transição dos anos 1940.	Comunicação e Cultura	2014
104	MARI, Cezar Luiz de; COELHO, Edgar Pereira (Org.)	Diálogos interdisciplinares: questões sobre a práxis universitária	Triunfal Gráfica e Editora	2014
105	MARTINS, Marcos Francisco; PEREIRA, Acísio dos Reis (Org.)	Filosofia e educação: ensaios sobre autores clássicos	Editora da UFSCar	2014
106	MUSSI, Daniela	Política e literatura: Antonio Gramsci e a crítica italiana	Alameda	2014
107	OLIVEIRA, Thiago Chagas	Capitalismo, estado e educação em Antonio Gramsci	RDS	2014

Nº	Autor/a	Título	Editora	Ano de Publicação
108	REBUÁ, Eduardo (Org.)	Gramsci nos trópicos: estudos gramscianos a partir de olhares latino-americanos	Multifoco	2014
109	SAID, Ana Maria	Pensar a sociedade contemporânea: a atualidade do pensamento de Marx e Gramsci	EDUFU	2014
110	SCHLESENER, Anita Helena (Org.)	Filosofia, política, educação: leituras de Antonio Gramsci	UTP	2014
111	SEMERARO, Giovanni	Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis	Ideias & Letras	2014
112	SOUSA, Joeline Rodrigues de	Gramsci: educação, escola e formação humana – caminhos para a emancipação humana	Appris	2014
113	BARBOSA, Lia Pinheiro	Educación, resistencia y movimientos sociales: la práxis educativo-política de los Sin Tierra y de los Zapatistas	Librunam	2015
114	BERGAMO, Edmir Aparecido	Programa Universidade para todos (PROUNI) e a construção da hegemonia: uma visão gramsciana	Editora CRV	2015
115	DEL ROIO, Marcos	The Prisms of Gramsci: the political formula of the united front (1919-1926)	Leiden/Boston	2015.
116	GALASTRI, Leandro	Gramsci, marxismo e revisionismo	Autores Associados	2015
117	GOMES, Valdemarin Coelho; SOUSA, Joeline Rodrigues de; RABELO, Josefa Jackline (Org.)	Gramsci, educação e luta de classes: pressupostos para a formação humana	Imprensa Universitária	2015
118	GOMES, Victor Leandro C	Por que os homens não se rebelam? aquiescência e política em Antonio Gramsci	Letra Capital	2015
119	LEAL, Leovegildo	Contra o gramscianismo: uma crítica marxista ao neoreformismo	Letra Capital	2015
120	PAULA, Dilma Andrade de; CORRÊA, Maria Letícia (Org.)	Intelectuais e desenvolvimento: perspectivas da pesquisa em história	Contra Capa	2015
121	BRAZ, Marcelo	Cultura, democracia e socialismo: as ideias de	Mórula	2016

Nº	Autor/a	Título	Editora	Ano de Publicação
		Carlos Nelson Coutinho em debate		
122	NOSELLA, Paolo	Ensino médio: à luz do pensamento de Gramsci	Alínea	2016
123	PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos; ARECO, Sabrina (Org.)	Gramsci e seus contemporâneos	Cultura Acadêmica	2016
124	REBUÁ, Eduardo; SILVA, Pedro (Org.)	Educação e filosofia da práxis: reflexões de início de século	Letra Capital	2016
125	SCHLESENER, Anita Helena	Grilhões Invisíveis: as dimensões da ideologia, as condições de subalternidade e a educação em Gramsci	UEPG	2016
126	ALIAGA, Luciana	Gramsci e Pareto: ciência, história e revolução	Appris	2017
127	DEL ROIO, Marcos (Org.)	Gramsci: periferia e subalternidade	Editora da USP	2017
128	DEL ROIO, Marcos	The Prisms of Gramsci: the political formula of the united front (1919-1926)	Haymarketbooks	2017
129	FRESU, Gianni	Nas Trincheiras do Ocidente: Lições sobre fascismo e antifascismo	UEPG	2017
130	LOLE, Ana; GOMES, Victor L. C.; DEL ROIO, Marcos (Org.)	Gramsci e a revolução russa	Mórula editorial	2017
131	MALINA, André	Gramsci e a questão dos intelectuais	Editora UFMS	2017
132	ARECO, Sabrina Miranda	Passado presente: a Revolução francesa no pensamento de Gramsci	Appris	2018
133	DEL ROIO, Marcos	Gramsci e a emancipação do subalterno.	Editora da Unesp	2018
134	GOÉS, Camila	Existe um pensamento político subalterno? Um estudo sobre os Subaltern Studies, 1982-2000	Alameda	2018
135	LOLE, Ana (Org.)	O fermento de Gramsci na nossa filosofia, política e educação	Mórula	2018
136	LOLE, Ana; SEMERARO, Giovanni; SILVA, Percival Tavares da (Org.)	Estado e vontade coletiva em Antonio Gramsci	Mórula	2018

Nº	Autor/a	Título	Editora	Ano de Publicação
137	MENDONÇA, Sônia Regina de; LAMOSA, Rodrigo (Org.)	Gramsci e a pesquisa histórica	Appris	2018
138	SALLES, Ricardo (Org.)	Ensaio gramsciano: política, escravidão e hegemonia no Brasil imperial	Prismas	2018
139	SCHLESENER, Anita Helena; OLIVEIRA, André Luiz de Oliveira; ALMEIDA, Tatiani Maria Garcia de (Org.)	A atualidade da filosofia da práxis e políticas educacionais	UTP	2018
140	BIANCHI, Alvaro; MUSSI, Daniela; ARECO, Sabrina (Org.)	Antonio Gramsci: filologia e política.	Editora Zouk	2019
141	DEL ROIO, Marcos	Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única (1919-1926)	Boitempo	2019
142	FRESU, Gianni	Antonio Gramsci. L'uomo filosofo	AIPSA	2019
143	LACHI, Marcello; BURGOS, Raul (Org.)	Gramsci: la teoria de la hegemonia y las transformaciones políticas recientes en America Latina	Germinal	2019
144	MELO, Douglas Christian Ferrari de; RAFANTE, Heulalia Charalo; GOMES, Jarbas Mauricio	Gramsci e a educação especial	Brasil Multicultural	2019
145	REIS, Claudio	O nacional-popular em Antonio Gramsci: um projeto de nação das classes trabalhadoras	Appris	2019
146	SCHLESENER, Anita Helena	Educação repressiva: as várias faces da repressão na formação da sociedade	UEPG	2019
147	BIANCHI, Alvaro	Gramsci entre dois mundos: política e tradução	Autonomia Literária	2020
148	COUTINHO, Eduardo Granja	A paixão segundo Antonio Gramsci	Mórula	2020
149	FRESU, Gianni	Antonio Gramsci, o homem filósofo	Boitempo	2020
150	SILVA, Deise Rosalio	O lugar de Gramsci na educação	Appris	2020
151	ALIAGA, Luciana	Do sul ao norte: uma introdução a Gramsci	Lutas Anticapital	2021

Nº	Autor/a	Título	Editora	Ano de Publicação
152	MARTINS, Angela Maria Souza; NEVES, Lúcia Maria Wanderley	Cultura e Transformação Social: Gramsci, Thompson e Williams	Mercado de Letras	2021
153	SEMERARO, Giovanni	Intelectuais, Educação e Escola: um estudo do Caderno 12 de Antonio Gramsci	Expressão Popular	2021

Fonte: *Mapa Bibliográfico de Gramsci no Brasil* (2019) e levantamento realizado pelo autor (2021).